Histórias de trabalho da Receita Federal do Brasil

10° concurso - 2019

Prosas e poesias



Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

José Barroso Tostes Neto

Subsecretário-Geral da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil Décio Rui Pialarissi

Subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da Subsecretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Frederico Igor Leite Faber

Coordenador-Geral de Atendimento

José Humberto Valentino Vieira

Chefe da Divisão de Memória Institucional

Fabiane Paloschi Guirra

Comissão Julgadora do 10º Concurso Histórias de Trabalho da RFB

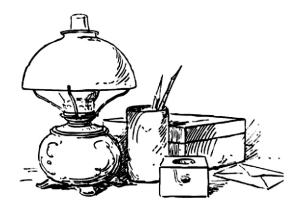
Márcio da Silva Ezequiel - DRF/Pelotas - Presidente da Comissão Ana Catarina de Lucena - DRF/Recife Abigair Aparecida dos Santos - Sufis/Cofis Carlos Roberto Block - Suara/Coaef Rudimar Radatz - DRF/Passo Fundo



Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil

10° Concurso - 2019

Prosas e Poesias





Coordenação-Geral de Atendimento Divisão de Memória Institucional

Copyright 2020 - by Receita Federal

Estão resguardados todos os direitos desta publicação, que poderá ser reproduzida por qualquer meio, desde que citado o nome do autor.

Capa e Diagramação Marcia Palma de Azevedo

Imagem da capa Assessoria de Comunicação Social - Ascom/RFB

Revisão Ortográfica Márcio da Silva Ezequiel

Impressão e acabamento Athalaia gráfica e editora

Tiragem 500 exemplares

Ministério da Economia / Receita Federal do Brasil / Coordenação-Geral de Atendimento / Divisão de Memória Institucional - Brasília: RFB, 2020

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil - 10º Concurso, 2019.

188p.; 22cm. Coletânea de Histórias.

1. Memória Institucional. 2. Receita Federal do Brasil



Sumário

Apresentação	VII
Prefácio	IX
Prosas Premiadas	
É dessa maneira	13
50 anos da Alfândega do Porto de Manaus	21
Gato escaldado tem medo de água fria	37
Menção Honrosa	
Minha história de trabalho na Receita Federal do Brasil	45
Prosas Classificada	
A Fronteira e a ARF/Santo Antônio do Sudoeste	51
A vida recebendo uma segunda chance	61
Análise ou recomendação	65
Aposentar ou não aposentar	67
As diferentes gerações e a comunicação na RFB	70
Cães de faro	74
Caminhos por onde passei	76
Carta aos meus pais	80
Contribuinte embriagado	87
De Gabiela a tia madrinha	88
Educação fiscal nas escolas públicas	91
Lição de vida	97
Milagres acontecem	102
Nesse saco tem onça	104
O CPF e a física quântica	107



O número misterioso	109
O seu amor pode estar do seu lado	111
O vai e vem do processo de consulta	113
Os tributos e a literatura nacional	118
Quando o significado de todos é tudo	123
Servidor x Contribuinte e os benefícios da arrecadação	127
Toma 300 reais	130
Um certo Salomão	134
Uma «Explosão! de NAF'S no Sul de Minas	136
Uma cidade e muitas saudades	141
Velhinho com material erótico	145
Poesias Premiadas	
Leão Marinho - Bela, respeitada e do mar	151
Clima organizacional	159
Agente Aduaneiro especial	165
Menção Honrosa	
Homenagem à Receita Federal	173
Poesias Classificadas	
Exposição do código de conduta no «Túnel das artes»	177
Homenagem a uma servidora federal	179
Máquina do tempo	181
O frustrado e (alegre) sonegador do ITR	184



Apresentação

""(...) a memória, para poder funcionar bem, precisa de um treino incessante: se as recordações não são evocadas, uma vez mais e outra vez ainda, nas conversas entre amigos, vão-se embora."
Milan Kundera - Ignorance

Instituído em 2010, o Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil com a presente edição completa uma década. Com o objetivo de coletar, selecionar e premiar registros de experiências de trabalho apresentados por servidores da Instituição, ativos ou inativos, o concurso tem demonstrado a importância da conservação de sua história, narrada por aqueles que a constroem no dia-a-dia de suas atividades laborais.

No decorrer desses anos, tivemos mais de 300 participantes, com 565 textos inscritos, passando todos, mesmo os não agraciados com a publicação, a integrar o acervo da Memória Institucional da Receita Federal do Brasil. Os relatos, uma vez oriundos de várias localidades do país, representam e retratam as dez Regiões Fiscais com suas características e peculiaridades culturais.

O presente volume, assim como nas edições mais recentes, abrangeu duas modalidades: depoimentos verídicos em prosa e em poesia. A comissão julgadora selecionou três trabalhos vencedores em cada uma das duas categorias. Esta coletânea as reúne às demais histórias classificadas, totalizando 29 em prosa e 8 em versos. São narrados aspectos marcantes ou pitorescos, atuais ou passados, do cotidiano dos servidores da Receita Federal. São histórias de trabalho sem deixarem de ser histórias de vida.

Parabenizamos e agradecemos a todos os que participaram das edições do concurso ao longo desses dez anos e reiteramos o convite para que continuem colaborando, bem como estimulem os demais colegas a também relatarem suas histórias de trabalho.



Agradecemos a toda equipe da Divisão de Memória Institucional, sob a cuidadosa condução de sua chefia, na pessoa de Fabiane Paloschi Guirra, aos servidores Márcio Ezequiel, que presidiu a Comissão Julgadora e revisou os textos; e Márcia Palma de Azevedo, responsável pela diagramação e projeto gráfico.

Desejamos a todos uma boa leitura!

José Humberto Valentino Vieira Coordenador-Geral de Atendimento



Prefácio

Ao completar sua 10ª edição, o Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal demonstra mais do que o sucesso do certame, a boa aceitação por parte dos servidores que atenderam ao chamado para narrar suas experiências profissionais tornando-o um dos pilares da Memória Institucional da Casa.

Mais do que relatos de aduana, fiscalização, tecnologia e demais áreas que integram a Secretaria, são relatos de vida. Ao mesclar narrativas sobre aspectos inovadores como aplicativos e programas lançados, abordagens fiscais, situações no atendimento, inclusive com casos pitorescos, as histórias resgatadas e registradas nesses dez anos deixam um legado de capacidade técnica e humanidade, características que integram o corpo profissional da Receita Federal do Brasil.

A Divisão de Memória Institucional da RFB, sob a Coordenação-Geral de Atendimento, por meio desta iniciativa, assim como a constante pesquisa histórica que tem resultado em outras publicações tem potencializado a interação e o autoconhecimento da estrutura administrativa e funcional do fisco federal.

Compreender uma tal máquina com tão vasta composição de engrenagens a partir da visão dos que diretamente realizam suas operações por todo o território nacional trata-se de importante tarefa e ferramenta da administração tributária, fiscal e aduaneira para engendrar cada vez maiores esforços e melhorias no bem cumprir da sua missão institucional.

Por meio dos trabalhos aqui apresentados, a relevância do papel desempenhado pelos servidores públicos em sua interação direta com o contribuinte torna-se mais nítida, evidenciando resultados em presença fiscal, moral tributária e educação fiscal.



Possam as páginas a seguir motivar ainda mais os servidores da Receita Federal, bem como o cidadão lá fora - razão última dos serviços públicos prestados, na busca do bem comum, da justiça fiscal e do desenvolvimento da nação.

Boa leitura.

Frederico Igor Leite Faber Subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil



Prosas Premiadas





Prosas Premiadas

Primeiro Lugar

É dessa maneira

Gilberto de Paula

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - Derat/São Paulo-SP

Ingressou na RFB em 20/06/2002 na Derat/São Paulo-SP. Trabalhou na equipe de Parcelamento e CAC CNPJ. Atualmente trabalha no CAC Tatuapé da Derat/São Paulo, onde atende os contribuintes Pessoa Física e Pessoa Jurídica.





É dessa maneira

"É dessa maneira": Lembranças do ano de 2002, início do trabalho na Receita Federal.

Em junho de 2002, após ser nomeado no concurso de Técnico da Receita Federal, fui trabalhar na Equipe de Parcelamento da Derat - São Paulo/SP, lá encontrei seis novos colegas do curso de formação e que estavam entrando em exercício: Lídia, Sueli, Ângelo, Ana Carolina, Nelson e João Carlos. Todos acabamos aprendendo o serviço e o modo de trabalhar da Receita Federal. A equipe se localizava no 7º andar do prédio da Avenida Celso Garcia, no Tatuapé. Nessa época, os avanços tecnológicos já se notavam grandes, mas a diferença com os dias de hoje é bem marcante. Convivíamos predominantemente com papéis, máquinas de escrever, dezenas de armários cheios de processos, carimbos, aparelhos de fax etc.

Passamos a trabalhar com vários colegas, alguns que já estavam há muito tempo trabalhando na Receita Federal. Uma das pessoas que marcou a nossa chegada foi a Nanci Gusmão, tínhamos que, em pouco tempo, aprender o trabalho e foi basicamente ela que nos auxiliou a entender os meandros dos processos de parcelamento assim como outras coisas mais como, por exemplo, fazer café na cafeteira elétrica e até técnicas de amarrar pilhas de processos com barbantes para preparar para envio pelo malote. No total, eram oito funcionários que teriam que ser treinados: nós os sete novatos e mais um colega que veio transferido de



outra equipe. Assim quatro funcionários ficariam com a Nanci e quatro com outra colega, mas isso durou coisa de um mês. Todos passaram a ser orientados pela Nanci que tinha mais paciência para explicar com calma os comandos e os sistemas, pois era necessário aprender a deferir ou indeferir o pedido de parcelamento, alocar os pagamentos corretamente no processo, pois era comum ter pagamentos "perdidos" não aproveitados, enviar processos para PGFN, tudo isso de acordo com a legislação vigente e de acordo com os comandos próprios do sistema.

Lembro que achávamos estranho o sistema de tela preta, acionado apenas por comandos no teclado, pois os computadores já apresentavam interface mais amigável na época com uso do mouse. No entanto, para nossa surpresa, hoje em dia, ano de 2019 ainda o básico do sistema se mantém em uso da mesma forma de operação, temos sistemas como Profisc, Sipade e Tratapar usados até hoje no Parcelamento com o uso das teclas F3, F8, F4, e que aprendemos lá atrás com vários colegas, principalmente a Nanci.

E não era fácil atender às dúvidas de sete principiantes. Algumas questões ela respondia com a frase "É dessa maneira", pois eram perguntas que não tinham respostas, estavam fora de contexto. E essa frase ficou sendo uma marca da Nanci para nós, em várias ocasiões passamos a usar entre nós a expressão "É dessa maneira".

Na época, os processos eram todos "em papel", mas isso não se falava, pois todos sabiam que se alguém mencionava um processo, só podia ser o processo físico, concreto, feito de papéis, plástico, grampos etc. Essa expressão só apareceu alguns anos depois quando passaram a existir processos virtuais e digitais.

O controle de cobrança dos débitos era pelo sistema, através de comandos no teclado que alteravam a situação dos créditos tributários, mas era necessário emitir telas comprovando tudo que era feito e que ficavam anexas ao processo físico, para comprovação documental das



ações de cobrança. Era apenas o começo da transição dos controles físicos, "em papel", para o controle digital, assim havia um trabalho que hoje nos parece "duplicado". Todos os despachos com decisões eram feitos no computador, mas depois impressos, assinados à caneta pelos funcionários e pelas chefias e depois juntados aos processos que tinham todas suas folhas numeradas e rubricadas manualmente, hoje tudo é digital.

Dessa forma, tínhamos os serviços nada "intelectuais" de numerar, rubricar as páginas, carimbar o verso das folhas não utilizadas com a expressão "em branco", furar e grampear as páginas. E ainda usávamos as impressoras matriciais, com o papel tipo formulário sendo encaixado manualmente na impressora. Estas impressoras faziam muito barulho quando estavam em uso, perturbando o ambiente silencioso da repartição, tanto que o Ângelo e o João Carlos inventaram um sistema de proteção e diminuição de ruídos que isolava a impressora dentro de uma caixa de papelão.

Os funcionários com mais tempo de casa comparavam com o serviço feito nos anos 70 e 80 e achavam que naquela época estava tudo mais fácil, antes o trabalho era feito "à mão", ou seja, escrevendo com lápis e caneta ou datilografando na máquina de escrever, consulta a fichários e micro-filmes, sem sistemas para ajudar no controle, tudo era mais demorado, para nós que estávamos entrando na Receita Federal aquilo tudo já era passado.

Uma dificuldade que tivemos logo no início foi ter que trabalhar com processos pendentes de análise, pois a necessidade da equipe era, justamente, acabar com um estoque de processos antigos ainda por analisar, protocolados alguns anos antes. Eram processos com tipos diferentes de parcelamentos que foram sendo criados antes de entrarmos na Receita: Refis, Parcelamentos especiais criados por medidas provisórias, como o Parcelamento para ingresso no Simples Federal, serviço que acabou sendo feito pela Lídia e Sueli, e era até mais complexo



que os outros, tanto que a gente criou a brincadeira com a sigla SIMPLES, que seria Sistema Intrincado Manual de Parcelamento da Lídia e Sueli.

Tínhamos dezenas de armários que continham os milhares de processos. Havia um controle geral do Ministério da Fazenda, o Comprot que funciona até hoje e indica em que equipe está o processo. Mas era necessário um segundo controle para achar o processo dentro da equipe, senão ficava inviável. Quando entramos estava sendo usado o sistema "Loc-Pro". Era necessário um controle constante destes sistemas e dos armários onde ficavam os processos, tudo isso hoje desapareceu com a digitalização dos processos.

Para além do trabalho, estabeleceu-se naturalmente uma amizade entre os sete novatos da equipe. Nestes primeiros tempos íamos almoçar, sendo que muitas vezes era difícil arrumar lugar para todos juntos nos restaurantes.

Nenhum dos sete novos funcionários permanece na Equipe de Parcelamento, aos poucos cada um foi seguindo outro caminho. O Ângelo passou no concurso para Auditor-Fiscal da Previdência Social, a Ana Carolina no concurso do Ministério do Comércio Exterior. Nelson foi para o CAC Luz, João Carlos para a Dipol - Recursos Humanos, Sueli para o CAC Tatuapé, eu fui para o CAC CNPJ e a Lídia foi para a Agência de Mogi das Cruzes. Muito dessas transferências foi em razão da mudança da Derat para o prédio próximo da Avenida Paulista e também colaborou a chegada de novos funcionários de um novo concurso.

A Nanci também saiu, foi para a Delegacia de Pessoa Física e infelizmente faleceu em março deste ano. Inesperadamente teve um ataque cardíaco e partiu para outra vida deixando um filho de 12 anos, o Mateus que ela adotou e cuidava sozinha.

Desde aquele ano de início do trabalho na Receita Federal, passaram-se quase 18 anos. Muita coisa mudou nesse período com os



avanços tecnológicos, mas algumas coisas se mantiveram. Na época, não podíamos saber que as coisas tomariam esse rumo. Eu e a Sueli agora estamos trabalhando no CAC Tatuapé, no mesmo prédio da Avenida Celso Garcia em que começamos. Alguns desses colegas perdemos o contato, assim como perdemos a nossa "instrutora" Nanci Gusmão.

É dessa maneira.





Segundo Lugar

50 anos da Alfândega do Porto de Manaus

Moisés Boaventura Hoyos Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ALF/Manaus-AM

Ouvidor e representante da Educação Fiscal da Alfândega do Porto de Manaus.





50 anos da Alfândega do Porto de Manaus

No ano de 2018, eu completei 50 anos, juntamente com a Receita Federal do Brasil. Por questão de dias, não nascemos juntos. Ela, em 20 de novembro de 1968, e eu em 30 de dezembro de 1968. Desencontro de datas que seria corrigido no ano de 1991, quando comecei a trabalhar como Técnico do Tesouro Nacional na Alfândega do Porto de Manaus, mais precisamente no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, no controle de bagagem.

De 1991 até 2018, passaram-se 27 anos de muitas "aventuras" aduaneiras, criando uma relação profissional, e até passional, que, certamente, será para o resto da minha existência. A Receita Federal do Brasil está na minha vida de maneira irrevogável e essa conjunção entre a pessoa e o órgão público, que resulta em um servidor público qualificado, fez-me o Analista Tributário que sou hoje.

Os fatos ocorridos durante esses anos de Receita Federal do Brasil são tantos que é possível contar alguns "causos" e isso sempre ocorre em reuniões com amigos, contudo não seria cabível fazer isso tentando descrever os 50 anos do órgão, primeiro, pelo fato de não ter acompanhado desde o ano de 1968 e segundo, por não ter uma memória tão boa assim. Por conta desses pequenos "detalhes" e considerando os 50 anos da Receita Federal do Brasil uma data de grande importância, resolvi pesquisar sobre os fatos ocorridos nesse período de tempo.

Resgatar um pouco da história da Receita Federal do Brasil e da Alfândega do Porto de Manaus no ano de 2018 pareceu ser algo como um presente para esse órgão público que me acompanha há tanto tempo. Agora, onde obter informações sobre os 50 anos passados? Muito



claramente começamos a buscar informações em bibliotecas virtuais de jornais e revistas antigas e para minha surpresa foi possível obter muitas informações e imagens. Foi possível até escrever um breve texto sobre os 50 anos da Alfândega do Porto de Manaus, o qual compartilho com todos a seguir.

50 ANOS DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE MANAUS - BREVES RELATOS

No ano de 1968, no dia 20 de novembro, o Decreto nº 63.659 criou a Secretaria da Receita Federal, que em sua estrutura passou a ter uma coordenação para vários sistemas até então existentes (arrecadação, tributação, fiscalização e informações econômico-fiscais); três órgãos de supervisão; uma assessoria ligada diretamente ao Secretário, 10 Superintendências Regionais, 50 delegacias, 19 inspetorias, 59 agências e 642 postos. As modificações causadas pela criação da Secretaria da Receita Federal foram relatadas da seguinte forma por um jornal de Manaus:

Modificações radicais serão introduzidas na estrutura administrativa-fiscal do Ministério da Fazenda, resultando destas medidas a extinção dos Departamentos de Arrecadação, Rendas Aduaneiras, Rendas Internas e Imposto de Renda. Para substituir estes órgãos foi criada a Secretaria da Receita Federal, com Superintendências Regionais e Delegacias Estaduais. Com estas sensíveis reformas, o Estado do Amazonas foi grandemente beneficiado, pois as decisões de primeira instância, em consultas ou julgamentos relativos aos tributos aduaneiros, renda e produtos industrializados, serão proferidas na Delegacia Regional instalada nessa capital no próximo dia 19 (19 de fevereiro de 1969)" - Jornal do Comércio, Manaus, 11 de fevereiro de 1969.

No ano de 1969, ocorreu a fusão de inúmeros cargos que compunham diversas carreiras fiscais atuando de maneira isolada e por



espécie de tributos fiscalizados, não interagindo entre si, com vencimentos e status diferentes. Os Agentes Fiscais de Rendas Internas, responsáveis pelo Imposto de Consumo, e os Agentes Fiscais do Imposto de Renda, lotados na Diretoria do Imposto de Renda e nas Delegacias Regionais nas capitais, passaram a ser Agentes Fiscais de Tributos Federais de acordo com o Decreto-Lei nº 1.024. Além de criar o Agente Fiscal de Tributos Federais, o Decreto-Lei também definiu que as classes singulares de Fiscal Auxiliar de Impostos Internos e Guarda Aduaneiro seriam colocadas na parte suplementar do quadro de pessoal do Ministério da Fazenda, sendo extintos na medida em que vagassem os seus cargos. A norma em questão também criou o cargo Técnico de Tributação que passou a fazer parte do quadro pessoal do Ministério da Fazenda.

De 1967 a 1969, Pedro Dario Coelho Sampaio foi o Inspetor da Alfândega do Porto de Manaus, sendo substituído, em 1969, por Cecília Margarida Santos de Oliveira, servidora procedente do estado do Pará que exercia funções de Delegada de Rendas Internas em Belém. Chegou a Manaus com a missão de implantar a reforma administrativa ocasionada pela criação da Secretaria da Receita Federal. O jornal da época relatou da seguinte forma a sua chegada:

Foram reunidas em consequência, numa só repartição as extintas Alfândega, Delegacia do Imposto de Renda, Delegacia de Arrecadação e Inspetoria de Rendas Internas. Somente um funcionário público de elevada capacidade de trabalho e experiência profissional poderia levar a cabo tal tarefa, pois iria reunir numa única função os encargos de quatro administradores." Jornal do Comércio, Manaus, 19 de fevereiro de 1972.

Uma das primeiras ações no campo do controle aduaneiro em Manaus realizadas por Cecília foi buscar treinamentos para os fiscais aduaneiros, com o objetivo de dar eficiência nas atuações da Secretaria da Receita Federal no aeroporto de Manaus, que na época era o Aeroporto de Ponta Pelada de Manaus inaugurado em 1944.



Anos 70 - Brasil tricampeão da Copa do Mundo de Futebol, fase do "Milagre Econômico", crise mundial do petróleo, General Ernesto Geisel assumindo a Presidência da República, surgimento da televisão em cores, lançamento do primeiro microprocessador do mundo (o Intel 4004), esses eram alguns dos inúmeros acontecimentos na década de 1970. As atividades de fiscalização e controle aduaneiro desenvolvidas pela Delegacia da Receita Federal em Manaus ocorriam no prédio da Alfândega do Porto, no Aeroporto de Ponta Pelada, no Porto Público de Manaus e em alguns postos espalhados pela cidade.

Com as alterações administrativo-fiscais promovidas pela criação da Secretaria da Receita Federal no ano de 1971, ocorreu a inauguração das novas instalações da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional localizadas no prédio da Alfândega do Porto de Manaus onde já funcionava Delegacia da Receita Federal. Durante muitos anos, a Delegacia funcionava em um prédio localizado na rua Marcílio Dias e a mudança foi anunciada pela Delegada Cecília Margarida durante os festejos da Revolução de 1964.

A mudança da Delegacia ocorreu durante uma reforma interna no prédio da Alfândega no Porto de Manaus, envolvendo várias adaptações como a utilização de condicionadores de ar. Em conjunto com as reformas do antigo prédio e a mudança de sede da Delegacia, a incansável Delegada Cecília Margarida apresentava, em outubro de 1971, à sociedade manauara, o projeto do moderno edifício que abrigaria os órgãos da Fazenda Federal em um terreno em frente ao prédio da Aduana, entre a avenida Eduardo Ribeiro e a rua Marechal Deodoro. O início das obras de construção estava previsto para o fim do ano de 1970. Seria o mais novo "arranha céu" de Manaus, com um suntuoso revestimento interno em mármore e paredes externas tipo fumê panorâmico.

No compasso do chamado "Milagre Econômico", uma grande obra estava em andamento na cidade de Manaus, o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. Por conta disso, em agosto de 1972, o Ministro da



Aeronáutica, Tenente Brigadeiro Aviador Engenheiro Joelmir Araripe de Macedo, assinou a primeira Ordem de Execução para dar início aos trabalhos de construção do futuro aeródromo.

Diante das grandes obras que estavam sendo realizadas na cidade de Manaus e comemorando o terceiro ano da criação da Secretaria da Receita Federal, em 1972, a Delegada Cecília Margarida anunciou e comemorou a finalização da reforma do prédio da Alfândega. Delegada Cecília fez o seguinte pronunciamento:

"Aqui a gente trabalha à vontade e todos os funcionários do Ministério da Fazenda, lotados no Amazonas, dão o melhor de si pelo bom desempenho da função, temos certeza de estarmos cumprindo fielmente nosso dever, pois conseguimos fazer da nossa Delegacia uma empresa à espera do contribuinte, dispensando-lhe um bom tratamento para que volte sempre."

Jornal do Comércio, Manaus, 04 de março de 1972.

O ano de 1972 ainda traria mais uma novidade, a criação da Inspetoria da Receita Federal no Aeroporto Internacional de Manaus, considerada uma vitória pela Delegada Cecília Margarida, pois só ocorreu pelo fato de Manaus se encontrar num momento de grande desenvolvimento com a implantação da Zona Franca de Manaus. O Inspetor da Receita Federal nesse ano era Agnus Carvalho Veloso que ficou no cargo até o ano de 1973.

Durante parte dos anos de 1973 e 1974, a Inspetoria do Aeroporto Internacional de Manaus foi chefiada por Jorge Souza Freire que ainda no ano de 1974 se tornou o terceiro delegado da Receita Federal no Amazonas. Substituindo Freira, assumiu a Inspetoria, Walter Miranda, que ficou no cargo até o ano de 1977. Ainda em 1973, o Decreto nº 72.933 estabeleceu o Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, constituído pelas Categorias Funcionais Código TAF-601 alterando novamente a estrutura do corpo funcional da Receita Federal.



No ano de 1974, foi inaugurado o Edifício do Ministério da Fazenda, com a desativação do prédio da Alfândega localizado no Porto de Manaus, fato que mudou a sede da Receita Federal em Manaus. No dia 26 de março de 1976, retornando a Manaus, o Presidente da República, Ernesto Geisel, inaugurou o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, primeiro aeroporto da rede Infraero a ter pontes de embarque e tudo de mais moderno que um aeródromo poderia ter.

A partir de setembro de 1978, o Inspetor da Receita Federal passou a ser Rivaldo Navarro de Oliveira e a Inspetoria do Aeroporto de Manaus passou a ser Inspetoria da Receita Federal no Porto de Manaus, mudanças que ensejaram uma nova reforma do prédio da Alfândega do Porto de Manaus, que consistiria em reparos internos e manutenção de toda a fachada externa. A utilização do antigo prédio da Alfândega era necessária, pois a edificação se encontrava ociosa servindo apenas para guardar produtos apreendidos e de almoxarifado. A mudança ocorreu no ano de 1978.

Anos 80 - A década de 80 no Brasil foi um período de significativas mudanças e de novos ordenamentos no quadro político da nossa sociedade. Com o fim da ditadura militar surgiram possibilidades de se criar novas organizações da sociedade civil e política. A população foi mobilizada a participar dos destinos do Estado e organizações sindicais, associações cientificas e comunitárias floresceram juntamente com novos partidos políticos e organizações não governamentais.

A Inspetoria da Receita Federal no Porto de Manaus iniciou o ano de 1980 divulgando edital para cadastramento de candidatos para atuarem como "Auxiliar de Vistoria de Bagagem", "Auxiliar de Controle de Carga" e "Auxiliar de Vigilância e Repressão". A necessidade de mais servidores atuando no controle aduaneiro se dava pelo crescente movimento de importação e exportação que a cidade de Manaus era palco



por conta da Zona Franca, sem contar com o controle de bagagens que era realizado no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, onde o movimento de turistas era intenso.

Após o prédio histórico da Alfândega ter sido desativado com a inauguração do Edifício do Ministério da Fazenda, no ano de 1974, voltou a funcionar no mês de março do ano de 1980, após a finalização da reforma que iniciou em 1978, como sede da Inspetoria da Receita Federal no Porto de Manaus. Durante o tempo que ficou desativado, estava servindo de depósito para mercadorias apreendidas, almoxarifado e em determinada época chegou a ser utilizado pela Procuradoria da República.

O ano de 1985 foi especial para a Secretaria da Receita Federal. Foi o ano da criação da Carreira de Auditoria do Tesouro Nacional (ATN) através do Decreto-Lei nº 2.225. Com a carreira foram estabelecidos os cargos que a compunham, o de Técnico do Tesouro Nacional e o de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional. A criação da nova Carreira de Auditoria do Tesouro Nacional promoveu uma nova transposição dos cargos da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como havia ocorrido na década de 70. Os cargos de Fiscais de Tributos Federais (TAF-601) e Controlador da Arrecadação Fiscal (TAF-602) foram transpostos para o cargo de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional. O cargo de Técnico de Atividades Tributárias (TAF-606) foi transposto para o cargo de Técnico do Tesouro Nacional.

No ano seguinte, ocorreria em Manaus a troca de Inspetor da Receita Federal do Brasil, saindo Rivaldo Navarro de Oliveira, após ficar nove anos no cargo, assumindo Raimundo Vidarico do Nascimento. Junto com a chegada do novo inspetor ocorreu também a chegada dos primeiros Técnicos do Tesouro Nacional aprovados em concurso público.

No final do ano de 1987, a Inspetoria da Receita Federal no Porto de Manaus trocava novamente de comando. Deixava o cargo Raimundo



Vidarico e entrava o amazonense Ernani Garcia, ex-diretor do Sistema de Informações Jurídico-Tributárias do Ministério da Fazenda em Brasília. Ainda nos anos de 88 e 89, ocorreram duas trocas de inspetores na Receita Federal do Porto de Manaus, Newton José Alcântara, em 1988, substituiu Ernani Garcia e este foi substituído, em 1989, por Francisco Amaral Manso.

Anos 90 - Os anos 90 iniciaram com a consolidação da democracia, globalização e capitalismo global. O mundo presenciou a Guerra do Golfo e a popularização do computador pessoal e da Internet. No Brasil a década começou com instabilidade, com o confisco de poupanças do presidente Fernando Collor que sofreria um impeachment anos depois. Com o presidente Itamar Franco, o país experimentou estabilidade econômica e crescimento com o Plano Real (1994). O Ministro da Fazenda que implementou o Real, Fernando Henrique Cardoso, eleger-se-ia presidente.

Na Inspetoria da Receita Federal do Porto de Manaus, em janeiro de 1990, Francisco Amaral Manso foi substituído por José Ribamar Barros Penha, inspetor que acompanhou o início das atividades administrativas e operacionais do Entreposto da Zona Franca de Manaus - EIZOF no ano de 1993.

A movimentação do comércio internacional em Manaus provocou o crescimento econômico da cidade e o aumento da importância da fiscalização e controle aduaneiro, materializado na Portaria nº 606, de 3 de setembro de 1992 do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, que estabeleceu, através do Regimento Interno da Receita Federal, a transformação da Inspetoria da Receita Federal do Porto de Manaus em Alfândega do Porto de Manaus.

Sendo considerada uma Alfândega de grande importância no cenário nacional, em junho de 1993 ocorreu troca de comando na unidade, por determinação do então Secretário Osíris Lopes Filho, saindo José Ribamar e retornando o pernambucano Raimundo Vidarico do Nascimento.



Vidarico, ainda em 1993, seria substituído por Aurino Xavier de Brito Filho que era Delegado da Receita Federal em Santarém/PA. Até o ano de 1996, Aurino fica no comando da Alfândega do Porto de Manaus, deixando o cargo por motivos particulares, sendo substituído por José Fernandes do Nascimento.

Em outubro de 1996, o Super Terminais foi inaugurado, sendo um terminal privativo de uso misto localizado próximo ao Polo Industrial de Manaus e com uma equipe de desembaraço da Alfândega do Porto de Manaus deslocada para as suas instalações.

A Portaria SRF nº 1971, de 30 de dezembro de 1996, criou a unidade Inspetoria da Receita Federal do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, jurisdicionada pela Alfândega do Porto de Manaus e no ano de 1998 a inspetoria passou a ser Alfândega do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, conforme Portaria MF nº 27, de 16 de fevereiro de 1998, separando as administrações da Receita Federal no Porto e no Aeroporto, até então uma só.

Com um novo inspetor, Luís Carlos Maia Cerqueira, a Alfândega do Porto de Manaus em 1998, finalizou a década de 90 com a assinatura da Medida Provisória nº 1.915, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que dispôs sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, alterando o nome da Carreira e de seus cargos. A carreira passou a se chamar Carreira Auditoria da Receita Federal, Técnico do Tesouro Nacional passou a ser Técnico da Receita Federal, Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional passou a ser Auditor-Fiscal da Receita Federal. Os cargos da carreira deveriam ter nível superior para poder ingressar.

Século 21 - 2000 a 2010 - Nos primeiros anos do novo século, a economia mundial passou por um dos maiores períodos de prosperidade e estabilidade da história, até o final do ano de 2007, quando ocorreu a Crise Econômica de 2008-2009 que colocou em risco a economia de vários países, principalmente dos desenvolvidos. O Euro tornou-se a moeda



oficial da maioria dos países da União Europeia e a China atingiu um crescimento econômico sem precedentes e o Brasil conseguiu acumular mais reservas do que a dívida externa.

Em Manaus, o século 21 iniciou com novidades para o comércio exterior, especificamente relacionadas aos serviços de logística e de armazenagem utilizados nas importações e exportações, com a inauguração do Porto Seco Aurora EADI, em 5 de maio de 2000. Ainda no primeiro ano do novo século, o Inspetor da Alfândega do Porto de Manaus, Luís Carlos Maia Cerqueira, foi substituído por Maria Elizia Alves de Andrade, que era inspetora da Alfândega do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. Elizia era a primeira mulher inspetora da Alfândega do Porto de Manaus, posto no qual permaneceu até o ano de 2009, atravessando várias greves de servidores, crises econômicas, inconstâncias nas importações e exportações da ZFM, reestruturações administrativas da Receita Federal e outras dificuldades atinentes de uma administração aduaneira.

Em 16 de março de 2007, o Governo sancionou a Lei nº 11.457 criando a "SuperReceita", fundindo as estruturas de arrecadação e fiscalização dos Ministérios da Fazenda e da Previdência Social com o objetivo de reorganizar a administração tributária federal e reduzir os custos com a manutenção de duas instituições. A Secretaria da Receita Federal passou a se chamar Secretaria da Receita Federal do Brasil e os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal e de Auditor-Fiscal da Previdência Social passaram a ser Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, o cargo de Técnico da Receita Federal passou a se denominar Analista Tributário da Receita Federal do Brasil.

Ao fim da primeira década do século 20, a Inspetora Maria Elizia foi substituída por Bruno Nepomuceno, administrador que recepcionou no ano de 2010 os novos Auditores-Fiscais e Analistas Tributários aprovados no concurso público realizado em dezembro do ano anterior.



De 2011 a 2018 - Nova sede - a casa definitiva - Em 2012, com a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus, através do delegado Omar Rubim, divulgou-se para um jornal local informações sobre a construção de uma nova sede para o órgão no Distrito Industrial:

A Receita Federal no Amazonas deve construir uma nova sede no Distrito Industrial, orçada em R\$ 50 milhões. O prazo de construção será de três anos, que contará a partir do início das obras. O prédio novo irá funcionar como um complexo de serviços que irá englobar a Delegacia da Receita, a alfândega do Porto, o depósito de mercadorias (que funcionam no Centro), além do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), localizado atualmente no São Jorge.

«Temos terreno de 51 mil metros quadrados e um projeto aprovado pronto para licitar. Estamos aguardando a liberação do recurso. Acredito que em 2012 vamos abrir o processo licitatório e iniciar a construção", disse o delegado da Receita Federal, Omar Rubim. Após a nova sede da Receita ficar pronta, os atuais prédios deverão ser devolvidos à União e redistribuídos para outros órgãos federais.»

RECEITA Federal terá nova sede em Manaus. Disponível em: https://www.acritica.com/channels/manaus/news/receita-federal-tera-nova-sede-em-manaus Acesso em: 30 out. 2018

No ano de 2014, após décadas tendo como sede um dos mais belos prédios históricos de Manaus, a Alfândega do Porto de Manaus deixou em definitivo a sua antiga "casa", o centenário prédio da Alfândega do Porto de Manaus, e passou funcionar em um prédio alugado, localizado na rua Emílio Moreira nº 470, Bairro Praça 14. A mudança se deu por conta das cheias anuais do Rio Negro que alagavam as instalações do prédio histórico da Alfândega.



No dia 10 de dezembro de 2014, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, autorizou a contratação de empresa para execução da construção do edifício-sede da Delegacia da Receita Federal em Manaus, da Alfândega da Receita Federal no Porto de Manaus e da Procuradoria da Fazenda Nacional no estado do Amazonas. Após anos de intensos trabalhos, comandados pelos servidores da Receita Federal, em junho de 2018, foi inaugurado o Complexo Administrativo do Ministério da Fazenda, abrigando a Alfândega do Porto de Manaus, a Delegacia da Receita Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional, o Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC e a Secretaria de Administração Fazendária - SAMF. O Complexo se encontra em funcionamento na avenida Governador Danilo de Matos Areosa, nº 1530, Distrito Industrial, casa definitiva da Alfândega do Porto de Manaus.

2011 a 2018 - anos de mudança - Com a saída de Bruno Nepomuceno em 2011 foi a vez de Osmar Félix de Carvalho assumir a administração da Alfândega do Porto de Manaus até o ano de 2016. A modernização das Aduanas pelo mundo, impulsionada pelos atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos no ano de 2001, passou a ser mais intensa e a busca pela facilitação do comércio internacional saiu de vez do campo de planejamento e passou para a efetiva adoção de ações por partes dos países membros da Organização Mundial das Aduanas.

Convivendo internamente com uma avalanche de avanços tecnológicos, como e-processo, certificação digital, sistemas via web, portal único, acesso remoto, inteligência artificial, aplicativos para celulares e tantas outras novidades, a Receita Federal atravessou, entre os anos de 2016 a 2017, toda a tramitação de um Projeto de Lei que tratava da negociação salarial de seus servidores. Identificado pelo número 5.864, o projeto de Lei apresentado pelo Governo dispunha sobre a Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e instituía o Programa de Remuneração Variável da Receita Federal do Brasil.



Devido a não aprovação do projeto de lei, o governo apresentou a Medida Provisória nº 765, de 29 de dezembro de 2016, versando sobre o mesmo assunto do Projeto de Lei nº 5.864 e que foi aprovada, convertendo-se na lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017. A partir dessa lei, a Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil passou a ser denominada carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, mantendo os cargos existentes na sua composição.

No ano de 2016, José Alves Dias assumiu a administração da Alfândega do Porto de Manaus, posto que ocupa atualmente como Delegado da Alfândega do Porto de Manaus, denominação que substituiu o termo Inspetor, de acordo com o Regimento Interno da Receita Federal do Brasil aprovado no ano de 2017.





Terceiro Lugar

Gato escaldado tem medo de água fria

Débora Brígido de Sousa Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Belo Horizonte-BH

Ingressou na RFB em 1995, na DRF/Foz do Iguaçu. No final de 1997, foi removida para Belo Horizonte, sua cidade Natal. Na SRRF06, trabalhou na Difis e na Ditec, de 1998 a 2002. Em 2003, foi lotada na DRF/Belo Horizonte. Desde 2009, trabalha no serviço de fiscalização da DRF/Belo Horizonte.





Gato escaldado tem medo de água fria

Desde 2009, trabalho com fiscalização de pessoas físicas na DRF Belo Horizonte. Dentre as diferentes experiências que já vivenciei, existe um lugar comum: ninguém gosta de ser fiscalizado. Via de regra, somos tratados com respeito por parte dos contribuintes, mas é um respeito impregnado de medo, afinal contribuintes e fiscais ocupam posições antagônicas.

Em 2012, selecionou-se para fiscalização de IRPF, um contribuinte que tinha apresentado uma vultosa movimentação financeira no mercado de ações, mas não tinha preenchido os Demonstrativos de Renda Variável em suas declarações e tampouco tinha recolhido qualquer valor de imposto de renda sobre ganhos obtidos em operações na bolsa de valores. Não era uma fiscalização rotineira, mas como já havia executado algumas do gênero, considerei que seria apenas mais uma.

Preparei o termo de início de fiscalização e enviei por via postal para o endereço do contribuinte. Após três tentativas de entrega, a correspondência foi devolvida, não havia ninguém presente para assinar o recebimento do termo.

Para minha surpresa, tive conhecimento, após consultas na internet, que o contribuinte estava detido na Penitenciária Nélson Hungria em Contagem/MG. Opa, sinal vermelho, nunca fiscalizei alguém que estivesse detido. O contribuinte teve sua prisão temporária decretada em 2010, ele estava sendo processado por ter causado prejuízos financeiros a diversas pessoas que aplicaram suas economias numa empresa de investimentos financeiros, de propriedade do contribuinte.



Em contato telefônico com a Penitenciária Nélson Hungria, recebi a informação que o contribuinte se encontrava detido no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional - CERESP - em Betim/MG. Encaminhei um ofício ao Diretor Geral solicitando-lhe acesso às dependências do centro prisional para cientificar pessoalmente o contribuinte.

Porém, não iria fazer uma intimação inusitada como aquela sozinha. Guardava bem na lembrança, o dia em entreguei um termo de início, numa peixaria em Foz do Iguaçu/PR, minha primeira lotação na RFB. Naquele dia, a frase "a ignorância é atrevida" mostrou seu real significado. Era o ano de 1997, do alto dos meus 25 anos, a verdadeira síntese de uma nova fiscal, com pouquíssima (superlativo para nenhuma) experiência, fui sozinha iniciar uma fiscalização de IRPJ. Durante a travessia dos 10 metros (pareceram 100) que separavam a entrada da peixaria até a sala do representante, pude observar nas mesas de limpeza e preparações de peixes uma infinidade de facões sujos de sangue e na minha cabeça uma pergunta insistia em ecoar: "o que estou fazendo aqui SOZINHA? O que estou fazendo aqui SOZINHA?".

O proprietário da empresa, após as apresentações de praxe, me solta a pérola: "doutora, será que a gente não pode dar um jeitinho?" Entre me sentir lisonjeada pelo título doutoral (ao qual não fazia jus) ou ofendida pela tentativa de corrupção ativa que acabara de sofrer ou sair correndo, confesso que optei por esta última. Encurtei logo a conversa: "não há o que ser feito, apresente a documentação e os livros dentro dos prazos estipulados" e disparei rumo a saída. Gata escaldada, prometi a mim mesma que nunca mais me colocaria numa situação daquelas. Da próxima vez, pediria a um colega que me acompanhasse em possíveis situações de risco.

E assim, voltando para 2012, pedi a um colega que fosse comigo entregar aquele termo de início.



Numa manhã ensolarada, fomos numa viatura da RFB, termo que melhor se aplica ao veículo que nos transportou naquele dia, da DRF/Belo Horizonte ao CERESP/Betim. No percurso de uns 40 quilômetros, o suor que percorria minha espinha não era reflexo do dia quente e sim da tarefa que me aguardava, aos poucos a tensão foi sendo dissipada pela conversa do motorista.

Chegamos ao centro de remanejamento prisional, que embora não tivesse o título de uma prisão, tinha toda cara de uma. Na entrada, fortemente guardada por agentes penitenciários, apresentamos nossas carteiras funcionais e após a confirmação de que estávamos sendo aguardados, o veículo pôde entrar no primeiro pátio. A partir do segundo, nós, auditores-fiscais, deveríamos seguir a pé. Fomos escoltados e conduzidos à sala do diretor, me vi novamente numa longa travessia de pouquíssimos metros, durante os quais só conseguia relembrar todos os filmes ou noticiários de polícia, onde inocentes são feitos reféns durante uma rebelião de presos.

Será que a vida imita a arte ou a arte imita a vida? Neste caso, sorte nossa, ninguém imitou ninguém. Arte, vida e presos deviam estar com preguiça.

Na sala do diretor, o detento é trazido a nossa presença algemado, neste momento a palavra vergonha assume novos significados, ele foi acomodado sentado à nossa frente, com um guarda de prontidão as suas costas.

Faço nossa apresentação, com a voz repleta de gaguejo, e forneço os detalhes do procedimento fiscal que está sendo iniciado. Retiro da minha pasta de couro, usada apenas em ocasiões especiais (?) como aquela, uma caneta para que o contribuinte assine o termo de início. Para meu espanto e desconforto a caneta resolve "passar dessa para melhor" e se desmonta por completo em minhas mãos, mola para um lado, cartucho



e invólucro pro outro. Naquela fração de segundo, em que a arte pode imitar a vida e mil pensamentos atravessam nossa mente, imaginei que o contribuinte era o MacGyver (personagem de ficção, que se safa de situações de perigo criando objetos de defesa ou de ataque a partir de objetos comuns) e que iria utilizar o cartucho da caneta para se livrar das algemas e fazer de mim um escudo humano. Felizmente, como já dito, a arte andava preguiçosa, as partes da caneta restaram inertes em minhas mãos e o diretor do presídio logo providenciou uma simples esferográfica para que terminássemos ilesos nosso trabalho.

Apesar de ser uma situação paradoxal, o contribuinte se mostrou feliz e agradeceu nossa visita, ele via na fiscalização uma forma de provar que realmente tinha perdido muito dinheiro na bolsa de valores, que havia feito péssimos investimentos, mas que não tinha roubado o dinheiro de ninguém, enfim, que ele era um inocente... Até aquele momento, ainda não havia vivenciado uma situação em que minha presença fiscal pudesse ser tão apreciada.

Em tempo, embora não fosse perigoso, em termos fiscais, aquele contribuinte não era nada inocente!



Menção Honrosa





Minha história de trabalho na Receita Federal do Brasil

Juimar Nunes Torres

Agente Administrativo da Receita Federal do Brasil - ARF/Coronel Fabriciano-MG

 $Ingressou\ na\ Receita\ Federal\ em\ 26\ de\ agosto\ de\ 1991\ e\ atualmente\ trabalha\ no\ atendimento\ de\ CPF\ no\ CAC\ na\ ARF/CFN/MG.$

Em 7 de Fevereiro de 1980, ingressei no serviço público federal no Território Federal de Rondônia na Cidade de Cacoal-RO, lotado no Ministério do Interior, cujo Ministro era o Dr. Mário Andreazza. Em 22 de Dezembro de 1981, Rondônia é elevado à categoria de Estado e o Governo Federal passa a administrar o Estado que tinha aproximadamente 14 mil funcionários públicos federais, e para efetuar os pagamentos dos salários destes funcionários do extinto Território Federal, o Estado precisava de dez anos de carência do Governo Federal para colocar as contas em dia. Passados alguns anos, o Governo abre oportunidade para qualquer funcionário que quisesse solicitar transferência para qualquer lugar do Brasil, cujo objetivo era para enxugar a máquina administrativa.

Neste momento não perdi tempo, pedindo minha transferência para a Delegacia da Receita Federal em Governador Valadares -DRF/GVS/MG em 1988, porque eu estava interessado em namorar prima, residente em Ipatinga, MG que, em 26 de Outubro de 1991, tornou-se



minha esposa. Foram anos de muitas dificuldades e lutas, mas confiando em Deus sabendo que tudo aconteceria conforme a sua vontade.

Passados quase três anos, foi publicado dia 25 de Julho de 1991 no Diário Oficial da União a minha transferência, aguardada com paciência na expectativa de que o dia chegaria, recebi a notícia com muita alegria e festa com os meus colegas de trabalho, amigos e familiares no lugar onde eu trabalhava na Delegacia de Educação e Cultura. Em 15 de Agosto de 1991, a minha namorada Valdice foi me buscar em Cacoal-RO, entretanto, foi muito dolorosa a minha viagem, pelo fato de nunca ter saído do convívio da minha família, mas com certeza um dia aconteceria.

Decorridos alguns dias me apresentei na DRF/GVS/MG ao Delegado Bernardino em 25 de Agosto de 1991, o qual foi muito generoso na conversa que tivemos em seu gabinete, tomei posse no Cargo de Agente Administrativo no Ministério da Fazenda. Fui encaminhado para a Agência da Receita Federal em Coronel Fabriciano - ARF/CFN/MG, me apresentando a Agente Vera Lúcia no dia seguinte, 26 de Agosto de 1991, iniciando nesta data tão sonhada meus trabalhos na Receita Federal. Com pouca experiência, mas com grande vontade, fui adquirindo os conhecimentos necessários para fazer os trabalhos a mim designados com muita dedicação. Entre as tarefas realizadas no atendimento ao público, datilografava o preenchimento dos formulários MIA e cartão de CPF, colocando as etiquetas de número de CPF.

No decorrer dos anos, os trabalhos aumentaram bastante e a nossa Agência passou a Delegacia em 01 de Abril de 1998 com o primeiro Delegado Flávio que logo me convidou para trabalhar de motorista credenciado e a partir deste momento fui desafiado a fazer mais uma atividade: dirigir veículo oficial, trabalho que gosto muito de fazer.

Passados alguns meses, foi realizada uma grande festa para instalação da Nova Delegacia na Av. Rubens Siqueira Maia, no dia 09 de Dezembro de 1998. No decorrer dos anos, os trabalhos foram aumentando



gradativamente juntamente com a quantia de funcionários, foi necessário a transferência para um prédio maior na mesma Av. Rubens Siqueira Maia em Coronel Fabriciano em Dezembro de 2003.

Em 2016, entrei com processo de abono de permanência para continuar trabalhando na Receita Federal sem me aposentar até quando Deus me der este privilégio, atendendo aos contribuintes com prazer e dedicação.

Em 1º de Dezembro de 2017, foi realizada uma festa para encerrar os trabalhos da Delegacia, na oportunidade fui homenageado com uma placa na qual está gravada a mensagem:

"JUIMAR, NOSSA GRATIDÃO E RECONHECIMENTO POR SUA DEDICAÇÃO E COMPROMETIMENTO COM AS ATIVIDADES DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS".

Em 27 de Novembro de 2018, considerando a dignidade, zelo no cumprimento do dever e o exemplo de honradez profissional, concede elogio (ato publicado) a Juimar Nunes Torres.

Passados 28 anos de serviço público, posso dizer, tive a oportunidade de desempenhar diversos trabalhos: arquivar os jornais Diário Oficial da União, e qualquer matéria especial que o Delegado precisasse ele me pedia e eu procurava nos D.O.U. e passava para ele, porque naquela época ainda não constava nos arquivos da internet; levar a Delegada no carro oficial da Receita Federal para inauguração da Nova Agência da Receita Federal de Itabira e transportava diversas mercadorias levando e buscando nas Agências de Itabira e João Monlevade e na capital, Belo Horizonte, e alguns fiscais para fazer auto de infração nas cidades jurisdicionadas a esta Delegacia; fazia o trabalho de datilografar os nomes dos contribuintes na folha padrão do Correio e organizar e conferir se estava tudo certo e levá-las ao Correio todos os dias; trabalho efetuado no



protocolo do ano de 2003 em diante, sendo responsável pelos envios dos malotes; atender os contribuintes no CAC fazendo diversos trabalhos concernentes à regularização do CPF.

Dos colegas da Agência que encontrei quando cheguei, em 1991, alguns foram transferidos e outros se aposentaram, porém, apenas eu continuo na ativa até hoje, 23 de Setembro de 2019, morando na nossa casa em Ipatinga, MG e vindo para o trabalho todos os dias de moto.

Este é um pequeno relato da minha participação na construção da história da Receita Federal do Brasil.



Prosas Classificadas





A Fronteira e a ARF/SAS

Marcos Augusto Albiero Sakimoto Analista Tributário da RFB- ALF/Dionísio Cerqueira-SC

Ingressou na RFB em 2003, na ARF Caçador/SC, 9ª Região Fiscal, onde exerceu atividades no Centro de Atendimento ao Contribuinte. Participou de operações Fronteira Blindada, especialmente na região de fronteira Brasil-Argentina em Santa Catarina e no Paraná. Compôs uma das equipes de reforço da Operação Rio 2016, atuando com a recepção de Dignatários. Está lotado na ALF Dionísio Cerqueira/SC na fronteira com Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina), onde trabalhou na Área de Controle de Cargas e onde exerce atualmente o cargo de chefe do Núcleo de Programação e Logísitica.

Introdução

A fronteira entre a cidade brasileira de Santo Antônio do Sudoeste/Paraná e a sua irmã argentina San Antonio/Misiones possui uma rica história da qual faz parte a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). Nesse local, encontram-se as instalações da Agência de Santo Antônio do Sudoeste/PR (ARF/SAS) que desempenha o importante papel de vigilante do passo fronteiriço.

O histórico regional, que inclusive envolve outra unidade da RFB, pode ser observado na prosa IRF/Dionísio Cerqueira/SC, da 8ª edição do Concurso Histórias de Trabalho. A seguir, serão relatadas algumas particularidades da fronteira do sudoeste paranaense que conferem caráter único à ARF/SAS.



A história:

A Fronteira e a ARF/SAS

Formalmente parte da República do Paraguai até a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), a região do atual município de Santo Antônio do Sudoeste/PR era habitada majoritariamente por argentinos e paraguaios. Os primeiros registros de fixação de famílias se deram entre os anos de 1901 e 1903, segundo informações do professor Heriberto Ivan Machado, em seu livro Santo Antônio do Sudoeste - Sua gente, sua história.

Com resquícios ainda visíveis atualmente, a economia local se desenvolvia em torno da extração e da comercialização de erva mate e de madeira. O fluxo fronteiriço se realizava por meio de piques que se faziam (e ainda se fazem) mata adentro e por meio de uma ponte de madeira - tudo isso sem qualquer controle dos Poderes Públicos.

A presença estatal se deu somente em 1929, quando o primeiro Posto Fiscal, administrado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, foi instalado no atual bairro Entre Rios, segundo o descrito na dissertação de mestrado da professora Marilce Auxiliadora Mari (Santo Antônio do Sudoeste no Brasil e San Antonio na Argentina: identidades e identificações). Essa construção em madeira viria a ser o ponto de referência para as futuras instalações da unidade da RFB.

Quanto à ponte, conforme relatos de servidores da ARF/SAS, a primeira estrutura de madeira foi construída em 1917. Décadas se passariam até que uma nova estrutura em concreto armado a substituísse. Conta-se, aliás, que esta última, concluída por volta de 1985, foi resultado de um acordo bem peculiar e informal: as vigas ficaram por conta do Governo do Estado do Paraná, o cimento foi cedido pelo Gobierno de la Provincia de Misiones e a mão de obra foi provida por servidores e terceirizados de ambos os municípios.



Segundo alguns santo-antonienses (livro As histórias dos pioneiros contadas por eles mesmos, de Ilmar Antônio Auth), a presença da Coletoria Federal na cidade data de 1955, com a construção de uma casa no centro da cidade. Esse marco temporal coincide com o ano de publicação da Lei nº 2.584/1955, pelo Presidente Café Filho, que criava esse tipo de repartição arrecadadora no local e também por diversas outras cidades do país.

Sendo uma Coletoria de 5ª classe, conforme registro na página da Internet da RFB, a repartição acabou perdendo suas funções com a publicação da Lei nº 4.503/1964, que transformava as Coletorias em Exatorias Federais, vinculadas a Delegacias Regionais e Seccionais, e que extinguia aquelas cuja existência não se justificasse. Até 1974, as atribuições arrecadatórias federais da localidade passariam a ser executadas em Barração/PR - cidade que forma uma conurbação com Dionísio Cerqueira/SC.

Quanto ao Posto Fiscal da fronteira e à atual instalação da RFB, é possível observar, por registros fotográficos, quatro estruturas que marcaram época. A primeira é de 1946, do Posto Fiscal, situado na saída da cidade em direção ao norte, onde também se encontrava o Hotel Camargo. Nesta casa de madeira, os funcionários possivelmente exerciam rotinas de fiscalização dos caminhões de cargas provenientes do Rio Grande do Sul e também do fluxo fronteiriço com o país vizinho.

A segunda mostra uma casa de madeira que, no ano de 1956, continha duas janelas frontais com os vidros quebrados, um mastro com uma grande bandeira do Brasil à frente e uma cancela de madeira onde se lia "PARE POSTO FISCAL", escrito de modo improvisado. Além de servir ao exercício da função fiscal, esta casa também era utilizada como residência do responsável pela unidade do fisco estadual e de sua família, lugar de confraternização (como jogos de bocha) e chegou a abrigar, por algum tempo, uma escola e um hospital.



A terceira aparece no álbum fotográfico municipal de 1971, mostrando uma casa de madeira menor que a anterior e que exibia um brasão da República Federativa do Brasil afixado ao lado da porta, apesar de o posto ainda continuar sob a guarda da fiscalização estadual. Pelo registro, percebe-se a simplicidade do ambiente, com cercas em madeira e vias de acesso em terra batida. Nota-se, também, a presença de uma caixa com relógio contador para energia elétrica, possivelmente derivada do novo sistema elétrico da cidade, inaugurado em 31 de outubro daquele mesmo ano, segundo o ex-prefeito Ary Faria Furquim. O município foi um dos últimos do Estado a receber tal sistema, o qual substituía o precário conjunto composto por um motor de combustão a lenha, apelidado de Maria Fumaça.

É interessante destacar que, em setembro de 1974, houve a reativação da repartição da RFB no centro da cidade, a qual tratava de tributos internos. Na sequência, cerca de três anos depois, começava a ser projetada e construída pelo Governo Federal uma estrutura moderna, em alvenaria, ao lado da casa de madeira do fisco paranaense, que viria a ser replicada contemporaneamente em Dionísio Cerqueira/SC.

Após passar alguns meses desocupada, a nova instalação entrou em pleno funcionamento por volta de 1978, no bairro Entre Rios. Uma fotografia realizada três anos mais tarde mostra a nova estrutura no sudoeste paranaense recém-construída, próxima à ponte de madeira que viria a ser substituída poucos anos depois.

Utilizada por mais de três décadas, essa estrutura voltaria a sofrer intervenções somente em julho de 2013, quando se iniciou uma reforma para revitalização e a adequação funcional. A conclusão das obras mostra, atualmente, a manutenção do prédio administrativo e a construção de um segundo edifício - com garagens, depósito de mercadorias e escritórios - do outro lado da pista asfaltada. O pequeno prédio da fiscalização localizado no meio da pista para automóveis - cuja réplica pode ser observada na fronteira



cerqueirense - foi totalmente removido e um enorme telhado em formato de portal foi construído para abrigar os fiscais e os transeuntes em dias de chuva ou sol forte.

As curiosidades: fatos e causos

É interessante notar que a faixa de fronteira de aproximadamente 20 km existente entre as cidades de Santo Antônio do Sudoeste/PR e Dionísio Cerqueira/SC não apresenta barreiras naturais. Ela possui um hiato fluvial pois, a partir da cidade paranaense nasce o Rio Santo Antônio, que deságua no Rio Iguaçu, e na cidade catarinense nasce o Rio Peperiguaçu, que deságua no Rio Uruguai.

Essa porosidade fronteiriça representou e sempre representará um grande desafio aos órgãos de fiscalização atuantes. Se, no início do século XX, o contrabando era marcado pela presença dos gêneros alimentícios, no desenrolar do século XXI, relata-se o tráfico de armas e munições na calada da noite, com suposto destino às metrópoles da região Sudeste do Brasil.

Nos anos 1930, em que o Estado Brasileiro começava a pensar em ocupar e gerenciar os territórios ao oeste, Santo Antônio pertencia ao município de Clevelândia, no centro-sul do Paraná, e era abastecida basicamente por víveres trazidos do lado argentino (banha, farinha de trigo, querosene, manteiga, óleo). Havia, inclusive, a necessidade de se andar armado, pois o perigo de ser atacado por onças era constante.

Após se emancipar administrativamente, em 1951, e agregar à sua denominação a expressão "do Sudoeste", a cidade viveu um dos anos mais agitados na região da fronteira em 1957, com a eclosão da Revolta dos Colonos/Posseiros no Paraná. Por ser Santo Antônio do Sudoeste/PR a base de jagunços contratados pela empresa que tentava expulsar os colonos de suas terras, nem mesmo o posto fiscal estadual ficava à margem da violência que assolava a localidade.



Conta o responsável pelo Posto Fiscal à época, Pedro Correa - em entrevista a Ilmar Antônio Auth -, que durante as noites, ele, sua família e algumas pessoas passavam para o lado argentino para escapar do conflito e retornavam nas manhãs seguintes. O pouso a Pedro e sua família era oferecido pelo chefe da aduana argentina, com quem se havia acordado a concessão informal de refúgio aos brasileiros.

Já no tema do abastecimento de mercadorias, pode-se dizer que a chegada significativa de víveres de outras partes do território argentino é algo recente. Até meados dos anos 1980, não havia vias de acesso asfaltadas ou em condições adequadas que integrassem satisfatoriamente San Antonio ao resto do território argentino. Disso derivou a criação de formas adaptadas de comércio local, como a adoção de cotas de importação e exportação para produtores de ambos os lados. Da Argentina chegavam, sobretudo, o feijão e o milho; do Brasil, iam todos os tipos de materiais de construção, de implementos, maquinários e instrumentos agrícolas.

Essa sistemática, no entanto, trouxe consigo problemas de corrupção e violência por parte de alguns argentinos, os quais coagiam brasileiros a pagar pela passagem de mercadorias e agrediam esporadicamente moradores brasileiros que viviam em San Antonio. Relatos santo-antonienses dizem que a comoção causada pelos acontecimentos fez com que, no início dos anos 1990, populares brasileiros trancassem a passagem ao saber que um desses malfeitores se encontrava em solo paranaense. O imbróglio somente teria se resolvido após negociações informais entre autoridades dos dois países.

Com relação às comunicações, servidores da ARF/SAS contam que, no final dos anos 1970, a troca de informações mais urgentes entre a unidade e a Delegacia de Cascavel/PR era feita por meio de um rádio emprestado pela polícia brasileira. O rádio próprio da RFB chegou à



unidade apenas em 1978 e somente com a mudança para a nova estrutura do bairro Entre Rios é que se teve acesso ao sistema telefônico.

No âmbito da execução de serviços tributários, realizava-se nessa unidade da RFB, há algumas décadas, a chamada Cobrança Administrativa Domiciliar - algo impensável em tempos mais recentes. O método consistia, basicamente, em recolher pessoalmente documentos nas empresas, calcular os impostos e solicitar o pagamento devido. Além de realizar cálculos em frequência mensal, os funcionários da RFB também se encarregavam de estimar manualmente os acréscimos legais - trabalho extremamente demorado. Por algum tempo, apenas a Delegacia de Cascavel/PR possuía uma máquina para computar os cálculos mecanicamente na região.

Quanto à remuneração dos servidores, existe arquivado na ARF/SAS o contracheque do chefe do posto - Técnico do Tesouro Nacional, Classe 2 - em setembro de 1985, quando a inflação acumulada no Brasil nos 12 meses anteriores ultrapassava os 200%. O ganho líquido de 4.297.802 Cruzeiros seria, por exemplo, o equivalente a cerca de sete salários mínimos em novembro daquele mesmo ano (Decreto nº 91.861, de 1º de novembro de 1985).

A luta por reconhecimento: da subsistência ao alfandegamento

Devido a diversas características como geografia, formatação urbana e desenvolvimento econômico, o comércio internacional entre as margens do Rio Santo Antônio sempre foi o de subsistência. Ou seja, tratase de ponto não alfandegado, em que a isenção de bens adquiridos entre as cidades restringe-se às necessidades pessoais do adquirente e de sua família.

São inúmeros os processos abertos por grupos de interesses locais perante a RFB, principalmente a partir da instalação da infraestrutura em



alvenaria entre o final de 1970 e o início de 1980, que solicitam o alfandegamento da passagem internacional. Entre eles, citam-se: municípios limítrofes, entidades de indústria e comércio, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), associações, conselhos, consórcios e foros de desenvolvimento local e regional.

Os principais argumentos favoráveis à habilitação oficial do passo fronteiriço são a efetiva implementação das normativas do MERCOSUL, a necessidade de exportação de produtos primários para fomentar o desenvolvimento regional, a abertura local para o turismo e a equiparação da estrutura funcional com aquelas existentes em Dionísio Cerqueira/SC e Capanema/PR. Atualmente, a passagem não conta com órgãos migratórios e é fechada para qualquer tipo de trânsito entre 19 horas e 7 horas do dia seguinte.

Por outro lado, a negativa por parte da RFB em conceder o alfandegamento para comércio e turismo baseou-se reiteradamente na carência de habilitação da estrada para transporte internacional pelo Ministério dos Transportes, na ausência local de órgãos intervenientes no comércio exterior, na estrutura física inadequada à atividade aduaneira e na falta de perspectiva de alocação de recursos humanos suficientes. Em outras palavras, a RFB não contemplou perspectivas positivas quanto ao surgimento de significativo volume de trânsito comercial e ao aporte de investimentos suficientes para realizar a plena habilitação alfandegária pleiteada.

Durante esse período de tentativas fracassadas, a unidade de Santo Antônio do Sudoeste/PR, vinculada à DRF/Cascavel/PR, passou temporariamente à condição de Inspetoria, em 1974, algo que, no entanto, não alterou a sua situação alfandegária. De acordo com o professor Heriberto, o Ato Declaratório nº 06, de 23 de outubro de 1991, por exemplo, viria a institucionalizar e reafirmar a restrição comercial à modalidade de subsistência no passo do Rio Santo Antônio.



Com a reestruturação promovida pela Portaria do Ministério da Fazenda (MF) nº 430, de 09 de outubro de 2017, a unidade passou a ser vinculada à recém-criada Alfândega de Dionísio Cerqueira/SC (ALF/DCA), cuja proximidade geográfica permitiu à RFB entender melhor as necessidades locais. Paradoxalmente, mesmo sendo classificada em categoria regimental-aduaneira inferior à anterior em temos de abrangência de atividades, a ARF/SAS teve reavivado o seu desejo de transformação e valorização da passagem internacional pelo Rio Santo Antônio.

Nesse sentido, ocorreu, em 2018, novo pedido - desta vez por meio da ALF/DCA - para a habilitação do passo fronteiriço para turismo. Os indícios e movimentações administrativas levam a crer que, finalmente, o alfandegamento para turismo deverá se concretizar na região do Rio Santo Antônio.

As perspectivas: o futuro da ARF/SAS

Situada entre duas zonas alfandegadas relativamente próximas, a passagem de Santo Antônio do Sudoeste/PR continuará a ter que empregar grandes esforços para receber dos Poderes Públicos a atenção desejada. Ao que tudo indica, as lideranças regionais deverão permanecer constantemente em posição combativa para justificar a habilitação e a manutenção do alfandegamento no passo do Rio Santo Antônio.

Após o declínio de diversos pedidos de alfandegamento, as ações voltam-se, neste momento, para uma parceria entre os dois municípios fronteiriços, a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) e o SEBRAE. A proposta, segundo a própria Codapar, é implantar uma Estação Aduaneira de Interior na estrutura da Companhia dentro do município paranaense, para aliviar as demandas comerciais nas aduanas de cargas de Foz do Iguaçu/PR e de Dionísio Cerqueira/SC.



Assinado o Termo de Cooperação entre o município brasileiro e a Codapar, o SEBRAE encarregou-se de concluir o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para o projeto. O novo pleito para alfandegamento da região foi então protocolado junto a ARF/SAS na data de 29/08/2018.

O panorama para o ano de 2019 da ARF/SAS não parece ser o mais alentador, sobretudo no aspecto dos recursos humanos, pois a nova reestruturação prevista para a RFB tem como premissa a digitalização e a não contratação de novos servidores públicos. Visto que três dos atuais cinco servidores já cumprem os requisitos para requer suas aposentadorias, a unidade terá a difícil missão de gerenciar as possíveis baixas de pessoal e, ao mesmo tempo, atender adequadamente as demandas que podem surgir com o alfandegamento para turismo.



A vida recebendo uma Segunda chance

Valdiléia dos Reis Castro da Cunha Analista Tributária da RFB- ALF/Aeroporto Internacional de Guarulhos-SP

Lotada no Aeroporto de Guarulhos desde 2006, Equipe de bagagem, fiscalização de voos internacionais.

Uma das grandes alegrias que tenho me leva a acreditar na humanidade, acontece semanalmente no aeroporto de Guarulhos. Mais de uma década de trabalho na Aduana Brasileira me possibilitou testemunhar que muitas vidas foram salvas e me orgulho em relatar tais eventos.

Tudo começa com lágrimas, dores, anseios e diagnóstico sombrio de um paciente aqui no Brasil. Parte de seu corpo, algum órgão, sequelas de traumas, neoplasias passam a exigir a imediata substituição do tecido lesado, para que o paciente tenha a possibilidade de continuar sua missão terrena, continuar a buscar o verdadeiro sentido de sua existência. Expectativas, preces e pensamentos positivos passam a conviver com tantas incertezas. Entretanto, o fio de esperança permanece, a compatibilidade pode estar em algum lugar do mundo. Iniciam-se exames, momentos de espera, o sonhar com resultados favoráveis.

Certo dia, um médico-cirurgião traz a notícia, presencial ou por telefone, que um milagre está prestes a acontecer: encontraram um doador! Quanta comemoração! Há muito que se festejar, pois o "pulso



ainda pulsa"! A pele sem viço volta a se corar. Que excelente notícia!

Iniciam-se os preparativos para o traslado da doação, compra de passagens, hospedagens, prazos a serem respeitados, programação do momento de um novo renascimento, que se dará pela cirurgia, ápice de uma nova vida!

Dia do embarque, tudo cronometrado, paciente aguardando no hospital. Difícil imaginar o que passa em sua mente, agitada, ansiosa, no ambiente do centro cirúrgico, em preces ininterruptas e esperançosas, para que tudo venha a acontecer como planejado e sonhado.

O voluntário, que pode ser membro ou não da equipe médica, disponibiliza seu tempo, suas horas de sono, abdica de seus familiares e segue firme rumo a outro país. Segue em busca da esperança de alguém que passou por tantas lutas e que aguarda sua segunda chance de vida.

Em outro país encontra-se com uma caixa, refrigerada, pequena em dimensão, mas enorme em fraternidade e plena de amor incondicional ao próximo.

Hora de voltar! O retorno ao nosso país se dá o mais rápido possível. Não é turismo. É a luta contra o tempo.

Quando o voluntário chega, após atravessar o oceano ou uma enorme distância territorial, desembarca no Brasil e opta pelo "canal de bens a declarar". Já seria um grande ato de cidadania escolher por esse canal, mas o fato que estou a relatar, acrescenta a essa atitude um ingrediente maravilhoso: a solidariedade!

Não me canso de me emocionar, quando o passageiro/voluntário, na maioria das vezes brasileiros, relacionados com a área de saúde/medicina ou, minoritariamente, estrangeiros trazem em suas mãos uma caixa, cheia de esperança.

O que eles trazem de fato?



Ora, trazem solidariedade, comprometimento com o próximo, irmandade, doação, caridade, fraternidade, amparo, cumplicidade, sem qualquer exigência de contrapartida. Me faltam adjetivos e palavras que venham enobrecer tal atitude, com o merecido reconhecimento.

Trazem ainda vida, sonhos renovados, lágrimas não mais de dúvidas, mas de alegria! A espera de dias, meses, anos se faz por encerrar. Novo brilho nos olhos, comemorações de crianças, adultos, idosos, familiares. Novas reflexões.

É a resposta de orações, preces, momentos íntimos com Deus, com o ser superior. É a resposta de anseios e de tantas incertezas.

O voluntário traz, em suas mãos, material, fruto de doação de alguém que não exige nada em troca. É o amor fraternal.

Toda semana, chega no aeroporto internacional de São Paulo, no interior de uma caixa refrigerada, o que é mais maravilhoso do ser humano: células-tronco, medula óssea, órgãos humanos, para serem doados e transplantados.

Segue a contagem de prazo pela vida: o paciente aguardando no hospital, helicóptero prestes a decolar, médicos preparados para receberem a esperança pulsante, "viva"! Mais um ser humano pronto a ter uma nova chance, uma nova oportunidade de ser feliz, de acreditar no dia de amanhã, de exercer a gratidão pela sua existência e de corrigir velhos hábitos.

Fico a imaginar quando a notícia foi dada a quem estava por meses, ou anos, à espera de uma medula óssea ou de um órgão, que virá substituir outro, que por inúmeras causas se recusa a "atuar da forma programada"! O sorriso que isso proporcionou, o corar da face, a esperança renovada, o brilho nos olhos, a comemoração, o sopro de vida!



Nós, servidores da Aduana do Brasil, também comemoramos e agilizamos a recepção deste voluntário, para que a esperança e a beleza da doação possam pulsar em novo corpo, em novos capilares, em novo país, o mais rápido possível!

Em meus plantões, posso vivenciar o que o apóstolo Paulo escreveu e que sempre nos emociona: "o amor é paciente, o amor é bondoso. Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta".

Que alegria isso traz! A humanidade se renovando!

Ao término do plantão a certeza: "hoje alguém teve uma nova chance, hoje houve um renascimento". A solidariedade, a doação é uma matemática "às avessas", onde se dividindo, multiplicam-se os sonhos.

A vida continua, inexorável, brilhando através da compatibilidade entre dois desconhecidos, mas que de alguma maneira se tornarão ligados por um ato de solidariedade. Para sempre!

A sublime representação do amor desinteressado!

Esse é um singelo agradecimento aos irmãos estrangeiros anônimos que doam, sem qualquer exigência de algo em troca, muito mais que parte de seus corpos, doam renovação, doam a possibilidade de acreditarmos em um mundo menos egoísta!

É a Receita Federal, através da Aduana Brasileira, presente nos aeroportos e agilizando, sem impedimentos, que a vida do ser humano seja digna e continue pulsando, revigorada por uma segunda chance.



Análise ou recomendação

Raimundo Nonato Gregório da Costa Analista Tributário da RFB- ARF/Iguatu-CE

Agente da Receita Federal do Brasil em Iguatu, ingressou em 27 de novembro de 1995, executando atividades em diversas áreas-fim do órgão. Foi chefe do Centro de Atendimento, chefe da Equipe de Atendimento e Agente e/ou substituto em outras unidades.

Atendi uma ligação de um contribuinte pedindo que analisasse uma situação e respondesse.

Sem esperar resposta minha, conta que a empresa apresentou uma pendência relativa à falta de declaração, fez a entrega da declaração ausente e que também efetuou o pagamento do tributo declarado.

Não obstante, a despeito do decurso de certo lapso temporal, a empresa continua sem conseguir emitir certidão negativa de débitos.

Por fim, indaga o que aconteceu e pergunta o que deve fazer.

Inicio dizendo que todo acesso é monitorado e, portanto, não poderia efetuar a pesquisa da situação da empresa e analisar a situação em contato telefônico, em função do sigilo fiscal que rege as atividades na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Na sequência, informo que o contribuinte, ou seu representante legal, deve agendar e comparecer à unidade da Receita Federal do Brasil na



qual agendou o serviço, de posse da documentação referente à empresa e, se for o caso, da representação, bem como dos documentos que o contribuinte alega terem sido capazes de resolver o problema. Dessa forma, o caso seria analisado e o servidor da unidade tentaria identificar o motivo pelo qual os procedimentos realizados pelo contribuinte não lograram êxito na emissão da certidão negativa.

O contribuinte insiste em uma resposta sobre o problema vez que fez tudo que lhe competia. Repito que, via telefone, não seria possível responder ao questionamento em face do que já havia dito.

O contribuinte continuou insistindo mais algumas vezes obtendo a mesma resposta.

Por fim, vendo que a situação estava apenas causando desgaste nos dois lados do telefone, indaguei ao contribuinte se ele queria uma análise ou uma recomendação.

Porque, como já havia dito, se for para fazer uma análise, o contribuinte tem que agendar e comparecer a uma unidade da Receita Federal munido dos documentos para tentar identificar o problema, analisar o que houve e fornecer a resposta para a solução. Por telefone, infelizmente, não seria possível.

Agora, se fosse uma recomendação, poderia fazer pelo telefone.

O contribuinte, mudando completamente o tom da fala, ficando até mais cortês responde, então, que quer uma recomendação.

Ao que, incontinenti, digo: senhor contribuinte, minha recomendação é que o senhor, sendo o representante da empresa, efetue o agendamento e compareça a uma unidade da Receita Federal, munido de toda a documentação, a fim de que o problema possa ser analisado, identificado o que de fato houve e fornecida uma resposta para o equacionamento da pendência.



Aposentar ou não aposentar

Dioclécio Xavier

Analista Tributário da RFB - ESCOR 01RF/Brasília-DF

Ingressou na RFB em outubro de 1984 - atividades que desempenha atualmente no Escor01: membro de comissões de inquérito, pareceres, etc. Atividades desempenhadas no passado na RFB: chefe da ARF/Paraíso do Tocantins de 1991 a 1997, assessor na SRRF01 de 1997 a 1999, chefe do patrimônio de 1999 a 2003 na SRRF e presidente de comissão de desfazimento de mercadorias apreendidas.

A aposentadoria mexe muito com a cabeça dos servidores públicos, só de pensar, roda como um parafuso.

Quando ingressamos no serviço público por meio de concurso público, estamos animados, querendo mostrar produção para o chefe, tudo é novidade, os colegas, o trabalho, os treinamentos, a alegria de conversar com os outros, contar histórias, seja de trabalho ou na vida particular.

Passados alguns anos, já experiente, dominando bem o que faz, ensinando os outros colegas mais novos, é uma situação de domínio, de satisfação, olhar para si próprio e dizer eu sou capaz, isso incentiva a produzir e aperfeiçoar cada vez mais.

Já passados uns vinte anos de trabalho, muitas coisas viram rotina, a produção continua boa, mas fazendo sempre a mesma coisa, o servidor



reflete e pensa que precisa mudar, fazer algo diferente, uma mudança é sempre bom, novidades aumentam a curiosidade e pode renovar seu ânimo, pois pode começar uma fase menos desanimadora.

Passados trinta anos de trabalho, quer saber dos seus direitos e começa a contar o tempo que falta para a aposentadoria, consulta o setor de pessoal, averba o tempo que tem direito no INSS, pequenos problemas de saúde aparecem, os colegas mais novos observam e dizem: o senhor ou a senhora deseja alguma coisa, há também comentários que você está na hora de se aposentar.

Quando completa o tempo integral para a aposentadoria, vem a dúvida, mas reflete: será que está na hora de aposentar, aposento ou não? Estar na ativa tem alguns benefícios que atrapalham a sua saída, então fica mais alguns anos, os problemas de saúde normalmente aumentam, e você, já cansado, a produção cai um pouco, mas continua trabalhando e ensinando os demais colegas, às vezes esquece das coisas, mas é normal, cabeça cansada não é igual a de um jovem.

Pensar no que fazer depois de aposentado, ficar em casa assistindo à televisão, Deus me livre, ouvir as ladainhas da esposa ou do esposo, nem pensar, ficar indo de supermercado em supermercado vendo preços dos produtos, vira uma rotina sem fim, conversar demais com as pessoas, atrapalha a vida dos outros, já pensou chegar no caixa de um banco e ficar conversando asneiras e ocupando o tempo do atendente e os demais esperando para serem atendidos, parece um comportamento desastroso, ficar cuidando de netos é bom, mas ocupa muito tempo e às vezes aborrece, são tantas coisas que o aposentado tem de pensar.

A reforma da previdência parece não ter fim, todos preocupados, cada um analisa a sua situação, muitos dizem: vou me aposentar logo, senão posso perder algum benefício, outros dizem: já tenho direito adquirido, vou esperar para ver o que acontece, e assim é a vida da esperança do servidor que um dia pretende se aposentar.



Uma coisa é verdade, você que se aposentou deixou saudades, as amizades que construiu ao longo de sua carreira no serviço público, as viagens a serviço, os acontecimentos, os relatórios, frutos do seu trabalho, as marcas ficaram, sendo que se aposentar é um direito de todos, mas não é garantia total, tudo pode acontecer, é como um relógio, o ponteiro gira, o tempo passa e o salário que você administra as contas está sempre faltando, oriundo de vários anos de direitos e contribuições.

Aqui fica o registro, tudo na vida passa, a semente brota, a árvore dá frutos, fica velha, seca, morre, mas o servidor público tem a missão de servir ao público, com atenção, educação, explicar bem para cada um como resolver determinado problema e tentar solucioná-los, deixar um exemplo de dedicação, obediência, presteza, são qualidades que fortalecem o ego para alcançar os objetivos, cumprindo a sua missão e viver em paz na sociedade.



As diferentes gerações e a comunicação na RFB

James Schimitt Vieira Analista Tributário da RFB-DRF/Porto Alegre-RS

Ingressou na RFB em 24 de março de 2004 na agência de Lajeado/RS. Em 17 de agosto de 2006, foi lotado na Delegacia de Porto Alegre, estando em exercício primeiramente no Setec e, após, na Sapac. A partir de junho de 2017, foi lotado no Secat, mas desenvolvendo atividades na Equipe de Ações Judiciais e Demandas (EAJUD), vinculada atualmente ao gabinete do delegado.

Grande parte da reconhecida excelência de atuação da Receita Federal do Brasil está relacionada à boa convivência de seus servidores, pessoas qualificadas ao trabalho, com as mais diversas formações profissionais e diferentes perfis e personalidades. Encontra-se de tudo: geólogos, historiadores, médicos veterinários, médicos, advogados, sociólogos, jornalistas, contadores, músicos, engenheiros das mais diversas especializações, e assim por diante.

Essa diversidade proporciona uma riqueza expressiva de compartilhamento de experiências. Nos momentos de breves intervalos de trabalho, é normal aprendermos sobre as mais diversas áreas das ciências com os colegas que possuem as respectivas formações. Ocorre, por exemplo, numa pausa durante o tratamento de um complexo assunto tributário, ser comentado um estudo sobre as rochas metamórficas existentes em determinado sítio da região, ou a farmacodinâmica de



determinados medicamentos ou suplementos alimentares, a história de determinada composição musical de algum renomado músico erudito, entre outros assuntos.

No entanto, essa diversidade não para por aí. O desenvolvimento pessoal também possui um grande impacto, não somente entre os servidores, mas também entre estagiários e terceirizados contratados, tanto pela formação quanto pelas vivências específicas decorrentes da idade. E aí entra, inclusive, a adequação às novas tecnologias de trabalho e comunicação. Somando-se a isso, há ainda o amplo espectro de relacionamento no atendimento a contribuintes.

Vivemos em uma complexa sociedade onde coexistem pessoas que nasceram e foram criadas em épocas de diferentes níveis tecnológicos. Alguns autores classificam as gerações em X, Y ou Z. Os millennials seriam a geração Y, aqueles nascidos entre 1979 e 1995. A geração X seria a relativa aos nascidos anteriormente a esse período. Os centennials, geração Z, seriam os nascidos posteriormente. Dentre esses, já são criados subgrupos, como os young millennials e os old millennials. Isso decorre, basicamente, da intensidade e precocidade do contato com a internet, smartphones e aplicativos.

Diversos estudos científicos apontam que as diferenças entre essas gerações não se restringem à habilidade de manuseio relativa a novas tecnologias, mas também a comportamentos diferenciados em virtude, até mesmo, dos distintos níveis de desenvolvimento do cérebro entre as gerações, promovidos pelo uso dessas tecnologias.

Na Receita Federal do Brasil, todas essas gerações estão trabalhando lado a lado. A transposição dessas diferenças para que o trabalho seja efetivado é um desafio, muitas vezes divertido, que também enriquece o ambiente interativo dessa instituição que já conta com mais de meio século de exitosa atividade. Muitas são as histórias que podem ser narradas a partir dessa convivência.



Certa vez, quando ainda estava na agência da RFB em Lajeado, atendi um agricultor cuja resolução do problema seria a apresentação de uma Declaração de Imposto Territorial Rural (DITR). Perguntei a ele se tinha internet em casa para emitir a declaração. Com um sorriso irônico e incrédulo, ele olhou fixamente para mim e disparou: "Internete lá naquele fundo? Só se for nos chifre das vaca". A solução não era tão simples quanto eu imaginava...

Um dos chefes que tive era muito simpático e competente, mas também bastante folclórico no uso de aplicativos de comunicação. Talvez por motivo de economia, não tinha internet no smartphone. Sua conexão era apenas em casa pelo wi-fi. Por diversas vezes, enviava mensagens urgentes ao nosso grupo de trabalho durante o dia. No entanto, estas chegavam ao grupo somente à noite, quando chegava em casa e conectava o wi-fi. Eram relativamente frequentes as mensagens dos colegas que respondia vários dias após sua emissão, como se estas tivessem sido recentemente postadas. Esse interstício temporal, no entanto, nunca afetou o trabalho, pois era suprido pela comunicação pessoal e telefônica. Com o tempo, obviamente, tudo se normalizou. A geração X integrou-se às demais.

Diversos fatos interessantes também ocorriam quando trabalhava no Serviço de Tecnologia (SETEC). Havia, naquele tempo, cerca de dez anos atrás, um plantão de informática para auxiliar os contribuintes na utilização dos programas geradores de declaração da Receita Federal. Para apoiar o atendimento, eram contratados estagiários da área de informática. Embora houvesse o pressuposto de que estivessem familiarizados com o assunto, nem sempre isso era verdade.

Uma das estagiárias contratadas era muito atenciosa e dedicada. No entanto, no primeiro dia de trabalho surpreendeu: perguntou ao estagiário que já estava no posto há algum tempo de que forma poderia



ligar a máquina. Com o tempo, foi se familiarizando com o computador e recebeu a instrução sobre a tecla de atualização do navegador, a F5, útil em algumas situações. Aquilo foi uma conquista para ela. Em todos os atendimentos, a primeira orientação que fornecia por telefone era: "aperte o F5". Como tínhamos uma forte base de dados para consulta, com o tempo ela foi se adaptando e fornecendo atendimentos satisfatórios.

Certa vez, percebemos que outro estagiário estava alimentando nossa base de dados com relatórios referentes ao seu atendimento com o termo "donald". Frequentemente, ao relatar o que havia feito, indicava que havia indicado ao contribuinte para fazer um "donald". Ao verificarmos com ele do que se tratava, entendemos que aquilo significava "download".

Em outra situação, uma colega estava orientando um procedimento de preenchimento de declaração a um contribuinte, aparentemente idoso, por telefone. Em determinada fase da orientação, falou "agora, por favor, feche essa janela". O contribuinte pediu uma licença à colega e, logo em seguida, ela escutou o som de uma janela sendo fechada por ele.

São fatos que ilustram a realidade do impacto gerado por diferentes gerações trabalhando ou interagindo no mesmo ambiente de trabalho. Assim caminha a história... e a Receita Federal do Brasil.



Cães de faro

Maria Pascoalina Garcia Costa

Auxiliar - DRF/Taubaté-SP

Ingressou na RFB em 19/02/1987. Serviços de correios; solicitações de materiais de limpeza, consumo e atendimento telefônico; atendimento ao público; serviços de malotes; telefonia; arquivos de processos; recolhimentos de folhas de ponto; arquivos de materiais de escritório da RFB e ARF's; apuração das despesas dos materiais de consumo e limpezas da DRF e ARF's.

Os cães de faro fazem trabalhos de extrema grandeza, que a própria natureza humana não teria capacidade de encontrar tanta facilidade em variedade. Há uma habilidade no desempenho das atividades dos cães, que ao encontrar as drogas deitam no chão ao lado da mala para comprovar. Olha a perfeição dos trabalhos dos nossos cães de faro!

No decorrer de muitos anos, trabalham para Receita Federal no combate ao tráfico de drogas, facilitando o serviço da fiscalização, que não teria condição de toda apuração. Os exercícios são rápidos, mostrando uma convicção onde se encontra a droga e, ainda, aguarda junto à bagagem, o condutor aprovar para Receita Federal o serviço de confirmação. Com todo este trabalho é uma perfeição!

Meu cão de faro, você possui muitas qualidades! Procuro ler toda sua reportagem nos exercícios que desenvolve em variedades,



capacidades, sinceridades e honestidades. Nunca serei capaz de isolar-me dos animais. Tenho orgulho de saber que vocês fazem muito mais!

A vida só tem sentido, cão querido, quando percebo que existe um vivente, que se preocupa com a gente e o seu serviço o Brasil necessita, precisa. Você trabalha sem apresentar falhas, tudo que mostra, diante da realidade, é uma pura verdade.

Quando pegar um avião, peça primeira classe, pois você é o coração da nação e não vai pegando qualquer avião. Eu trabalho e pago imposto e vou me sentir feliz em saber que você está usando o melhor voo do país. Eu reconheço o quê você faz e o seu trabalho vale muito mais!

O importante, meu cão, é quando entra em ação, trabalhando em defesa da população e você faz parte desta nação. O Deus Eterno lhe concedeu este poder para nos defender e vale a pena conviver com você.

Imagina se não tivéssemos o seu serviço, nada seria encontrado e todo o material importado poderia estar aprovado, mas com as participações dos cães de faro estaremos em segurança, tenho muita confiança, meu animal de estimação. Você faz parte desta Organização, dando-nos sua colaboração. Todos vocês, cães de faro, são preparados e muito bem informados.

PARABÉNS PELO SEU TRABALHO DIÁRIO. UM BEIJÃO PARA VOCÊ, MEU CÃO!



Caminhos por onde passei

Glauco Terra Coêlho

Analista Tributário da RFB- ALF/Uruguaiana-RS

Trabalha na SEBAG da ALF/URA, ingressou na RFB em junho de 2006 no cargo ATRFB. Atuou em diversos setores da Aduana.

Vou pedir licença para contar a minha história, como servidor da Receita Federal do Brasil, um aduaneiro cheio de causos, que há anos viaja pelo país, e agora vai contar os causos que viveu em diversos lugares, para você que já morou por lá poder se identificar.

O Brasil de muitas facetas e de muitos costumes, cheio de diversidades, pois as culturas são infinitas e os climas também, um Brasil tão diferente que nunca imaginei.

Início com um pouco do meu histórico para poder contar. Nasci no Recife, mas na RFB foi em Manaus que eu fui começar.

Conheci os manauaras que até hoje divergem se são manauaras ou manauenses, mas têm um aeroporto e um porto que, "égua"! Respeite, cheio de gente.



Muitas histórias por lá vivi, afinal, foram mais de quatro anos que por lá permaneci, várias amizades também o fiz.

Dentre várias passagens engraçadas no setor de bagagem do aeroporto de Manaus, uma situação foi bastante peculiar, no momento da revista de uma mala quando um colega foi pegar, estava sem luvas, meteu a mão e uma substância gosmenta o atingiu. O colega ficou desesperado, porém não sabia o que fazer, tirou suas mãos da mala e com um olhar esbugalhado, todo encabulado, levou ao nariz para cheirar e descobriu que era um creme hidratante o que tinha lá. Não teve dúvidas, olhou para a senhora à frente e disse feito um vendedor, meio que de repente: "Senhora, que cheiroso! Creio que a senhora está trazendo um creme, não é mesmo? - E citou a marca. - Que bom e na minha fragrância preferida, morango". Guardou as mãos no bolso, olhou para os lados e nos informou: "Minhas mãos estavam secas, ainda bem que com creme melhorou".

Pois bem, o tempo se passou e fiz o que é uma maravilha em Manaus: provar da sua culinária, comendo tacacá, matrinxã, pirarucu, pacu assado, costela de tambaqui e açaí na tigela. Na hora do almoço, com meus colegas de trabalho, fui adquirindo parte do norte em mim. Posso enaltecer todos os meus colegas nortistas, os quais pude conhecer, por meio dos diversos trabalhos realizados, mas principalmente da Educação Fiscal, pois conheci quase toda a região a convite da instituição, sempre com o intuito de levar o nome da Receita Federal à população.

Palestras fiz de montão, lembro-me do coordenador da ESAF para educação fiscal, do órgão amigo, SEFAZ, rindo, tentando entender, como expliquei com números, que fechar um convênio com a educação fiscal para o prefeito de Presidente Figueiredo faria bem para ele se reeleger.

Fui embora de Manaus, depois de passar pela maior cheia da história da cidade, depois de ir para diversos setores conhecendo e desvendando os inúmeros trabalhos, mas com muitas lembranças fiquei, "manos" nunca os esquecerei, porém para o Recife voltei.



No Recife fiquei mais 6 anos, minha terra, que saudades! Cheiro de mar, barulho das ondas, brisa no rosto, vento salgado, com ela sempre me compatibilizarei, voltar a ouvir "vixe", "oxe", "pronto", "painho e mainha", só quem é de lá sabe a falta que dá.

Pois bem, no Porto de Suape trabalhei, grandes momentos, com a equipe que sempre lembrarei, sempre de parabéns, a melhor equipe que atuei, com um bom trabalho sempre fomos além. Alguns feitos podem ser registrados, nesta pequena equipe que o porto tinha formado. A maior apreensão de cocaína do nordeste a equipe desvendou, assim como contêineres de lixo hospitalar que estavam sendo levados para Touritama para ser usado em forros de calça distribuídos por todo o Brasil, o grupo encontrou. Muitos trabalhos fizemos, desmantelamos, em operação, quadrilha que fingiam vender carros "zero quilômetros" importados de montão, para a legislação poder bular e o carro desta forma poder negociar a preços de arrasar.

Estava tudo bem, mas o tempo passou e resolvi novamente me mudar, o mundo gira e parado eu não vou ficar, agora para o sul do país que vou querer morar. O pensamento havia permeado minha mente, matutando que da Aduana conheço quase tudo, aeroporto e porto, quase todos os setores dos dois, chegou a hora de novas investidas tomar, resolvi que na fronteira terrestre, em Uruguaiana, faltava passar, para só assim completar um ciclo do verdadeiro aduaneiro, era uma necessidade pessoal, de trabalho, este ciclo completo realizar.

Perguntaram-me por onde eu gostaria de iniciar nesta nova jornada, nesta cidade de apenas 120.000 habitantes, aproximadamente, e para a ponte escolhi desbravar. Trabalhei ao lado dos argentinos, acordo do Recife foi firmado para a atuação conjunta executar, desta forma muito fui destrinchar, comigo na equipe foi descoberto a maior apreensão de camarões de todos os tempos, muitas roupas, bebidas e fantasias de carnaval foram retidas, até carros foram apreendidos com mercadoria



oculta, porém a mais interessante foi a descoberta de 3 quilos de metanfetamina, uma droga sintética que eu e uma colega fomos encontrar, num saco de tapioca, um nordestino como eu, não podia deixar passar, existia alguma coisa errada com a goma, que na mão não parecia a goma acostumado a preparar aquelas tapiocas bem gostosas do nordeste que gostava de misturar com uma infinidade de ingredientes e no Alto da Sé de Olinda me esbaldar. Não podia deixar esta droga ficar disfarçada no meu prato de comida preferido, então toquei na goma e percebi consistência estranha e merecendo análise, no narcoteste foi detectar, a metanfetamina era o que queriam passar.

Todos os dias encontramos alguma situação nova, não apenas eu quanto todos os aduaneiros do Brasil, trabalhei em vários lugares e posso afirmar que lugar sem problemas não há, foi da Aduana, problema vai achar. Tem que ficar atento, pois somos os guardiões da porta de entrada do país, sem nós, as fronteiras estariam abertas e tudo quanto é de mal entraria nas cidades ou em qualquer lugar e no Brasil residiria sem resistência achar.

Fico feliz todos os dias da RFB me dar a alegria de poder conhecer e ter este vasto conhecimento deste mundão que é o Brasil, mas acima de tudo de o país acreditar no nosso trabalho e entender que sem nós o Brasil só tem a perder.

Aqui vou me despedindo, cheio de lembranças e saudades, a mala sempre amiga parceira, vai se despindo. Neste momento, estou aproveitando o churrasco e tudo que o Rio Grande do Sul tem para me gerar de experiência, pois não sei até quando vou ficar, porém quando for, as malas vão nas mãos, enquanto a cabeça vai pensando em todas as saudades que deixou junto com a emoção, na tentativa de encontrar uma nova fronteira para poder entrar em ação.



Carta aos meus pais

Rui Carlo Pontes Moura Datilógrafo - DRF/Porto Velho-RO

Servidor do Ministério da Economia desde 1997, sendo redistribuído do Ex-Inamps. Ingressou no Serviço Público Federal através de concurso em 06/01/1986, exerce o cargo de Datilógrafo. Foi chefe substituto da ARF/Itapipoca-CE de 1997 a 2005; foi transferido para a DRF/PVO em janeiro de 2019 onde exerce atividade atualmente na Sapol/DRF/PVO/RO como fiscal de contratos, fiel depositário do Depósito de Mercadorias Apreendidas.

Meus queridos Pai e Mãe,

Procurando seguir seus exemplos em manter sempre aberta a perspectiva da gratidão, venho lhes relatar como estão minhas lides no âmbito de meu trabalho na Receita Federal, mas para tanto farei um levantamento histórico, para levar clareza aos fatos.

Quando entrei no serviço público federal em janeiro de 1986, aos 21 anos de idade, através de concurso público prestado ao extinto Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social - INAMPS, que vocês insistiram que eu fizesse, quando eu queria somente ser um jovem sem perspectivas na vida, não sabia o quanto me seria edificante tal empreitada.

Não narrarei o período do INAMPS ou do Ministério da Saúde, mas nesta carta desejo tratar do que me ocorreu a partir de maio de 1997, quando fui redistribuído ao então Ministério da Fazenda, sendo lotado na



Delegacia da Receita Federal em Fortaleza, localizado na extinta Agência da Receita Federal de Itapajé, sendo removido dois meses depois a ARF ITAPIPOCA, CE.

Minha portaria de remoção a Itapipoca me lotava como Chefe Substituto eventual da Agência, cargo que ocupei de julho de 1997 até 2005. Nesse período graduei-me em nível superior em Pedagogia e cursei Mestrado Acadêmico em Saúde Pública e, assim, minha vida de formações sempre foi uma grande mistura de saberes.

Minha atuação na ARF de Itapipoca (que durou até janeiro de 2019) era bem eclética, trabalhando com pessoas físicas e jurídicas. Da parte cadastral à tributária: CPFs, ITRs, CNDs, e em 2007, quando a Receita Federal assumiu a receita previdenciária, interessei-me em aprender e atuar nessa área, também. Assim, os assuntos referentes à Receita Previdenciária ficaram sob minha responsabilidade e da chefia da ARF, até chegarem dois Assistentes Técnico-Administrativos -ATAs, Francisco Sávio e Rosa, bem como os atendimentos aos órgãos públicos.

Sempre procurei apoiar-me nos conhecimentos de filósofos, cujos saberes e expressões conheci em minha vida. Em relação à pluralidade de saberes e à multiformidade de conhecimentos, embaso-me em Antônio Gramsci, filósofo italiano do século vinte, cuja expressão que me norteia no âmbito profissional e que parafraseio é: "o ser humano deveria buscar ser como Leonardo (da província de Vinci) que não era gênio em nada, era até quase analfabeto, contudo de todas as ciências de sua época conhecia um pouco, e ao unir os saberes destas ciências tornara-se um gênio". Desta forma, nunca fugi às responsabilidades a mim propostas, recebendo de bom grado quaisquer desafios, empenhando-me a trabalhar com afinco, dedicação e respeitando os princípios da legalidade, publicidade, eficiência, conforme a administração pública preconiza. Busca orientar-me pelas palavras de Gramsci, em relação ao conhecimento, embora nunca tenha tido a pretensão de ser comparado a qualquer gênio, pois sei de minha insignificância como sabedor.



Se falo de minhas experiências, e não das experiências dos colegas, é porque não me sinto à vontade para falar por eles, embora seja muito grato por todas as coisas que aprendi com eles e pelo convívio que tivemos, mas não posso dizer que as pessoas também gostaram de conviver comigo, mas como sinto somente meus próprios sentimentos, considero gratificante sentir-me tão feliz pelo convívio que tivemos.

Cito, com orgulho e alegria, o quanto aprendi com os Chefes da ARF, a quem fui subordinado nesse período de 22 anos. Aprendi a severidade no trato da legalidade com Antônio Carlos, o primeiro Chefe da Agência a quem fiquei subordinado; o cuidado com as ações internas, no que respeita ao controle, com Michel; a praticidade no trato da fiscalização e autuação com Eduardo Amazonas; a alegria no trato com os colegas e com o público em geral, com Antônio Bruno; a harmonização entre tributação e o trato com órgãos públicos, com Antônio João; o cuidado que deve ser extremo com a aplicação das normativas que norteiam todos os procedimentos e trabalhos no âmbito do serviço público, com Almir; e saberes em todos os sistemas e serviços de Agência com Francisco Rafael Neto.

Além desses chefes, aprendi muito com o convívio com meus pares, colegas da ARF, administrativos que atuaram comigo: Hernandes Carneiro Alves, com quem aprendi muito sobre ITR, cadastro de CPF e CNPJ e em relação ao trato com contribuintes; Rosa do Espírito Santo, que me ensinou aspectos fundamentais em relação ao trato previdenciário e às DISOs (Declaração e Informação Sobre Obra); Francisco Sávio Sousa da Cunha, que dividiu seus saberes em relação à informática, DISO e cadastramentos. Aprendi muito também com colegas de outras Agências e setores da Delegacia em Fortaleza, como Raimundinho (que fora chefe na ARF/Aracati); João Batista, que chefiava a ARF/Russas; Lenimberg e Fádua na SECAT em Fortaleza, que trabalhavam com órgãos públicos e previdência e à grande equipe do CAC Fortaleza.



A convivência com todos estes colegas e tantos outros que minha memória me trai, por isso não citei, me construíram o servidor que sou hoje. Contudo (sempre há contudos), a vida me conduziu a outras áreas além das desempenhadas em Agência e atendimento ao público.

No final do ano de 2018, algumas questões no âmbito familiar somadas às incertezas de como ficaria a estrutura da Receita Federal a partir do processo de reestruturação anunciada no âmbito da RFB e do, então, Ministério da Fazenda, atual Economia, conduziram-me a um pedido de transferência para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Velho, RO, onde me encontro hoje.

Lotado na Seção de Programação e Logística - SAPOL, desta DRF/PVO, fui aproveitado como fiscal dos contratos da vigilância, do aluguel da ARF/Ariquemes, das recepcionistas, da limpeza e da eco-frota, bem como fui nomeado como fiel do Depósito de Mercadorias Apreendidas. Assim, nova gama de saberes tive que aprender e devo apreender, ainda, outros e novos conhecimentos, para o bom andamento do serviço da Receita Federal em Rondônia.

Os saberes do rigor do controle, da priorização do público sobre o privado, do embasamento da legalidade para quaisquer atos públicos e administrativos e outros saberes que foram a mim ensinados no decorrer desses anos, se unem nesse processo no qual ensaio os primeiros passos.

Os colegas da Delegacia em Porto Velho, como equipe global, e da SAPOL mais especificamente, me receberam com risos, com alegria e atmosfera de congraçamento, num sentimento de companheirismo e equipe.

Diariamente, em minhas preces, agradeço ao Grande Criador e Arquiteto do Universo por haver permitido a graça de estar aqui lotado. Agradeço pela paciência de Camila Monaco em me receber e pacientemente ensinar os passos primeiros de licitação e fiscalização de



contratos, de como trabalhar com os sistemas que tratam das Mercadorias Apreendidas; sou grato pela amizade sincera e fraterna de Olemir, sempre esclarecendo pontos que me ficaram obscuros em relação a alguns aspectos da fiscalização de contratos; à presteza, amizade e doçura de Luciene, sempre amiga no trato e no afeto empreendido na condução dos contratos dos estagiários e de alguns sistemas de trabalho; grato pela serenidade e agudez de raciocínio de Evanilde; pela alegria contagiante e camarada de Helena; pelo humor, alegria e praticidade de Leilson; pela amizade e parceria do estagiário Rafael; e pela presteza e alegria do novo colega, Francisco Almeida, recém-chegado da DRF/Rio Branco. Somado a tudo isso, sou grato pela sagacidade, agilidade de raciocínio, percepção minuciosa de detalhes em tudo o que respeita a SAPOL que o chefe desta Seção possui, e porque a leveza no trato cordial e respeitoso, fazem de Jozsef um exemplo de chefia a ser admirado, seguido e copiado.

Pai e mãe, todo este preâmbulo relatado me situa como um ser grato a todos estes por quem passei em minha existência neste Ministério, bem como todos os com quem convivo atualmente. Se não falo dos demais colegas dos demais setores é devido preferir ater-me aos colegas do trabalho no mesmo setor.

O ambiente de trabalho na SAPOL é animador e, em pouco tempo, me vi envolvido com a equipe. Uma prática comum no setor é lancharmos juntos. Desta forma, quase diariamente há lanches diversos na sala, e esta prática já é conhecida pelos demais setores da Delegacia, de modo que normalmente colegas de outros setores vêm a SAPOL para lanchar conosco.

Ao chegar a esta SAPOL, logo incluíram meu nome à lista dos aniversariantes, pois invariavelmente os colegas fazemos um "café da manhã" em homenagem aos aniversariantes lotados nesta Seção. E quando não há algo específico para se comemorar ou homenagear, os colegas "inventam" um motivo para o café. Assim, todas as semanas há algo



para comemorar, quando nos servimos de bolos, salgadinhos, sucos, chás, (etc) e gastamos cerca de 15 minutos para este momento de comida e união prazerosa.

Nesta SAPOL, um dia, por brincadeira, resolvi fazer um "bolo de chocolate no micro-ondas", que, diga-se de passagem, ficou delicioso. O cheiro de bolo invadiu algumas salas, e quando os colegas dos outros setores sentiram o cheiro do bolo, vieram deliciar-se conosco.

Logo foi comentado que a autoria do bolo era minha, assim fui convidado por diversos colegas, para, no horário do intervalo do almoço, fazer bolos em seus setores. A alegria formou-se ao redor desta prática. E fizemos bolos de chocolate, laranja, mesclado e limão.

Após os bolos de micro-ondas, outras receitas surgiram, como pão de micro-ondas sem farinha de trigo, pão de queijo de micro-ondas, crepioca de micro-ondas entre outras receitas. Isso tem aumentado a alegria e a descontração entre os colegas do setor, somados a isso vêm o respeito, a parceria e o sentimento de grupo - emoções e práticas essenciais na concepção e formação de equipes. Sinto esta harmonia como algo prestimoso e essencial, pois em ambiente sadio se produz mais e melhor, quer no âmbito do trabalho, doméstico ou de amigos.

Uma vez que a logística de toda esta delegacia é desenvolvida por esta equipe, a saber todos os processos de gerenciamento, contratação, fiscalização, patrimônio, serviços terceirizados, compras, incorporações e doações. É essencial que todos tenham em si o "sentimento de pertença" à equipe. Que se sintam queridos, respeitados e harmonizados em prol do sucesso de todos as atividades-meio, visando o bem comum e dando condições para que as demais equipes da DRF possam trabalhar bem e melhor desempenharem suas funções.

Em relação ao serviço que desenvolvo na SAPOL, estamos realizando o inventário do Depósito de Mercadorias Apreendidas, controle



de entrada e saída das mercadorias apreendidas, dando as destinações conforme se preconiza a legislação pertinente, ora destruindo mercadorias, ora incorporando ao patrimônio deste Ministério da Economia, ora fazendo incorporações a outros órgãos públicos ou fazendo doações a instituições do terceiro setor da economia.

Devido ao sentimento de gratidão a todos estes espíritos nobres que cruzei em meus anos neste Ministério, nas diversas funções que exerci e exerço, nos diversos setores e atribuições que pude colaborar, que resolvi fazer este breve relato a vocês, meus queridos pais, para que não se preocupem com o bem-estar desse seu filho.

Se chamo este relato de breve é porque todo este tempo que estou inserido na grande família do Ministério da Economia não conseguiriam ser contados em um texto curto. Estes 8.201 dias, ou seja, 1.171 semanas, me fazem mais feliz, e posso dizer, sem hipocrisia, que mesmo havendo discussões (no sentido de trocas calorosas de opiniões, contudo sem conduzir para o lado pessoal), dissabores, desafios e muito trabalho e suor derramados, os colegas que cruzei nas salas, corredores, pátios, estacionamentos, confraternizações, congressos no âmbito deste Ministério e desta Receita Federal me são queridos como Anjos da Guarda, que me cuidaram e cuidam e por quem procuro também desempenhar cuidado, carinho e respeito.

Desta forma, encerro esta pequena carta, no intuito de tranquilizar os corações que amam e que, mesmo estando noutro plano da existência, meu pai vela por mim e minha mãe, velo pela Senhora.



Contribuinte embriagado

Dirce Remiro Nunes
Técnico do Seguro Social- ARF/Barretos-SP

Ingressou no Serviço Público (INSS) no dia 28/01/1976 e na ARF Barretos dia 02 de maio de 2007. Desempenhou atividades na Diso, CPF, RetGPS, Pesquisas, impressão de guias de parcelamento previdenciário. Foi chefe EAT até 03 de abril de 2011.

- Atendi um senhor que estava bêbado, mas muito bêbado mesmo.

Ele veio para regularizar o CPF e falava muito alto e tudo que ele falava eu concordava.

Quando terminei o atendimento, ele se levantou, deu alguns passos cambaleando e disse: "gostei muito da senhora."

Andou mais um pouco e disse se eu queria ser a mãe dele, e eu disse que sim, poderia

A agência estava lotada e acharam graça desse fato.



De Gabriela a tia madrinha

Gabriela Andrade Oliveira
Assistente Técnico-Administrativa - ARF/Barretos-SP

Assistente Técnico Administrativa na agência da Receita Federal do Brasil desde 17/08/2009. Chefe da equipe de atendimento ao contribuinte de 02/08/2012 a 21/03/2016. Agente desde 22/03/2016.

Parece que foi ontem...

Eu entrei timidamente pela porta da Receita Federal. E me sentei em uma das mesas, quando o Alex perguntou: "Você é a nova servidora?" E com um sorrisão enorme eu respondi que sim!

No dia 17/08/2019, eu comemorei dez anos de mudança para Barretos e de trabalho na Receita Federal. Esse é um dia que eu comemoro todos os anos, um dos mais importantes de minha vida.

Eu nunca havia ido a Barretos. Ouvia sempre falarem da festa maravilhosa, ouvia também contarem de pessoas que faziam tratamento de câncer. Ouvia, mas aquilo não me pertencia. Ouvia sobre aquela realidade tão distante para mim, uma moça recém-formada em psicologia que morava em Uberlândia. Que ia à Receita Federal pra ser atendida às vezes, e nunca sonhou que trabalharia lá.

Eu fechei os olhos e cheguei em Barretos, trouxe a mala e meu cachorrinho Bidu em meio à Festa do Peão. Cidade enfeitada. Pessoas com



suas botas e chapéus. Sentei-me na praça principal, e pedi um sorvete com chocolate quente. Achei a cidade linda! Aquele calçadão repleto de lojas, a igreja matriz, aquele povo todo sorrindo pelas ruas.

Na receita, ocupei a mesa um, que ficava em frente à porta de entrada, então eu via todos que entravam. Dia após dia eu aprendia sobre a Receita Federal.

Comecei a atender os pacientes do hospital. Eu os reconhecia pelo cateter, pelos cabelinhos raspados, pelos esparadrapos. Às vezes, eles me contavam histórias sobre suas vidas, de onde tinham vindo e como deixaram tudo para buscar a cura. Mas aquilo ainda não era parte da minha realidade. Eu estava ali atendendo, ouvindo, mas não entendia ao certo.

Era doadora de sangue em Uberlândia e passei a fazer minhas doações em Barretos. E ali fui me aproximando um pouco mais do hospital. Comecei a doar plaquetas. Certo dia estava atendendo uma moça, e ela viu meus dois braços furados. Perguntou se eu era doadora de plaquetas, e eu respondi que era. Ela me deu um sorrisão e agradeceu. Disse que já chegou a receber duas vezes ao dia as plaquetas. Eu a adicionei nas redes sociais. Ali alguma coisa começou a mudar em mim. Poucos dias depois, passei em frente ao hospital São Judas, que é a unidade do hospital que cuida dos pacientes em cuidado paliativo. Paliativo foi uma das palavras que aprendi aqui, provavelmente uma das mais tristes, mas também que me ensinou tanto a viver. É que aprendi que acordar em cada manhã sem saber quanto tempo me resta também é felicidade. Eles muitas vezes não sabem.

Foi assim que Barretos me desconstruiu e me reconstruiu.

No hospital São Judas, eu conheci a Dona Neusinha. Era uma paciente que não andava e não falava, tinha marido e um filho, que nunca foram visitá-la. E dia após dia, durante um ano e meio, eu visite a Neusinha



após o trabalho. Lia para ela, contava histórias, contava sobre a minha vida. Levava música, e comecei a aprender a tocar violão por ela. Em um dia inesquecível, eu ouvi dela as primeiras palavras. Ditas com dificuldade, mas chegaram claramente ao meu coração: "Eu te amo. Você é minha filha." Engoli o choro. Nesse e em tantos outros momentos. Eu passei um ano e meio com a Neusinha, até ela ir para junto do Pai. Mas durante esse tempo, eu conheci muitas outras pessoas. Visitei muitos quartos. Toquei, sorri, chorei, disse adeus.

E em um dia de 2016, chega uma mensagem. Era uma paciente do hospital infantil que iria fazer 9 anos. Já estava nos cuidados paliativos. Nunca tivera uma festa de aniversário. Essa foi a primeira vez que fiz uma festa. Foi linda, emocionante. Duzentos e cinquenta convidados, a grande maioria pacientes do hospital infantil. Crianças lindas e tão cheias de vida! Após a festa, comecei aos poucos a visitar as crianças em tratamento. Elas estavam sempre sorrindo, brincando. Isso me encantou! Resolvi então fazer uma festinha em uma casa de apoio infantil que abriga aproximadamente 50 crianças em tratamento com famílias de baixa renda. E nesse dia, aconteceu a maior transformação da minha vida. Um dos meninos, chamado Victor Gabriel, de 4 anos, me pediu para ser sua madrinha. Foi o primeiro, hoje tenho mais de 40 afilhados em tratamento no hospital. E todas as vezes que eu chego, as crianças correm pros meus braços e gritam: "a madrinha chegou!" Hoje realizo festas todos os meses, levo as crianças para passear, levo para minha casa. "Tia madrinha", "fada madrinha", é assim que me chamam por aqui.

E essa é a história de como eu cheguei em Barretos sendo Gabriela, e depois me tornei a tia madrinha. E embora não seja exatamente uma história de trabalho, é a história de como a Receita Federal influenciou tudo isso, e me ajudou a iniciar os caminhos do voluntariado no hospital de câncer.



Educação Fiscal nas Escolas Públicas

Daniel Coelho

Auditor-Fiscal da RFB- DRF/Poços de Caldas-MG

Ingressou na RFB em janeiro de 1984. Exerce atualmente a chefia da Seção Aduaneira-Saana. Desempenhou atividades relativas à auditoria em ações judiciais questionando o pagamento de tributos. Exerceu a chefia da Fiscalização. Posteriormente, atuou com mais ênfase na área aduaneira participando de operações de impacto em cidades de fronteira e unidades em portos e aeroportos. Atualmente, também é responsável pela relevante área de Educação Fiscal.

"Tio Coelho, tio Coelho..."

Olhei sobressaltado para aquele menino, reconheci quem ele era e respondi:

"Oi, Pedro Henrique, como vai você?"

"Quem é você que está falando com meu filho?" Esta foi a pergunta que ouvi de uma mãe atenta ao que se passava com seu filho e, rapidamente, respondi:

"Sou o moço que estive ontem na Escola Mamud para falar sobre Educação Fiscal nas Escolas com a turma que seu filho frequenta...".

Rapidamente, o garoto se foi com sua mãe ainda ressabiada, repetindo sua fala inicial ao se despedir de mim: "...tchau, Tio Coelho...!"

O relato acima se deu no sábado pela manhã em um supermercado e originou-se na sexta-feira anterior durante uma série de



palestras sobre Educação Fiscal na Escola Estadual José Mamud Assam, Poços de Caldas/MG. Nesta escola e em outras, o conteúdo das palestras foi Educação Fiscal nas Escolas, que é um programa da Receita Federal do Brasil - RFB e de outros órgãos públicos, para incentivar a criação de uma cultura tributária/fiscal no Brasil, com ênfase nos direitos e deveres ou deveres e direitos dos cidadãos que compõem a sociedade brasileira, pagando tributos (impostos, taxas e contribuições) direta ou indiretamente e que devem acompanhar atentamente a arrecadação e o gasto dos recursos tributários arrecadados pela União, Estados e Municípios. O objetivo maior é o destaque da função social dos tributos na vida cotidiana da sociedade, mostrando o ciclo que se inicia com o surgimento da tributação para um viver comum em sociedade, seu aspecto de legalidade, a estrutura pública de recursos humanos e materiais, resultando no aspecto social, ou seja: o recurso tributário arrecadado e aplicado em prol do cidadão.

Inicialmente, relato que fui convidado e desafiado pelo Delegado da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas/MG, Auditor-Fiscal Michel Lopes Teodoro, juntamente com a servidora Rosana Maria Ruiz, a promover palestras sobre Educação Fiscal nas Escolas em estabelecimentos públicos de ensino primário e secundário. A ênfase dada pelo colega Michel Lopes na importância deste trabalho convenceu-me a aceitar o convite e o desafio.

Durante duas semanas, em dias alternados, foram visitadas oito escolas municipais e estaduais na Região de Poços de Caldas e Guaxupé - MG, incluindo-se aí a zona rural. A opção por escola pública deveu-se ao fato de que tal estabelecimento, tais escolas, são majoritariamente oriundas de recursos públicos e os alunos têm esta ideia e este conceito na prática ao frequentarem um ambiente público de ensino. Sabemos que ocorrem doações diversas e atos voluntários de particulares que promovem melhorias significativas nestes estabelecimentos públicos de ensino, mas, a criação, a estrutura e a manutenção de uma escola pública



vêm à tona, em sua maior parte, com recursos públicos. Foram alcançados com as palestras de Educação Fiscal um total aproximado de 350 alunos, incluindo aí professores e gestores educacionais.

Mas, como alcançar os contribuintes mirins indiretos na faixa etária de 06 a 11 anos e os adolescentes, também contribuintes indiretos em sua grande maioria, na faixa etária de 12 a 17 anos?

A estratégia mais simples adotada foi a de provocá-los a falarem qualquer coisa sobre tributos, ou como a quase totalidade dos pequenos contribuintes entende como imposto. Também procurou-se associar este tema espinhoso com temas mais atuais e de fácil digestão como: respeito entre pessoas de qualquer idade e classe social, cidadania e ecologia.

A minha primeira atitude estratégica com os contribuintes mirins indiretos foi perguntar seus nomes, um por um, turma a turma, mesmo as maiores com quase 30 alunos. No início, foi bem tranquilo, pois todos respondiam apenas o primeiro nome, assim

"...Yasmin, Deivid (o próprio menino soletrou sem eu pedir), Ana, Pedro Henrique, Paulo, Antony, João Vítor, Carlos André,...", até que uma menina falou seu nome completo, assim:

"Ana Carolina de Souza"; a partir daí todos os que restavam falar seus nomes, deram o nome completo e ainda bem que não eram muitos, pois os 50 minutos foram ficando bem curtos (lembrando que a palestra deveria ser dada no máximo em bem longos ou bem curtos períodos de 50 minutos).

Ainda confesso que a escolha em adotar-se a estratégia mais simples tem suas vantagens e... suas desvantagens. Ao se provocar os contribuintes mirins indiretos com perguntas diretas, abre-se um imenso universo de respostas diretas e inesperadas, como por exemplo.

"Alguém aqui conhece a Receita Federal do Brasil"?



Resposta majoritária: NÃOOOOOO!

"Alguém aqui paga imposto"?

Resposta majoritária: NÃOOOOOO!

Então, para não receber mais o tipo de resposta acima descrita, percebi que precisava mudar o conteúdo da pergunta para atingir o objetivo proposto. Eis o que me veio à cabeça em forma de pergunta:

"Algum de vocês conhece alguma receita, seus ingredientes e para que serve tal receita?

Aí ficou fácil e as respostas vieram aos montões! Meninas e meninos alvoroçados em dar as suas receitas, seus ingredientes e para que serviam. As receitas mais citadas, sempre envolvendo o hábito irresistível de comer eram:

"...receita de brigadeiro, de bolo de caneca, de gelatina, de comida de comer,..., farinha de trigo, ovo, gelatina, água...comer, comer e comer..."

Precisei interromper e voltar ao tema proposto, até porque o tempo de 50 minutos neste caso ficou bem curto.

Aproveitei então o conceito bem saboroso de receita trazido pelos menores e falei então da Receita Federal do Brasil, com seus "ingredientes" humanos, materiais e tecnológicos, deixando claro a finalidade social da RFB.

Do mesmo modo, falei sobre imposto. Mostrei a eles a figura e o conceito de contribuinte indireto.

Perguntei a eles o que haviam comprado naquela manhã ou no dia anterior. Eis algumas respostas:

"... bala, sorvete, boné, chocolate, brinquedo,..."; então, aproveitando estas mercadorias compradas, pude mostrar a tributação ou os impostos embutidos em cada uma das compras, aproveitando para destacar a importância de se pedir nota fiscal.



Houve ainda alguns relatos dos menores sobre comportamentos de seus responsáveis (pais, avós, tios e outros cuidadores) sobre o pagamento de impostos. Alguns disseram que já ouviram os responsáveis reclamarem de pagar impostos e outras falas contrárias. Mas, por estar em ambiente público de ensino, mostramos na prática como o pagamento de impostos é importante para todos e reverte em prol da sociedade, como na situação deles.

Em algumas escolas públicas de ensino fundamental, aonde o número de alunos era menor, fizemos círculos para conversar sobre os temas propostos no Projeto Educação Fiscal nas Escolas e o aproveitamento foi muito bom.

Em todas as turmas de escolas públicas de ensino fundamental, utilizamos como leitura o Almanaque da Turma do Leãozinho, uma ferramenta excelente e muito útil.

Então, pude perceber que para os contribuintes mirins indiretos a melhor maneira de abordar temas como Receita Federal do Brasil e tributação (impostos) é buscar exemplos do dia a dia deles para mesclar com conceitos públicos fundamentais para a vida em sociedade, desde o nascimento, a infância, adolescência e por toda a vida.

Relato ainda o trabalho com alunos de escolas públicas do ensino médio. Tais alunos já possuem um conhecimento básico e até mesmo um conhecimento médio sobre o tema. A dificuldade maior é fazer com que eles falem, o que não é problema para os alunos contribuintes mirins indiretos do ensino fundamental.

Mudei completamente a estratégia de abordagem inicial, pois até para falar o nome é complicado quando se trata de adolescentes, pois as palavras monossilábicas são usadas inclusive para dizer o nome. E nem pensar em usar o Almanaque da Turma do Leãozinho.



Então o que fazer?

Como estávamos em um Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação-REDEX, na Cidade de Guaxupé, abordamos os temas Receita Federal do Brasil e tributos vinculando-os com questões aduaneiras de importação/exportação. Aí surgiram várias perguntas e em alguns casos, os próprios alunos nos disseram que seus pais trabalham como motoristas no REDEX, o que facilitou tremendamente a troca de informações, dúvidas e experiências, sendo que novamente o período de 50 minutos foi bem curto.

Finalizo esta prosa destacando a importância deste Projeto Educação Fiscal nas Escolas. Talvez, muitos dos servidores da própria RFB não conheçam o referido Projeto, ou o conheçam superficialmente, como mais uma atividade eminentemente acessória e não se dispõem a participar ativamente desta importante ferramenta de conscientização e formação de uma cultura tributária/fiscal com seus reflexos consideráveis para o viver em sociedade. Faço votos para que muitos de nós ou todos nós não apenas cuidemos das atividades finalísticas do órgão de Estado RFB, tais como: arrecadação, fiscalização e controle aduaneiro; mas, que vejamos e contribuamos para que atividades meio, devidamente selecionadas e estruturadas, ganhem mais espaço e possam facilitar o cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias. Certamente, as crianças, os adolescentes e todos nós viveremos em uma sociedade mais fraterna, igualitária e livre!



Lição de vida

Mônica Oliveira Clemente

Assistente-Técnico Administrativa - DRF RJII/Méier-RJ

Ingressou na RFB em 22/08/2009. Atualmente é atendente do CAC Méier, foi chefe do CAC Méier de 20/03/2015 a 02/05/2017.

Senhor Educado

Sabe aqueles dias que você reclama de seus problemas, fica malhumorada, achando que você é injustiçada, que seus problemas são enormes? Nestes dias, eu sempre recebo uma lição de Deus.

Chamo minha primeira senha do dia, era um senhor de aproximadamente 60 anos, lembro-me até hoje! Vestia uma blusa branca de manga cumprida. Dá bom dia, senta e fala educadamente:

Eu tenho uma dívida com a Receita, a senhora pode me fornecer o Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) a vista para que eu efetue o pagamento?

- Claro, senhor, imediatamente.

Verifico que a dívida era significativa, pergunto se ele não quer efetuar um parcelamento do valor em questão e ele, olhando em meus olhos me diz:



- Senhora! Amo muito minha esposa e minha filha! O médico me deu apenas mais uma semana de vida e eu não vou deixar para elas mais uma dor!

Fiquei muda e chocada, que lição de amor ao próximo! Imprimi o Darf e quando o entreguei, perguntei sem qualquer formalidade:

- Senhor! Posso lhe dar abraço?
- Claro, minha filha! Eu gostaria muito.

Me levantei, o abracei com carinho, desejando força e que acreditasse nos desígnios de Deus. Não perguntei o que ele tinha ou qualquer informação sobre sua doença. Não era necessário. A dor era visível.

Quando ele se foi, chorei muito! Foi a primeira vez num atendimento que me envolvi a ponto de ir ao banheiro para chorar, chorar e chorar. Temos muito cuidado durante o atendimento para separarmos emoções da razão, tendo em vista a responsabilidade de nosso trabalho, mas somos humanos.

Parei de reclamar de meus problemas, naquele dia, e agradeci a Deus pelo aprendizado, orando muito por aquele senhor e pela sua família.

Sofrimento de Mãe

Estávamos em dezembro, época festiva, todos com esperança! As ruas decoradas com luzes e enfeites. Nossas mesas com árvores de natal em miniaturas, tudo muito alegre e colorido.

Chamo uma senha! Entra uma senhora loura de cabelos curtos, muito bonita, com seus 40 anos aproximadamente! Em suas mãos uma certidão de óbito. A contribuinte me olha e fala:

- Senhora, bom dia! Gostaria de cancelar este CPF!



Naquela época, ainda cancelávamos CPF por óbito, hoje alteramos a situação cadastral para titular falecido. Com esta providência, os herdeiros ou responsáveis podem efetuar todos os procedimentos de seus interesses.

Pois não senhora! Favor me entregar a original do óbito e sua identificação. O que a senhora é do falecido?

- Mãe!

Neste momento, olhei para ela, vi o seu sofrimento! Sou mãe e este sentimento deve ser tão intenso, tão doloroso, que para mim é inconcebível! Falei, então:

- Sinto muito, senhora!

Ela só balançou a cabeça e uma lágrima cai. Meu coração fica apertado! Ela começa a contar o que aconteceu e eu, com todo respeito, prestei toda atenção e a ouvi.

- Minha filha sempre teve muita esperança no ser humano, tinha acabado de se formar em Assistente Social, queria se dedicar aos que sofrem transtornos, traumas e tristezas intensas. Ela tinha apenas 22 anos.
- Senhora, com certeza, ela está ao lado de Deus, olhando por vocês!
- Ela era um anjo mesmo! Deve estar no Céu! Mas sinto muito sua falta, e sei o que ela fez foi por amor ao pai. Nós temos uma loja... Um bandido entrou armado. Ela tentou conversar com ele. Tentou fazer com que ele mudasse de ideia. Tentou dar-lhe esperança, mas o bandido não a escutou.
- Como assim? eu ainda pergunto, totalmente envolvida por aquela mãe, que precisava falar.



- Ele levantou a arma, e quando ela percebeu que ele ia atirar no pai, ela se colocou no lugar dele. Levou um tiro no peito, e nos deixou naquele momento.

É claro que tentei conversar com ela, dei um copo com água e açúcar. Falamos sobre a espiritualidade. Fiz o cancelamento do CPF e no final nos abraçamos!

Naquele dia, cheguei em casa beijei muito minha filha e agradeci a Deus pela sua saúde, orando, também por aquela mãe. Mais um atendimento que me envolvi muito.

Despedida de um Amigo de Trabalho

Nossa equipe era pequena, e ainda é, mas tem sinergia! Nos ajudamos muito! E em cada centro de atendimento da Receita (CAC), é normal haver sempre aquele servidor que parece saber tudo, ser o mais dedicado, nos dá credibilidade, inteligente e muito parceiro.

No Méier havia um servidor, que qualquer problema, se ele não sabia como resolver, buscava onde poderia encontrar a solução, seja sobre o assunto de seu próprio atendimento ou do colega. Nunca nos sentíamos sozinhos! Além de bom papo e de ter um bom coração.

Ele ficava sempre depois de terminar seu horário, não deixava ninguém sem resposta ou trabalhos inacabados. Não faltava ou chegava atrasado! Tinha opiniões fortes sobre os assuntos mais polêmicos.

Havia uma placa muito marcante, que ele colocou atrás de sua cadeira na parede, ela dizia: Gosto muito de História, entendo um pouco de filosofia, mas detesto política! Eu adorava esta frase.

Era uma semana agitada, como sempre, muitos contribuintes, muitas dúvidas e eu já estava ficando de canelas finas de tanto subir ao



segundo andar para pedir socorro ao nosso mestre do conhecimento, que ficava numa sala neste andar. E comentei com ele sobre isso: - Nossa você não deve mais me aguentar vindo aqui, só esta semana já foram quatro vezes, rs. Ele riu e me disse que era um prazer.

Na sexta-feira desta semana, nos despedimos, ele cumprimentou quase todo mundo como era seu hábito, e nunca mais vimos nosso amigo e mestre.

Teve uma dor de garganta com febre no fim de semana que se complicou. Foi internado e piorou. Acho que Deus o quis de volta. Ele nos deixou e foi morar com os anjos. Conosco fica a saudades e a esperança que o Céu esteja em festa com seu retorno ao mundo espiritual.

Aprendi muito com ele! Que devemos sempre dar nosso melhor, sem olhar a quem! Que temos que procurar ajuda quando não sabemos ou não entendemos. E que cada dia é um dia para tentar ajudar nosso próximo.



Milagres acontecem

Valmir Paulino Benício

Bacharel em Administração com Habilitação em Comércio Exterior, e Bacharel em Direito. Ingressou no Serviço Público em 1987, quando trabalhou como Escrevente no Judiciário Paulista. Depois, em 1991, entrou para o Serviço Público Federal no Concurso para Técnico do Tesouro Nacional. Trabalhou na Alfândega de Cumbica, na DRF/SBC, DRF/PCS e ARF/SSP. Atualmente é chefe da ARF/Guaxupé. Participou da elaboração das Revistas comemorativas de 10 e 20 anos da DRF/PCS.

Parece que realmente milagres acontecem. Até no atendimento da Receita Federal. O episódio a seguir aconteceu na cidade mineira de Guaxupé.

Guaxupé ficou muito conhecida em função da telenovela "O Rei do Gado", de Benedito Ruy Barbosa, 1996.

Como sabemos, esta novela de enorme sucesso exibida entre junho de 1996 e fevereiro de 1997, foi associada, em muitas cenas, às fazendas da cidade de Guaxupé. Inclusive consta que o nome "Rei do Gado" foi inspirado em um famoso fazendeiro da Região, conhecido como "Rei do Leite". Mas enfim, prossigamos com nossa história.

Dia 09 de abril de 2019, compareceu na Agência um senhor portando uma bengala e mancando muito procurando por atendimento.



Naturalmente foi dada senha especial para o contribuinte que desejava uma pesquisa de situação fiscal. Ele acabou sendo atendido pela colega Dalva, que recentemente se aposentou. Era conhecida entre os colegas como "Dalvinha".

Após ter concluído o atendimento o contribuinte se retirou da Unidade normalmente. Literalmente. Sim, para nosso espanto, saiu andando normalmente e até esqueceu a bengala apoiada na mesa de atendimento da Dalvinha.

Ao vê-lo sair, a colega tentou alcançá-lo. O milagre foi tanto que até a velocidade de locomoção aumentou e precisou de nossa contratada de apoio correr atrás dele. Segundo ela, o próprio comentou: "Nossa! Vocês fazem até milagre aqui."

Enfim, milagres acontecem...



Nesse saco tem onça

Edilaine Aparecida Bissoni Assistente-Técnico-Administrativa - DRF/Poços de Caldas-MG

Tomou posse em Assis Brasil, Acre, em fevereiro de 2015, após alguns meses, seu marido, Auditor-Fiscal da RFB, foi removido para Guaxupé para trabalhar no REDEX. Ela foi para a ARF. Em 2018, foi emitida a portaria retirando os Auditores das Agências, então, foram removidos para Poços de Caldas. Na DRF/PCS funciona como «Coringa». Ajuda nas atividades de TI, é AGR da ITS de Poços de Caldas, trabalha com financeiro, ajuda o gabinete nas comunicações com a imprensa, faz pregões e elabora as minutas para os processos de compras, além de participar das operações de vigilância repressão da Delegacia.

Este curioso fato aconteceu em Assis Brasil, no Acre, nos meados de 2015 e, para ser mais precisa, na Inspetoria da Receita Federal de lá. Como a cidade não tem estrutura para se alugar imóveis, morávamos no alojamento da Receita Federal que ficava logo acima do prédio da Inspetoria.

Numa bela manhã ensolarada, de muito sol mesmo! Recebemos a visita de um colega do Ministério da Agricultura que vou dar o nome aqui de ZUM. Ele bateu à nossa porta pedindo ajuda para resolver uma situação pouco vista por nós do restante do Brasil. Porém, comum aos habitantes de Assis Brasil que fica rodeada pela mata Amazônica (muito mato mesmo...).

Por este motivo, lá encontrávamos diversas espécies de animais e insetos. Outro dia, encontramos um mosquito quase do tamanho do meu



polegar! Mas voltando ao assunto, naquela manhã "queeeente", ZUM veio nos pedir apoio. Ele havia apreendido um saco. Parecia ser um animal e foi quando um dos colegas gritou – traz a tesoura! Vamos ver que bicho temos aqui. Então, abrimos o saco misterioso, tinha mesmo um animal lá dentro e estava vivo, mas debilitado. E para nossa surpresa era um filhote de onça.

Ao descobrir tal fato, os colegas auditores-fiscais, um policial federal, Zum e eu olhamos "uma para a cara do outro" e nos perguntamos, o que faremos? Nunca tínhamos nos deparado com aquilo. É verdade que já havíamos ajudado um macaco atropelado, uma preguiça a atravessar a rodovia, mas aquilo era muito impressionante. Quem já viu uma onça solta por aí?

Em contato com IBAMA de Rio branco fomos informados da unidade dolCMBio de Assis Brasil, mas que infelizmente haviam problemas com a disponibilidade desses servidores. Pois é, como se a história já não estivesse "recheada" de surpresas, recebemos a notícia de que os servidores do ICMBio estavam sob cativeiro de índios isolados. Não havia ninguém na cidade que pudesse recolher o animal para dar a devida assistência. Afinal, o que come um filhote de onça? Em Rio Branco não havia veículo disponível, era uma viagem de quase seis horas de carro. A Veterinária do ICMBio de Rio branco foi nos orientando quanto aos cuidados com a oncinha e nos pediu para cuidar da pequenina até que alguém estivesse disponível para recolhê-la. Cuidamos, alimentamos até que a "bichinha" começou a andar, correr, brincar e como precisava de banhos de sol, passeávamos com ela em uma guia (aquela para cães) para que não saísse correndo pela mata. Após decorridos quase quinze dias, a oncinha já havia virado mascote da Aduana. E, então o IBAMA de Rio Branco encaminhou servidores para recolher o animalzinho. Poucos meses depois, tivemos notícia de que ela havia sido transferida para o Zoológico de Brasília.



A Receita Federal me proporcionou viver diversas experiências e desenvolver inúmeras atividades. Mas esse fato, essa história, vou contar para os meus netos.

E o que dizer sobre a Aduana? Ela tem história...



O CPF e a física quântica

Raimundo Nonato Gregório da Costa Analista Tributário da RFB- ARF/Iguatu-CE

Agente da Receita Federal do Brasil em Iguatu, ingressou em 27 de novembro de 1995, tendo executado atividades nas diversas áreas-fim do órgão. Foi chefe do Centro de Atendimento, chefe da Equipe de Atendimento e Agente e/ou substituto em outras unidades.

Na metafísica, impenetrabilidade é o nome dado à qualidade da matéria pela qual dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo.

No atendimento da Receita Federal, mais especificamente referente ao Cadastro das Pessoas Físicas - CPF, a máxima acima é testada cotidianamente.

Tais situações decorrem do fato de que o número atribuído ao contribuinte é único. Assim sendo, não é possível que um mesmo número de CPF, por exemplo, contemple dois ou mais contribuintes. Ressalvo que, no passado, a mulher poderia usar o CPF do marido, mas essa possibilidade já não mais existe.

Assim, no caso de homônimos perfeitos e homônimos mais que perfeitos, a solução do problema demanda análise do caso com cuidado a fim de dirimir a quem pertence o CPF e quem deve obter sua numeração.



Num caso que passou pela Delegacia da Receita Federal em Juazeiro do Norte, chamou-me a atenção o caso de gêmeas cujos nomes diferiam apenas e tão somente de um acento. Um detalhe que deve ser mencionado: o sistema não permite a inserção de acento!

Daí que eram contribuintes com mesmo nome, mesma data de nascimento e mesmo nome da mãe! Sendo menores, nem títulos de eleitor possuíam! E, caso se fizesse um exame das digitais, capaz de tais exames resultarem iguais!

Enfim, de posse de caso tão singular, efetuei despacho propondo criação do CPF para a gêmea nascida por último - as certidões de nascimento traziam o horário do nascimento - apondo no despacho a qualidade da impenetrabilidade da matéria, isto é, que dois corpos não poderiam ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo.

O chefe, à época, fez questão de parabenizar pela conclusão satisfatória do caso, destacando a menção da impenetrabilidade da matéria e brincando com o fato de que, de tão difícil ser o equacionamento do problema, só um despacho quântico para resolvê-lo.



O número misterioso

Janete Elaine Camara Auditora-Fiscal da RFB - Delex/São Paulo-SP

Foi Técnica do Tesouro Nacional de 1995 a 2004. Analista de Controle na CGU de 2004 a 2006, quando retornou a RFB no cargo de auditora-fiscal.

Um dia, recebi a ligação de um contribuinte indignado e horrorizado com o indeferimento de seu pedido de habilitação no sistema SISCOMEX. Tomo a liberdade de esclarecer aqueles que não estão familiarizados com o assunto, que este procedimento visa à apuração da existência da pessoa jurídica que almeja atuar no comércio exterior e de sua capacidade econômica.

Pois bem, feita esta ressalva, informo que a queixa do meu interlocutor basicamente consistia na motivação do indeferimento, que era o retorno das correspondências enviadas ao domicílio tributário da empresa com a indicação de número inexistente ou desconhecido.

Como me pareceu pertinente tal reclamação e considerando que fui enfaticamente informada de que o endereço estava absolutamente correto, resolvi, para solucionar o imbróglio, efetuar diligência ao local e olha que era longe, longe, longe mesmo da minha unidade de atuação.



Assim, após as medidas cabíveis para me ausentar da repartição por praticamente um dia em minha jornada, fui em diligência com outra servidora ao dito endereço. Depois de enfadonhas horas no trânsito, bem conhecidas dos paulistanos, e de alguns erros no percurso, finalmente, chegamos ao logradouro indicado, porém, para nossa surpresa, depois de meticulosas idas e vindas pela rua indicada, não localizamos o número informado pelo contribuinte.

Tendo passado por esta odisseia, cansada e irritada, não me conformei em ir embora sem uma resposta definitiva, então, liguei para o contribuinte e este muito calmamente me informou que nós estávamos na rua correta e que a sede da empresa ficava ali, em um imóvel de grades brancas e com jardim. Localizamos o local indicado, porém, o número que estava a vista não correspondia ao informado, confusa, evidentemente questionei o dono da empresa sobre a divergência, tranquilamente, ele me disse que o número visível foi simplesmente inventado e que o número verdadeiro estava escondido atrás de uma árvore. Entendendo menos ainda, perguntei o motivo desta excêntrica atitude, ele singelamente me disse, se eu colocasse o número 171¹ em meu estabelecimento, quem é que compraria meus produtos?

¹Alusão ao artigo 171 do Código Penal - "Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento."



O seu amor pode estar do seu lado

Gabriela Andrade Oliveira
Assistente Técnico-Administrativa - ARF/Barretos-SP

Lotada na Agência de Barretos desde 17/08/2009. Chefe da equipe de atendimento ao contribuinte de 02/08/2012 a 21/03/2016. Agente desde 22/03/2016.

Maio de 2019. Mais uma manhã de atendimento. O Saga (Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento) chamou uma das senhas, e se sentou em minha mesa um contribuinte de aproximadamente 50 anos, que não havia conseguido enviar a declaração de imposto de renda a tempo.

Enquanto o atendia, ele me perguntou se eu gostaria de saber como conhecera a sua esposa. Eu, curiosa e amante das histórias de amor, respondi que adoraria saber.

E essa é a história que ele me contou:

Há um ano havia ido à Receita para buscar esclarecimentos sobre como fazer seu imposto de renda. Sentou-se para aguardar a senha ser chamada. Nisso, uma mulher sentou-se ao seu lado. Quando a viu, seu coração disparou. Era linda. Gostou dela naquele momento. Começaram a conversar, e ele pediu o telefone dela. Quando a senha foi chamada, ele mais do que depressa fez o que seu coração mandou: roubou um beijo.



Depois de ser atendido, foi para casa encantado com aquela moça que conhecera na fila de espera. Ligou para ela, começaram a sair e iniciaram um relacionamento. Haviam se casado há cerca de um mês.

O seu amor pode estar aguardando atendimento ao seu lado na Receita Federal.

Na fila do supermercado.

Pode se sentar ao seu lado enquanto você volta de ônibus para casa.

Pode ser aquela pessoa que puxou assunto com você na internet.

Pode estar em um aplicativo de relacionamentos. Na rua. Em qualquer lugar.

Tenha coragem, tenha fé e não desista do amor!



O vai e vem do processo de consulta

Marcos Roberto Nociolini

Auditor-Fiscal da RFB- DRJ/São Paulo-SP

Ingressou em 21/05/2001 como Técnico da RFB. Assumiu como Auditor-Fiscal em 09/01/2002. Atua como julgador na DRJ/SPO desde 2015. Foi parecerista na Disit/SRRF08 de 2010 a 2015. Ficou em exercício na Alfândega do Aeroporto de Manaus de 2002 a 2010, onde iniciou a carreira de Auditor-Fiscal, passando por controle de carga, despacho, assessoria jurídica, pesquisa e seleção, sendo chefe da extinta seção de internação e da seção de arrecadação e cobrança num total de quase 4 anos.

As consultas fiscais são um importante instrumento da Receita Federal do Brasil para a orientação dos sujeitos passivos. Mas desde o surgimento do órgão, o procedimento de consulta oscilou entre centralizar a solução/vincular em caráter geral e descentralizar a solução/vincular somente o consulente. O primeiro polo promove a uniformidade de interpretação, mas o tratamento centralizado pode se tornar um gargalo. Já o segundo é, ou deveria ser, um procedimento mais rápido, mas com o ônus da existência de entendimentos divergentes.

Centralizando

Às vésperas da criação da Receita Federal (1968), os chefes de repartição dos antigos Departamentos de Rendas Internas, do Imposto de Renda e de Rendas Aduaneiras exaravam decisões em processos de consulta. Mas em 1969, já no novo órgão, todas as decisões até então



proferidas foram canceladas, a fim de se evitar entendimentos divergentes e tratamentos diferentes para situações idênticas.

O movimento centralizador continuou com a emissão da IN SRF 26/1970. Os órgãos da Receita Federal passaram a ser obrigados a submeter suas decisões à então Coordenação do Sistema de Tributação (CST), que se manifestava por meio de Pareceres Normativos (PN) vinculantes. Contudo, segundo a Instrução Normativa, consultas subsequentes sobre assunto já decidido pela CST deveriam ser solucionadas sem sua prévia audiência.

Descentralizando

Com a publicação do Decreto 70.235/1972, foi definido que as consultas passariam a ser resolvidas em 1º instância, pelos Superintendentes Regionais. E o consulente podia apresentar recurso voluntário apreciado em 2º e última instância pelo titular da CST. Mas no caso de decisão favorável ao consulente, a autoridade de 1º instância deveria recorrer de ofício! Ou seja, embora a competência de solucionar consultas tenha sido descentralizada, na prática, manteve-se a centralização, pois era a CST que, afinal, aprovava as soluções.

O real movimento descentralizador veio com a Lei 9430/1996. As consultas passaram a ser solucionadas em instância única pelo órgão regional da Receita, (cabendo ao órgão central apenas a consulta formulada por órgão central da administração pública federal ou por entidade representativa de categoria econômica ou profissional de âmbito nacional). Conforme a IN SRF 2/1997, o órgão regional era a Superintendência e o órgão central, a agora chamada Coordenação-Geral do Sistema de Tributação - Cosit (ou a Coordenação-Geral do Sistema Aduaneiro - Coana, no caso de classificação de mercadoria). Os Superintendentes, por sua vez, delegaram a solução de consultas aos seus



respectivos chefes de Divisão de Tributação - Disit. As quatro IN's seguintes não mexeram na situação

É de se suspeitar que havia à época da publicação da Lei 9430/1996 um grande estoque de consultas aguardando resposta, visto que o §13 de seu art. 48 determinava que, a partir de 01/01/1997, cessavam os efeitos de todas as consultas não definitivamente solucionadas.

Centralizando de novo

Em 2013, nova mudança no regime das consultas, com a publicação da Lei 12.788, que alterou a redação do art. 48 da Lei 9430/96 e delegou à RFB ampla competência para disciplinar o procedimento de consulta, o que foi feito pelas atualmente vigentes IN RFB 1396/2013 e 1464/2014 (esta, para consultas sobre classificação fiscal de mercadorias).

Hoje, em ambos os casos, a solução está novamente centralizada na Cosit (correspondente à antiga CST), cabendo às Disit das Superintendências expedir a tal Solução de Consulta Vinculada, que é a que reproduz o entendimento constante de Solução de Consulta Cosit ou de Solução de Divergência, formando um quadro similar àquele estabelecido pela IN SRF 26/1970.

Parece que voltamos à situação de quase 5 décadas atrás!

Mas agora é diferente

Porém, há um pequeno detalhe que faz muita diferença: as soluções de consulta, além de serem vinculantes para a RFB, respaldam os sujeitos passivos, independentemente de serem os consulentes, desde que, obviamente, se enquadrem na hipótese por elas abrangidas, e sem prejuízo de que o efetivo enquadramento seja verificado em procedimento de fiscalização.



Mas os antigos Pareceres Normativos também não tinham o mesmo efeito geral? Sim, mas, agora, a Cosit não precisava esperar que se acumulassem consultas sobre assuntos relacionados entre si para, então, emitir um Parecer Normativo que abarque todas as questões.

Contudo, o mais importante é a publicação, na internet, do inteiro teor da Solução de Consulta da Cosit, possibilitando que os sujeitos passivos vejam qual foi exatamente a situação motivadora da consulta. Isso, juntamente com aquele efeito protetor geral, contribui para inibir que a mesma dúvida seja apresentada repetidamente, reduzindo o fluxo de entrada de consultas e assim, por óbvio, aumentando a rapidez no tratamento do estoque de processos de consulta. Parece que está funcionando: em dez/2016, havia 1675 processos aguardando solução; em dez/2018, o estoque havia caído para 906 (redução de 46%).

Mudança de postura

Destaque-se que a nova abordagem somente foi possível em razão de uma mudança de postura. A IN RFB 1396 é de setembro de 2013, porém, cerca de um ano antes, em agosto de 2012, a Cosit havia expedido o Parecer nº 73, em que afirmava que a publicação do inteiro das soluções de consultas desrespeitava o sigilo fiscal!

O que aconteceu? Percebeu-se que, ocultando-se as informações que identificam, ou possa identificar o consulente, e tomando-se cuidado

- 1. Parecer Normativo Cosit nº 5/1994.
- 2. Art. 9º da IN RFB 1396/2013 e art. 15 da IN RFB 1464/2014.
- 3. Art. 27 da IN RFB 1396/2013 e art. 28 da IN RFB 1464/2014.
- 4. Ministério da Fazenda. Relatório de Gestão, 2017; Revista Fato Gerador, 16. ed., maio/2019.



na redação da solução da consulta, era possível prover maior orientação aos contribuintes sem violar o sigilo fiscal.

Um exemplo de como uma pequena mas crítica melhoria pode trazer um enorme incremento na qualidade do trabalho.



Os tributos e a literatura nacional

Giovanni Marcos Firmino de Andrade Auditor-Fiscal da RFB - DRJ /Belo Horizonte-BH

Julgador na DRJ-BH, 7ª Turma, desde 2009. Ingressou na Administração Tributária em 02/01/1998, no cargo de Fiscal de Contribuição Previdenciária.

Confesso-lhes que nunca mantive uma relação de amor para com a língua portuguesa.

O correto domínio das regras gramaticais e da interpretação de romances, prosas e poemas e as exigências de elaboração de textos escritos, os quais lá na minha primeira infância, no primário, eram denominados composições, causavam-me sudorese, taquicardia, desarranjos intestinais.

A luta pela aprovação na matéria demandava esforço hercúleo e o seu auge se deu no último ano do ensino médio, antigo segundo grau colegial, quando o saudoso professor Brasil, advogado, escritor e revisor de matérias impressas dos jornais das alterosas - copidesque como se autointitulava - impunha a nós, alunos do curso noturno, jovens entre 17 e 20 anos, uma rotina semanal de exercícios de gramática e de redações.



Vencido o ensino médio e, após rápida passagem pelo curso de Direito na Faculdade Mineira da PUC, com a realização de apenas dois semestres letivos, me voltei para o Curso de Ciências Contábeis, na UFMG.

A dedicação integral à escrituração dos registros contábeis, valendo-me da representação gráfica do razonete em forma da letra "T", e à elaboração da demonstração do resultado do exercício e do balanço patrimonial me fizeram esquecer as agruras passadas com o domínio do nosso vernáculo.

Por falar em razonete, permitam-me fazer uma pequena digressão para lembrar-lhes de uma piada que ouvi no curso "A nova contabilidade brasileira e o seu tratamento tributário". José, recém-saído da faculdade de Ciências Contábeis, ingressou num grande escritório de contabilidade. Feliz da vida, chegava cedo para trabalhar todos os dias. O Chefe Geral da Contabilidade, assíduo e pontual, sentava-se à mesa para iniciar o expediente às 08 da manhã e, impreterivelmente, abria sua gaveta. De lá retirava um pequeno papel, lia o texto e o devolvia. Após a realização do gesto habitual, expedia ordens para os contadores, técnicos de contabilidade, assistentes e contínuos. Assim procedeu por mais de vinte anos! Um belo dia, José, ao notar a ausência do Chefe e comunicado de seu falecimento, não se fez de rogado. Dirigiu-se à mesa à procura daquele texto. Seria uma oração? Um hino? Uma carta de amor? Para sua surpresa, encontrou a seguinte inscrição: o débito é do lado esquerdo do razonete!

Voltando para a minha trajetória escolar e profissional, revelo a todos vocês que a aprovação, o ingresso na administração tributária e os primeiros trabalhos realizados mostraram-me a necessidade do domínio das ciências jurídicas. Aos bancos escolares, retornei a fim de me graduar no curso de Direito, na vetusta Casa de Afonso Pena, nacionalmente conhecida como Faculdade de Direito da UFMG.

Ávido por dominar o direito positivo e, em especial o Direito Tributário; feliz por aprender sobre o sistema recursal processual e pouco



afeito às aulas sobre princípios e hermenêutica, deparei-me com as aulas sobre Direito e Literatura Brasileira, em que se discutiam questões jurídicas na literatura nacional.

Não imaginava que fosse possível existir a cadeira de Direito e Literatura num curso de graduação; porém, logo me senti atraído pelo estudo dos institutos jurídicos com o apoio da literatura nacional. Os professores de Direito Penal e do Trabalho sempre recorriam a tal expediente; no Direito Tributário, exemplo algum fora utilizado.

Como contribuição à inter-relação entre o Sistema Tributário Nacional e a Literatura Brasileira, transcrevo, adiante, passagens que se dedicaram ao debate das questões tributárias. Por coincidência, acreditem ou não, alguns trechos foram lidos por mim quase sempre quando conversava com colegas de trabalho sobre as atividades que exercemos na Receita Federal do Brasil. Em outras oportunidades, a leitura de notícias na intranet da RFB me levava a relembrar romances ou prosas já lidos no decorrer da minha vida acadêmica.

A primeira passagem, proveniente de Jorge Amado, é contemporânea à discussão que travei com um colega que atua na Direp, a respeito do combate ao descaminho e contrabando:

Nem sabia a língua ainda e já vendia sombrinhas, seda barata, bolsas, às empregadas e criadas da Bahia. Aos poucos se familiarizou com a cidade, com a língua, com os costumes. Morava no bairro árabe da Ladeira do Pelourinho, de onde saía todas as manhãs com sua mala de mascate. Depois foi melhorando de vida. Foi quando conheceu F. Murad, o árabe mais rico da cidade. A grande casa de sêdas de F. Murad tomava quase um quarteirão da rua Chile. Falava-se que ele enriquecera no contrabando de sedas. (...) F. Murad o chamou e o empregou no mais rendoso dos seus vários negócios. Agora era Toufick quem tratava com os despenseiros de bordo, com os comandantes de navio, com os pilotos, com todos aqueles que se relacionavam com os carregamentos de seda que não deviam



pagar impostos. Se revelara habilíssimo, nunca haviam corrido tão bem os negócios. (...) Era o "Caboré" que ia receber as peças de sêda na calada da noite de bordo dos navios e que as conduzia para lugares de poucos conhecidos. E de tanto fazer aquêles roteiros desconhecidos e perigosos, Toufick, o árabe, já era quase um verdadeiro mestre de saveiro. (AMADO, Jorge. Mar Morto. Livraria Martins Editora. São Paulo: 20 edição; pgs. 218,219).

O segundo excerto é contemporâneo a um processo relatado pelo colega da turma de julgamento em que se mencionava a existência de uma fábrica sem infraestrutura para produzir as supostas mercadorias que eram por ela comercializadas:

Em 1931 entrara no que considerava um verdadeiro "negócio da China". Estabeleceu uma "fábrica" de seda nos arredores de Antares. Constava ela apenas dum grande barracão de madeira às margens do Uruguai, sem nenhuma máquina, apenas com mesas e prateleiras, e uma porta que dava para o rio e três na fachada. À noite vinham da margem argentina barcas carregadas de peças de seda, de origem vária, e que eram levadas para a "fábrica", onde uns cinco ou seis empregados as enrolavam em rótulos Seda Flor da Fronteira - Indústria Nacional e depois as expediam para muitas partes do Estado e para Santa Catarina e Paraná. Os guardas aduaneiros protegiam esse contrabando. Eram "gente do Tibé", todos bem remunerados pelo caudilho. (VERISSIMO, Erico. Incidente em Antares. Editora Globo. São Paulo: 36 edição; pg. 49).

O terceiro trecho me veio aos olhos quando redigia o voto de acórdão de um processo em que a autoridade lançadora descrevia a apreensão de dinheiro em espécie na sede de uma sociedade empresária:

- Vou fazer mais uma denúncia - continua Cícero. - Acuso também o Maj. Vivaldino Brazão e o Cel. Tibério Vacariano de lesarem o fisco. O dinheiro que lhes vinha de todas essas transações ilícitas jamais era depositado em suas contas bancárias para evitar explicações perigosas aos fiscais do imposto de renda. Eles o guardavam em suas próprias casas num cofre. Ocasionalmente me entregavam somas para que eu as mandasse depositar em bancos argentinos ou comprasse



dólares para reforçar suas contas correntes em bancos da Suíça. (VERISSIMO, Erico. Incidente em Antares. Editora Globo. São Paulo: 36 edição; pg. 353).

O quarto fragmento de texto brotou das minhas lembranças quando lia a notícia do julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da contribuição social do empregador rural sobre a receita bruta, prevista no art. 25 da Lei nº 8.212/91, com redação dada pela Lei nº 10.256/01 (RE 718.874/RS):

Recordou-se do que lhe sucedera anos atrás, antes da seca, longe. Num dia de apuro recorrera ao porco magro que não queria engordar no chiqueiro e estava reservado às despesas do Natal: matara-o antes de tempo e fora vendê-lo na cidade. Mas o cobrador da prefeitura chegara com o recibo e atrapalhara-o. Fabiano fingira-se desentendido: não compreendia nada, era bruto. Como o outro lhe explicasse que, para vender o porco, devia pagar imposto, tentara convencê-lo de que ali não havia porco, havia quartos de porco, pedaços de carne. O agente se aborrecera, insultara-o, e Fabiano se encolhera. Bem, bem. Deus o livrasse de história com o governo. Julgava que podia dispor dos seus troços. Não entendia de imposto. (RAMOS, Graciliano. Vidas Secas. Editora Record. Rio de Janeiro: 78 edição; pgs. 94/95).

Hoje, passados 21 anos de atividade profissional, não consigo definir se a arte imita a vida ou se a vida imita a arte!



Quando o significado de todos é tudo

Sidney Vaz Duarte Auditor-Fiscal da RFB - DRF/Uberlândia-MG

Ingressou na RFB em 1993 como TTN, depois de um período como Fiscal do Estado de Minas Gerais, de 1995 a 1999, regressou como AFTN em agosto de 1999. Atualmente é Supervisor de Equipe de Fiscalização de Pessoa Jurídica.

Na hora do café da tarde na SAFIS, chegam as tortas de palmito e de presunto com mussarela. O aroma como por encantamento passeia pelo ambiente seduzindo o olfato dos presentes. Com disposição colegas arrumam com esmero a mesa, uma toalha graciosa em uma aterrissagem majestosa veste o tampão para acomodar pratos delicadamente decorados. O pudim feito por mamãe faz as pupilas dilatarem.

Contemplo os presentes, uma simpática e seleta amostragem dos amigos da repartição, pois nem todos, em razão do expediente, podem prestigiar o "Happy birthday to you, to me".

Se aproximam, sugerindo uma unidade, o calor humano molda o clima e ao som de comportadas palmas entoam a gostosa canção em homenagem aos meus 57 anos.

Antes do cumprimento personalizado, me franquearam a palavra para um breve discurso.



Olho a todos com singular admiração e gratidão, procuro a essência do significado desta data. Aliás, temos um fascínio pelos números.

Dizem que nosso primeiro aniversário é para a família, teoria na qual concordo em parte. Talvez nos falte conhecimentos transcendentes para identificar o reflexo desse momento na vida de uma criança. Não recordo nada de meu primeiro aniversário, mas lembro com exatidão do de meu filho, esteve em êxtase o tempo todo, sorriso largo em todas as fotos, mesmo que não pudesse traduzir em palavras, sabia que era o protagonista da festa.

Essa magia perfaz todos os outros anos, destaco entre tantos os aniversários de 7, 10, 15 e do aguardadíssimo 18 anos, depois os de 21, 30, 40 e de 50 (meio século). Mas enfim, qual o tema para individualizar o de 57 anos?

Recorro-me àquela famosa frase, a quem não sei creditar a autoria: "Os presentes são os presentes". E efetivamente o são.

Admiro a todos e reconheço, que mesmo involuntariamente, na arte da convivência desempenharam papéis de docentes em algum aspecto de minha vida. Aprendi, sobretudo, a fazer as coisas com capricho e bom gosto, a ouvir com a devida atenção às dificuldades alheias e a expressar minhas ideias com eloquência e respeito. Essas virtudes, lapidadas no convívio diário, favoreceram sobremaneira a minha formação profissional.

Enfim, a presença de todos, representa uma renovação do contrato de amizade e um vultoso depósito no Banco Universal do Afeto, que levarei para toda a posteridade.

Portanto, ambos os presentes, as pessoas ou os mimos, representam acréscimos em nossas vidas, seja no aspecto metafísico da amizade, ou no físico da materialidade.



Mas gostaria de consagrar hoje outra modalidade de presente, que não representa adição, senão, a não subtração de um presente não ganho ao longo da vida, mas conquistado com suor, trabalho, estudo e dedicação desde a minha mais tenra idade.

Com muito orgulho tive origem em uma família pobre materialmente, mas rica, muito rica em valores morais. Comecei minha atividade laboral aos 11 anos como aprendiz, aos 14 conquistei meu primeiro registro e de lá para cá fui um assíduo contribuinte da previdência. Com meus próprios recursos paguei meus estudos. Atento ao mercado de trabalho, tomei conhecimento do padrão oferecido pelo governo na captação de servidores de qualidade para compor os quadros da Receita Federal. Apesar do regime não permitir o FGTS, em contrapartida, garantia a estabilidade e a aposentadoria integral. Destarte, dediquei todo o tempo possível para estudar e me preparar para o certame no qual logrei sucesso por merecimento.

Vivi momentos memoráveis nesta Casa, ajudei a lapidar uma estrutura que ganhou o reconhecimento da sociedade e da comunidade internacional, participei de projetos de construção do futuro, de equipe de grandes contribuintes e de reuniões de conformidade. No último ano, vivi a expectativa de ver um direito à aposentadoria ser suprimido por uma reforma previdenciária cruel que caracteriza uma verdadeira afronta a um contrato social firmado de acordo com as regras do funcionalismo público à época.

Hoje, 05/09/2019, comemoro, de maneira especial, a consumação dos quesitos necessários para locupletar o instituto do direito adquirido.

Portanto, "todos" significa "tudo", em termos de convivência, de aprendizado e de torcida na contagem regressiva desse direito.



Sabemos que mudança e modernidade são inevitáveis, mas anelo, que com o esvaziamento do contingente, onde restarão salas demais e gente de menos, com a criação das equipes virtuais, não fiquemos à mercê apenas dos cumprimentos protocolares dos cartões de aniversário disseminados nos e-mails, que possamos nos manter unidos, e acima de tudo, abraçar e nos sentirmos abraçados. Que venham agora as transformações, mas não levem embora as nossas confraternizações.



Servidor x Contribuinte e os benefícios da Arrecadação

Dioclécio Xavier

Analista Tributário da RFB - ESCOR 01RF/Brasília-DF

Ingressou na RFB em outubro de 1984 - atividades que desempenha atualmente no Escor01: membro de comissões de inquérito, pareceres, etc. Atividades desempenhadas no passado na RFB: chefe da ARF/Paraíso do Tocantins de 1991 a 1997, assessor na SRRF01 de 1997 a 1999, chefe do patrimônio de 1999 a 2003 na SRRF e presidente de comissão de desfazimento de mercadorias apreendidas.

Qual a postura de um servidor, o relacionamento com o contribuinte, a importância e os benefícios da arrecadação de impostos?

É bem simples. Primeiro você faça uma reflexão e veja se está cometendo alguma falha de comportamento no seu local de trabalho. Segundo, analise a sua postura perante os demais colegas, cumpra a carga horária, mesmo que esteja com problemas de saúde, evite os excessos, atestados médicos demasiados não é bom sinal, exceto se estritamente necessários, trabalhe com dedicação e presteza, seja educado, procure melhorar o seu relacionamento com o chefe e se atende a contribuintes, tenha um perfil adequado para o atendimento. Terceiro, o local de seu trabalho é uma parte da sua casa, onde você passa a maior parte do seu



tempo durante o dia, se não gosta do que faz, procure outra atividade, tem que ter motivação para melhorar o seu desempenho.

Vários servidores, provavelmente já passaram alguns anos no seu local de trabalho por algum problema de relacionamento, mas o recomendável é dar a volta por cima, buscar a interatividade com os colegas, melhorar o seu relacionamento e verificar se não está faltando algum treinamento para alavancar a sua produção no trabalho.

A Receita Federal do Brasil é uma instituição respeitada, soberana, uma casa organizada com bons profissionais, responsável pela maior parte da arrecadação de impostos do Brasil, em que o seu montante, fruto da arrecadação beneficia a população como um todo.

Quando conversamos com alguém que desconhece a importância da cobrança de impostos, criticam, malham o governo, falam que é corrupto, esquecem que muitas coisas estão sendo apuradas, já existem vários na cadeia, mas um pouco do diálogo, explicando a importância dessa cobrança de impostos, a destinação em benefício da sociedade, verificamos que logo mudará de opinião.

Outros dizem que a carga tributária é muito alta; pela situação que se encontra, não é, se os sonegadores tiverem consciência e passarem a não sonegar, os devedores pagarem, acredito que poderia baixar as alíquotas, e ainda sim, aumentaria a arrecadação e a sociedade seria beneficiada, sendo destinados mais recursos para a saúde, educação, segurança, manutenção das obras públicas, construções etc.

Quanto ao perfil de um servidor, a máquina precisa funcionar bem, e para isso acontecer, tem de ser alimentada por bons profissionais, é honroso dizer que a Receita Federal do Brasil conta com profissionais da mais alta qualidade.



Você, que é contribuinte, continue contribuindo, se já passou por alguma dificuldade, lembre-se de que um parente foi atendido pelo SUS, provavelmente fez uma cirurgia, hoje está bem de saúde, e tem de ser lembrado que uma fatia da arrecadação foi destinada a esse hospital, fruto da arrecadação e assim acontece, desde a construção do hospital até a prestação de serviços gratuitos para servir ao cidadão.

No ano de 1995, atendi a um contribuinte que disse encontrar-se com dificuldades, que não tinha condições de pagar os débitos para com a Receita Federal, a sua empresa passava por dificuldades, mas elogiou o atendimento, com muito jeito, conversei com ele, expliquei as condições, que poderia parcelar tais débitos, então foram parcelados, depois de alguns meses retornou na ARF/Paraíso do Tocantins e veio agradecer, porque a sua empresa havia saído da crise, quitou os débitos e disse que eu havia dado um ânimo para ele e as coisas passaram a correr bem.

Servidor público federal e contribuinte, o relacionamento deve ser sério e obediente, um cobra e outro paga, quem paga não fica contente, quem recebe agradece. Tratar bem o contribuinte é dever do servidor e pagar é uma obrigação. A arrecadação de impostos é crucial, sem ela muitas pessoas morreriam, direitos são essenciais, uma vez que o cidadão precisa de se alimentar, ter saúde, são condições básicas para a sua sobrevivência.

Agradeço à Receita Federal do Brasil, aos vários contribuintes que prestei atendimento, aos administradores, aos servidores públicos federais, a toda a máquina administrativa, ao bom atendimento e a tudo que funciona bem. Acredite, todas as dificuldades passam, só não passa a sua esperança de que um dia todos contribuirão com satisfação.



Toma 300 reais

Walderez Maria Mayer Bueno Otto

Analista Tributária da RFB - ARF/Toledo-PR

Trabalha no Atendimento ao Contribuinte.

Existe algo em comum entre os mortais ... o sonho da casa própria! Mas este sonho pode vir de um jeito certo, na hora certa. Sonhar é livre. Assim, com todo este direito, começamos a sonhar com a nossa agência nova. Havia grandes possibilidades, pois tudo caminhava para que isso acontecesse. Ganhamos um terreno da Prefeitura, num projeto genial, cujo objetivo era centralizar os órgãos públicos todos no mesmo espaço, visando à facilitação para que o contribuinte resolvesse seus problemas sem dificuldades. Enfim, tudo parecia bem. Terreno disponível, projeto aprovado e tudo conspirava a nosso favor. Pensávamos, agora vai. Mas ... que nada. Nosso sonho acabou tão rapidamente, quanto começou, porque medidas administrativas tolheram todas as possibilidades de realizarmos nosso sonho de termos um ambiente de trabalho compatível com as modernidades, além de usufruirmos de um espaço lindo e apropriado. Lá se foi, mais uma vez, nossa esperança.

Voltando à realidade, nos restou ficar na atual unidade, um imóvel que foi construído para funcionar a Agência, que por muito tempo foi



suficiente, mas devido ao crescimento da cidade, unificação com a Previdência, sofreu muitas alterações e não ficou ideal. Mas a gente sobrevive. Sempre!

Ocorre que mesmo que o imóvel tenha sido construído para a instalação da Agência, não foram observados os detalhes de acabamento da obra, e convivemos longos anos com esta pendenga. Janelas que tinham infiltrações, e quando chovia, formavam bolhas nas tintas da parede. Quando secavam, ficava aquela aparência deveras esquisita. Foram chamados profissionais da área para arrumar, mas nenhum deles fez um trabalho que solucionasse este defeito. Entra chefe, sai chefe, e a coisa ficou igual. Porém, nosso chefe atual, sabe aquele cara tipo "marido de aluguel", faz de tudo um pouco. Então, quando chegou, foi complicado, teve que providenciar mesas e máquinas para que todos estivessem em condições para o atendimento de excelência ao público, alguns móveis tiveram que ser eliminados para ajustar o ambiente de trabalho de maneira adequada e, como não havia verba, tinha que ser do jeito que desse. E assim, por um bom tempo, ficaram as marcas na parede, com uma cor escurecida pelo tempo, marcando a silhueta do móvel retirado, adornado pelas bolhas de tinta. O tempo passou e começou a ser um pesadelo. Todos os dias, chegávamos e, sem querer, dávamos de cara com aquela imagem. Parece besteira, mas era como nos sentíamos. Chegar na nossa segunda casa e ver as paredes marcadas pelo tempo causava um certo desalento.

Um dia cheguei ao trabalho e falei: gente do céu, estou cansada, passei a noite toda limpando as paredes da agência, raspando essa tinta velha, lixando e preparando tudo para pintura nova.

O chefe falou: sem chance, não tem grana ...

Oh! Que dó... Mas fazer o quê?

Outro dia, novamente, cheguei na agência e falei: agora vai dar certo. Sonhei que faríamos um mutirão no final de semana. Unindo nossa



boa vontade, essa agência vai ficar de cara nova. Claro que todos riram da minha cara. Até que seria uma boa ideia, mas deixa para lá.

Passou mais um tempinho, e novamente aquele pesadelo. Cheguei e falei: ah não, gente! Tive outro pesadelo. Sonhei que estávamos pintando a agência ... kkkk ... que chata!

Aí o chefe falou: se tudo der certo vamos providenciar para fazer uma minirreforma na aparência. Amanhã vou na delegacia e já pedi um orçamento para providenciarmos o que for possível. Ufa! Até que enfim!

No dia seguinte, o chefe retornou da sua jornada, com a resposta da Administração e, com um sorriso enigmático relatando, cheguei a SAPOL e me falaram: toma R\$ 300,00, é o que temos. Nada além deste valor e a mão de obra será do pessoal da manutenção, mas vai ser difícil. Vou ter que encarar. E, no dia seguinte, tudo começou, pela manhã e à tarde, sem pararmos o atendimento.

Milagres acontecem? Olha que uma obra assim deu um belo rebolado. Sons de marteladas, espátulas raspando as paredes, lixas, pó em tudo, mesas cadeiras e em todo nosso corpo, não descartou sequer os contribuintes. Tudo por um local mais agradável. Quando saíamos do trabalho, nossos cabelos estavam duros de pó, mas pensávamos, é para uma boa causa. Foi difícil, não podíamos fechar a unidade, muito menos parar o atendimento. Aguentamos firme esta parada, mas quando chegou uma sexta-feira, o chefe, um gentleman, liberou as meninas porque o cheiro da tinta estava intenso. Deixamos o recinto com a promessa que ao retornarmos na segunda-feira, seríamos surpreendidas ... e fomos.

Na segunda-feira, chegamos e tudo estava lindo, paredes branquinhas, janelas vedadas, cheirando casa nova, tudo limpo e no lugar. Merece com muita honra o apelido de "marido de aluguel". Fez milagre com essa merreca de grana, trabalhou até tarde da noite e, nos finais de semana, mas cumpriu o prometido. Se não nos deram um prédio novo,



ficamos com o nosso cantinho agradável e aconchegante, a ponto de os contribuintes sentarem à nossa frente para serem atendidos e se manifestarem: agora sim, a gente nunca teria coragem de falar, mas aquelas paredes estavam horríveis. Parabéns! Este ambiente está de cara nova e compatível com vocês.

Depois de tanto esforço e compreensão, nos resta a sabedoria para agradecermos todos os colaboradores que participaram desta proeza. Porque convenhamos, trezentos reais é um miserê, e claro que só deu certo porque houve utilização de alguns itens que estavam sem uso na casa de colegas. Complementamos com uso de valores do nosso caixa do lanche, mão de obra gratuita do chefe. Mas com certeza valeu muito a pena, casa nova, vida nova, do jeito que dá. Como na vida de cada um.



Um certo Salomão

Antônio Carlos Nader
Auditor-Fiscal da RFB - DRF/Governador Valadares-MG

Servidor do INSS até 2002, Auditor-Fiscal desde 2003 e redistribuído para RFB desde 2007. Atualmente Delegado Adjunto da DRF-Governador Valadares-MG.

Comecei trabalhando na seção de logística no antigo IAPAS, órgão integrante do SINPAS-Ministério da Previdência e Assistência Social. No ano de 1990, fui lotado no Serviço de Arrecadação e Cobrança da Agência da Previdência Social em Teófilo Otoni, onde iniciei nas atividades de cobrança. Cuidava da formalização dos parcelamentos e da cobrança das parcelas das dívidas numa época que não havia equipamentos de informática no IAPAS, nem no INPS e muito menos no INAMPS. Havia os devedores esporádicos e os devedores costumeiros e, entre esses últimos, um certo Salomão. O nome de batismo e registro em sua terra natal era difícil de falar e de escrever. No Brasil era conhecido como Salomão, possuía imóveis de aluguel e chegou a ter um comércio na cidade. Era conhecido por dirigir um Jeep com uma caçamba reboque acoplada e, pelas madrugadas, rodava a cidade à cata de material de construção depositado nas calçadas e ruas. Diziam as "más línguas" que a maioria de seus imóveis foi construída com a ajuda desses materiais que ele furtivamente encontrava sabe-se lá onde.



O cumprimento de obrigações tributárias não era, definitivamente, o seu forte. De fato, conseguir receber as parcelas das dívidas negociadas perante o serviço de arrecadação era uma tarefa muito difícil. Mandávamos cartas de cobrança e elas retornavam sem a localização do destinatário e quando conseguíamos contato por telefone ele garantia que compareceria em tal dia na repartição e que estava juntando dinheiro para colocar em dia o parcelamento, mas nem sempre aparecia. Ameaçávamos rescindir o acordo e enviar o débito para cobrança judicial e ele dizia: "bor favor não faça isso, Salomão vai bagar". Salomão é "bobre", não tem dinheiro.

Certa vez, depois de tanta cobrança, ele compareceu no nosso balcão de atendimento e pediu para explicar que dívida era aquela que o Governo cobrava dele. Explicamos que era débito de contribuinte individual (carnê de Autônomo) e que era importante que ele pagasse pois o período do débito seria contado para fins de futura aposentadoria perante o INPS (hoje INSS). Num raciocínio rápido, desses que fazem inveja aos melhores negociantes do mundo, ele fez a seguinte proposta: "vamos fazer acordo, Salomão não baga o débito e Salomão não requer abosentadoria". Fica tudo certo e dívida berdoada!". Surpresos com a proposta ("brobosta") esclarecemos que não era legalmente possível e que se não quitasse o débito até o fim, o parcelamento seria rescindido e a dívida seria enviada para cobrança judicial, com riscos dele ter seus bens penhorados e leiloados. Ele arrematou dizendo: bode cobrar. Meu nome não é Salomão.



Uma «Explosão» de NAF's no Sul de Minas

Eduardo Antônio Costa

Tomou posse em 13/01/2003 na fiscalização do INSS, transformada em Receita Previdenciária e em 02/05/2007 unificada com a SRF em Receita Federal do Brasil- RFB. Iniciei minhas atividades na fiscalização externa em 2003 na Regional de Ijuí-RS (atualmente DRF/Santo ângelo). No final de 2004 ocupou a chefia de fiscalização na DRF/Poços de Caldas. Na DRF/Varginha assumiu de 2005 a 2016 a chefia de equipe fiscal, em 2016 a chefia de fiscalização e desde fev/2017 ocupo a função de Delegado Adjunto.

Implantação de Núcleo de Apoio Contábil Fiscal (NAF) em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) com curso presencial de ciências contábeis do sul de Minas.

Breve resumo

Considerando que no sul de Minas não havia Núcleo de Apoio Contábil Fiscal (NAF) implantado, a necessidade de promover a Educação Fiscal na região, o volume de atendimentos nos Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e Agências da Receita Federal (ARF) estava concentrado em pequenas orientações (dúvidas) de contribuintes em relação aos serviços disponibilizados pela Receita Federal do Brasil (RFB) na internet (sítio) e no Portal e-CAC, a necessidade de formar contadores mais



qualificados, foi iniciado em 1º de março de 2017 o "Projeto NAF no sul de Minas", englobando a jurisdição das DRF/Varginha (113 municípios) e DRF/Poços de Caldas (26 municípios), visando a implantação de NAF em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) com curso presencial de ciências contábeis. O NAF representa um ganho para todos os envolvidos (IES, alunos, professores, contribuintes e Receita Federal). Foi atingida a meta de 100%, sendo implantado NAF em todas as 20 IES instaladas em 15 municípios, sendo 9 destes com CAC/ARF e 6 sem Unidade da RFB.

Contexto histórico

Havia a necessidade de promover a Educação Fiscal no sul de Minas, pois não havia NAF implantado, as IES não conheciam as vantagens de se ter um NAF implantado, os contribuintes hipossuficientes não dispunham dos benefícios de acesso gratuito aos serviços tributários e fiscais, os alunos não dispunham da possibilidade de colocar em prática seus conhecimentos teóricos e a Receita Federal não dispunha de um canal de suporte prático e gratuito aos contribuintes hipossuficientes.

Foi também identificado que o volume de atendimentos nos CACs e Agências estava concentrado em pequenas orientações (dúvidas) de contribuintes em relação aos serviços disponibilizados pela RFB na internet (sítio) e no Portal e-CAC.

O desafio era conseguir minimizar os problemas, criando soluções e oportunidades para todos os envolvidos (IES, alunos, professores, contribuintes e Receita Federal) na proposta de Educação Fiscal do projeto.

Os benefícios da Educação Fiscal são incalculáveis e com reflexos futuros cada vez maiores (resultados exponenciais). Percebemos os impactos positivos (valor não monetário) em todas as partes envolvidas (IES, alunos, professores, população e Receita Federal):



- A IES adquire maior visibilidade perante a população quando presta serviço aos contribuintes hipossuficientes;
- A RFB consegue reduzir os atendimentos nos CACs/Agências e contribui para a formação de contadores mais qualificados.
- O aluno e o professor têm acesso a uma qualificação diferenciada;
- O aluno consegue colocar em prática seus conhecimentos teóricos;
- O contribuinte hipossuficiente tem acesso a serviços gratuitos permitindo o cumprimento de suas obrigações tributárias e fiscais.

Foram percorridos 21980 quilômetros até as 20 IES, visando a implantação dos NAFs, para apresentação do projeto, verificação das instalações, palestra inaugural, treinamentos presenciais e demais palestras.

Basicamente utilizou-se de recursos humanos e o know-how de servidores e parceiros para implantação e acompanhamento do projeto. Começou com uma ideia solitária e gradativamente foi agregando servidores e parceiros na execução, com aquisição cada vez maior de um know-how de pessoas capacitadas para esta ação, principalmente nos treinamentos presenciais dos alunos e professores.

Os resultados foram tão satisfatórios que tivemos diversos NAFs com destaque nacional em número de atendimentos. Isso mostra que o alto número de atendimentos respalda a proposta inicial em relação aos objetivos pretendidos.

Visando atingir os objetivos do projeto, promovemos contatos diretos com as IES, mediante reuniões para apresentação do projeto, verificações físicas das instalações, treinamentos presenciais e a distância



para os alunos e professores, cerimônias de inauguração, parcerias e divulgação das ações junto à comunidade.

Treinamos presencialmente todos os 2083 alunos do curso de ciências contábeis das 20 IES. Alguns treinamentos foram ofertados também para os alunos do curso de administração, alcançando, no total, cerca de 3000 alunos treinados.

Incentivamos e promovemos a visita de diversos alunos nas dependências da Receita Federal (Agências e Delegacia).

Realizamos parcerias com o SEBRAE, as Delegacias Regionais do CRC, algumas Câmaras de Vereadores e Prefeituras.

Incentivamos e prestamos apoio técnico nas atividades externas dos NAFs (fora da IES): - NAF na Praça, NAF no shopping, NAF nas feiras e exposições, Mutirão do Imposto de Renda e Cidadão Solidário.

O processo de Educação Fiscal permitiu o surgimento de resultados além dos esperados, promovendo uma disputa do mercado de trabalho pelos alunos dos NAFs. Agora temos alunos e professores mais capacitados, redução de atendimentos nas Unidades da RFB, IES com maior visibilidade na comunidade e a população hipossuficiente com acesso aos serviços tributários e fiscais gratuitos.

Estamos no cenário perfeito.

O projeto foi idealizado e desenvolvido visando o sul de Minas, cuja abrangência envolve as DRF/Varginha e DRF/Poços de Caldas.

Foram implantados 20 NAFs, sendo 17 na jurisdição da DRF/Varginha e 3 na jurisdição da DRF/Poços de Caldas. A conclusão do Projeto encerrou-se em 04/07/2018 com a implantação do 20º NAF.

O projeto atinge 113 municípios da jurisdição da DRF/Varginha e 26 municípios da jurisdição da DRF/Poços de Caldas, beneficiando 139 municípios. Temos um NAF para cada 7 municípios.



Os NAFs estão presentes em 15 municípios, sendo 9 com ARF/CAC e 6 sem Unidade da RFB, adquirindo nestes municípios uma importância ainda maior, pois evita que o contribuinte tenha que se deslocar até um município que possua uma Unidade da RFB.

Todas as IES com curso presencial de ciências contábeis no sul de Minas têm um NAF (meta atingida em100% no projeto).

As IES selecionaram 217 (10%) dos 2083 alunos matriculados no curso de ciências contábeis para participarem no atendimento nos NAFs.

Na Reunião de Avaliação Estratégica (RAE) da 6ª Região Fiscal (MG), em 05/06/2018, o projeto foi apresentado como "boas práticas adotadas na 6ª RF" e com proposta para implantação em todas as Delegacias da Receita Federal da 6ª Região Fiscal.

O projeto pode ser replicado em todo o território nacional, bastando ter uma IES com curso presencial de ciências contábeis. A Receita Federal tem total interesse em implantar NAFs em todas elas, pois permitirá, além da promoção da Educação Fiscal, a ampliação e propagação dos ganhos já citados, principalmente a redução dos atendimentos nos CACs e Agências no curto prazo e a formação de contadores mais qualificados no longo prazo.



Uma cidade e muitas saudades

Luiz Carlos de Araújo Auditor-Fiscal da RFB - SRRF07/Rio de Janeiro-RJ

Ingressou na RFB em 16/07/1999, na Assessoria de Imprensa, em Brasília. Em outubro de 2001 passou a trabalhar na Divisão de Administração de Cadastros, onde foi chefe de julho de 2004 a setembro de 2005. Em setembro de 2006, mudou para Manaus. Trabalhou no Secat da DRF, onde foi chefe entre março de 2009 e fevereiro de 2010. Em outubro de 2013, voltou a trabalhar em Brasília, no Cetad. Em agosto de 2015, foi para a Ascom. Foi chefe da Divip de abril de 2017 até fevereiro de 2019, quando foi para a Superintendência da 7ªRF.

Saí da minha terra natal, Niterói, no Estado do Rio de janeiro, para morar em Brasília, quando passei no concurso de auditor-fiscal da Receita Federal (à época, denominado auditor-fiscal do Tesouro Nacional) em 1999. Mas, casei com uma manauara e, em 2006, mudei para Manaus, por meio de concurso de remoção.

Eu já tinha morado na capital amazonense entre janeiro de 1991 e janeiro de 1992, cumprindo o serviço militar. Naquela ocasião, eu exercia a profissão de médico psiquiatra. Tal como na canção de Caetano Veloso, "chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto. É que Narciso acha feio o que não é espelho". No entanto, a segunda vez já representava uma situação bem diferente. Era minha escolha e eu estava com minha esposa. Ainda assim, eu não me acostumava com o calor e me aborrecia com o trânsito. Por outro lado, eu gostava de comer tambaqui e matrinxã,



de tomar suco de cupuaçu e guaraná em pó e de ver apresentações de dança do boi na praia de Ponta Negra.

Poucos meses após minha chegada, passei a ser chefe-substituto do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário (Secat) da Delegacia (DRF/MNS). Em março de 2009, passei a ser o titular do cargo. Então, comecei a enfrentar um grande desafio na minha vida. E para que a jornada fosse ainda mais instigante, em setembro daquele mesmo ano, minha filha nasceu, prematura. Ela ficou 52 dias em uma UTI.

Com muito trabalho e muita preocupação com a família, precisei da ajuda de colaboradores dedicados da Receita Federal para mudar o rumo do Secat. Até eu assumir a chefia, o estoque de processos do setor aumentava dia a dia, mês após mês. Tendo em vista que esses eram ainda em papel, havia, inclusive, o problema de espaço, pois os documentos eram guardados em diversos armários.

Redistribuí servidores nas equipes, conversei com todos, mudei procedimentos e, assim, começamos a reduzir a quantidade de pendências.

Eu orientava os funcionários, mas também aprendia com eles, tanto sobre as tarefas que realizavam, quanto sobre o município, sua língua e seus costumes. Algumas peculiaridades eu já tinha conhecido com minha esposa. Sabia que no "amazonês" banana da terra era banana pracovã, que bala era bombom e que carne moída era picadinho.

Com diálogo constante superei barreiras. Em uma ocasião, expliquei para uma analista tributária que eu precisava que ela mudasse de equipe e enfrentei resistência. Então, destaquei o quanto era importante para todos se ela pudesse colaborar e que eu confiava muito nela. Depois, em uma reunião com todos do setor, eu agradeci por ela ter aceitado a mudança.



O serviço tinha problemas relacionados a condições climáticas da cidade. Uma vez, por exemplo, ninguém pôde trabalhar por causa da falta de luz. Esse tipo de dificuldade eu enfrentava com alguma frequência em casa, pois os frequentes temporais costumavam prejudicar o fornecimento de energia elétrica. Ocorriam também episódios de falta de água. Mas, eu não me desanimava e lembrava os versos do grande poeta amazonense Thiago de Mello: "A vida vai no meu peito, /mas é quem vai me levando: /tição ardente velando, /girassol na escuridão. " E eu seguia o exemplo do índio e do caboclo forte da terra, cujos músculos eram forjados nas longas caminhadas.

Embora eu tivesse muito a aprender sobre a cidade, eu também dava dicas para colegas de lá. Indiquei para alguns um restaurante self service e disse que esse tinha uma boa relação custo-benefício, pois era barato e tinha uma comida saborosa e variada, com pratos típicos da região, tais como o pirarucu à casaca e o tambaqui na brasa, e diversos outros, incluindo vários cortes de carne. Em uma das idas a esse local, no meu horário de almoço no trabalho, encontrei auditores da equipe que eu chefiava, e um deles brincou: - Estamos aprovando o melhor custo-benefício!

A culinária é, de fato, um dos pontos fortes de Manaus. Eu gostava de ir aos cafés regionais e me deliciava com a tapioca com queijo coalho, com a banana frita, com o bolo de mandioca, com o suco de taperebá, entre outras iguarias. Aliás, faço um alerta aos turistas: No Amazonas não se fala cajá, mas, sim, taperebá.

Outro encanto da Amazônia é a arte, em especial, a música e a dança. São várias lindas canções. Mas, uma em particular me impressionou: Canto da Yara, do Boi Caprichoso. Uma maravilhosa voz feminina me fez pensar: "Então, as sereias realmente existem? Se não, que voz é essa que nos inebria e nos leva a um mundo de sonhos?"



No trabalho, apesar dos resultados positivos, eu estava ficando cansado ao tentar conciliar a função de administrador com minha vida pessoal. Minha filha precisava de cuidados especiais, incluindo fisioterapia e consultas com vários especialistas. Então, acabei pedindo para o delegado me dispensar da chefia. Em março de 2010, passei a atribulada missão para um colega dedicado e competente. Expliquei para ele as mudanças que levaram o setor a começar uma gradual redução do número de processos, sem prejuízo da qualidade, após anos de crescimento do estoque. Ocorreu, especialmente, a padronização e simplificação dos despachos.

Formei fortes laços de relacionamento na Delegacia de Manaus. No aniversário de 1 ano da minha filha os colegas do Secat deram presentes para ela e me comoveram com muito carinho.

Ainda fiquei em Manaus até 2013. Resolvi entrar em outro concurso de remoção e voltar para Brasília, porque na capital federal seria mais fácil fazer um curso de pós-graduação conforme eu desejava e, de fato, viria a conseguir.

Ao pensar na metrópole da floresta, parodio versos de Caetano: "E novos marujos passeiam sob o teu sol escaldante, e novos Araújos te podem curtir, radiantes."



Velhinho com material erótico

Maria Marlise Welter

Analista Tributária da RFB - ALF/Foz do Iguaçu-PR

Ingressou na RFB em 15/05/1991, como TTN, hoje ATRFB. Durante 22 anos trabalhou na DRF/Foz do Iguaçu. Predominantemente na área aduaneira e, por mais tempo no aeroporto internacional desta cidade. Aposentou em 31/05/2013 e reverteu a aposentadoria em 2019, com lotação no mesmo aeroporto de Foz do Iguaçu.

Os voos do início da manhã já haviam decolado e a área do checkin estava deserta. Da minha sala vejo um velhinho se aproximando lentamente da porta automática de entrada para o check-in. Ele entra. Percebo que está cambaleando.

Saio da sala e pergunto-lhe se está tudo bem. Ele me olha e nada diz. Porém, percebo surpresa em seu olhar e imediatamente ele faz uma meia volta com o carrinho de malas tentando sair pela mesma porta automática pela qual entrou. Explico-lhe então que a saída só é possível pela outra porta automática, a qual aponto. Pergunto-lhe se vai fazer o check-in e qual o horário do seu voo. Nenhuma resposta. Ele realinha o carrinho com a bagagem e segue a passos miúdos até a esteira do raio-x, dizendo:

- Ela vai me pegar, ela vai me pegar.

Pergunto-lhe se está viajando só e não obtenho resposta. Dirijome até ele com o intuito de ajudá-lo a colocar a sua bagagem na esteira,



pois, além de estar cambaleando, tratava-se de um senhor bastante idoso. Além disso, aproveito a oportunidade, inclusive, para constatar se ele está embriagado e confirmo a suspeita. Ele transpira álcool, ou seja, está bastante embriagado. Coloco a mala maior na esteira e me dirijo até o monitor a fim de fazer a leitura do conteúdo.

Ao chegar em frente à máquina, esta já havia passado pelo monitor. Aciono o comando "replay". O velhinho percebeu, pois a esteira parou. Ele me olha, nervoso e resmunga:

- Ela me pegou, ela me pegou.

Na releitura identifico o conteúdo da mala. Tratava-se de material erótico, desses vendidos em sex shop.

- Me ferrei, me ferrei, ele fala. E novamente:
- Ela me pegou, ela me pegou.

No restante da bagagem, uma mala pequena, havia apenas roupas, calçados e objetos de uso pessoal.

Digo-lhe então que colocarei a mala grande no balcão para ser aberta e, assim faço.

Abro a mala e constato que a mala está cheia, aliás, abarrotada, com material erótico caindo pelas beiradas (literalmente). Não seria possível manter a mala aberta em cima da bancada até porque pelo conteúdo despertaria atenção e constrangimento.

Por sorte, naquele horário não havia movimento de entrada de passageiros para o check-in. Fecho a mala e levo-a para dentro da sala e peço a ele que me acompanhe. Pergunto-lhe onde ele comprou aquele material e se possui nota fiscal do mesmo e, obtenho a resposta previsível.

- Veio do Paraguai, mas, não tenho nota não. Estou levando de amostra.



- Quem lhe forneceu o material? Pergunto-lhe.
- Foi um importador do Paraguai. Eu tenho um motel em Brasília e vou "usar" esse material lá. Olha aqui um cartão do motel. Ele larga um cartão em cima da mesa.

Explico-lhe então que aquela quantidade foge do conceito "amostra" e, mesmo como tal seria necessário estar acompanhado de nota fiscal. E que, por se tratar de material importado, sem documento fiscal e fora do conceito de bagagem acompanhada, farei a apreensão.

- Vai prender tudinho? Não vai liberar nadinha? Ele questiona.
- Sim, senhor, estou fazendo o Termo e o senhor vai receber a sua via.
- Pra que me serve o Termo? Eu quero o material, por que a minha clientela está esperando. Vou chegar em Brasília e pedir pro fulano (e diz o nome completo do político) muito amigo meu que é cliente assíduo do motel pra ver se ele resolve essa parada pra mim. Isso é sacanagem, arremata.

Pega o termo e sai da sala, ainda cambaleando.

-Sacanagem é fornecer a relação dos clientes do motel, penso comigo. Pego o cartão que ele deixou sobre a mesa e registro mentalmente o nome do motel para nunca o indicar a alguém.





Poesias Premiadas





Poesias Premiadas Primeiro Lugar

Leão Marinho - Bela, respeitada e do mar

Cleber Marcelo Fernandes Caetano Auditor-Fiscal da RFB - ALF/Santos-SP

Atualmente, chefe-substituto da equipe de conferência de despachos de importação, ingressou na RBF em 1993, trabalhou no núcleo de repressão Atlântico, durante 5 anos.





Leão Marinho

Bela, respeitada e do Mar

ı

Anos atrás, haviam-se dedicado a diversos treinamentos e simulações.

Mas, naquela manhã, a situação era assustadoramente real.

O barulho dos projéteis salpicando o casco da lancha inundava ouvidos e mentes.

De sua escolha, resultaria a vida ou a morte daquelas pessoas.

Não restava mais tempo, sabiam disso.

Em seu consciente, a decisão já estava tomada.

Ш

Pisque uma vez e a alfândega do Porto de Santos apreenderá meia tonelada de cocaína.

Piscou de novo?

Mais quinhentos quilos.

E por aí vai...

Como predadores camuflados no bege dourado da savana, cuidadosamente posicionados contra o vento, nossos leões da repressão espreitam a presa e atacam-na com precisão.

A caçada é - quase sempre - implacável.

Muito pouca coisa que se rotule irregular foge às garras das lanchas, viaturas, escâneres, câmeras de vigilância, cães de faro e das exitosas análises de risco, notavelmente formuladas pelos agentes aduaneiros.

Até onde se sabe, as apreensões não causam depleção nos níveis de produção e consumo, mas retiram de cena importantes atores e ajudam a mapear o genoma da distribuição, além de recuperar vultosos ativos ao erário, vez que, tráfico de drogas, contrabando e lavagem de dinheiro, via de regra, dormem de conchinha.



Ш

Diz-se que uma arma de fogo é como dinheiro aplicado na poupança: Depois de sacar, é melhor usar logo.

Esse adágio, infelizmente, foi seguido à risca...

IV

A distância entre as embarcações era tão irrisória que, não fosse pela absoluta irrelevância do tema naquele momento, tentar-se-iam decifrar os formatos das nuvens de fumaça de pólvora queimada, suspensas sobre a tez irascível do atirador.

٧

Era pra ser só mais um dia normal de trabalho.

(se é que ainda escapam dias normais no cais santista...)

A Leão Marinho deixara sua toca e rondava, calmamente, o canal do porto, como de costume.

A bordo, trazia sua experiente tripulação que, horas antes, deixara seus lares e pessoas queridas, levando consigo o propósito e o desejo de a elas tornarem, ao fim da jornada.

O sol já havia rompido todas as barreiras da serra do mar e, devagarinho, alojava-se sobre a cabeça de qualquer um que se posicionasse entre ele e a superfície.

VI

Em poucos minutos, aquele cenário de comercial de chinelos hospedaria uma espetacular sequência, como fosse um eletrizante filme de ação, roteirizado ao acaso, com direito a perseguições e tiroteios.

Naquele set de filmagem:

Não havia dublês;

Não havia balas de festim;

Havia, sim, mocinhos corajosos e bandidos desprezíveis.



VII

Como tudo começou, ninguém sabe ao certo.

Tal como já foi dito, a Leão Marinho patrulhava o canal que dá acesso ao porto de Santos, quando um de seus tripulantes percebeu uma movimentação estranha, na margem esquerda, na cidade do Guarujá.

Oito indivíduos se acotovelavam numa pequena embarcação, alcunhada de chatinha, todos eles visivelmente alterados, agitados.

Foi, então, realizada uma manobra de aproximação, com o intuito de verificar se se tratava do cometimento de algum ilícito, fosse retirada de bordo de alguma carga não manifestada, fosse arrombamento de contêiner e furto da respectiva carga, fosse colocação de entorpecentes a bordo, enfim, poderia ser qualquer coisa.

Inclusive, coisa nenhuma.

VIII

Se quer mesmo saber, a "coisa" era bem pior.

Antes que a Leão Marinho concluísse sua aproximação, dois indivíduos ficaram de pé na chatinha, sacaram suas armas e, imediatamente, abriram fogo contra nossa embarcação. A postura e a empunhadura não deixavam dúvidas: tratava-se de bandidos experientes no manuseio de armas de fogo, fato este que se confirmou, mais tarde.

Foram, pelo menos vinte disparos, todos com alvos bem definidos:

Os tripulantes da Leão Marinho!

Estalos eram ouvidos por toda parte, conforme relatos posteriores.

Ciente do perigo iminente, já no procedimento de aproximação, nossos agentes alojaram-se no compartimento blindado da lancha, permanecendo incólumes aos disparos efetuados.

Mas, as demais pessoas que atravessavam o canal naquele momento, estavam à mercê dos atiradores e seus dedos nervosos.

E foi pensando na segurança dessas pessoas que nossa tripulação, embora estivesse portando armas, decidiu não revidar.



Assustados com o inabalável avanço da Leão Marinho, os bandidos inverteram o trajeto, em rota de fuga, sempre disparando contra a embarcação oficial.

Àquela altura, a tripulação já se dividira em tarefas:

Enquanto um pilotava, outro analisava imagens e informações e, o terceiro, acionava o batalhão de operações especiais da Polícia Militar, em Santos.

Encurralados, não havia outra saída aos bandidos que não fosse abandonar a chatinha e fugir por terra.

Debalde!

Um a um, foram todos presos à medida que pisavam em terra firme.

Estranhamente, um dos ocupantes não moveu uma palha sequer e permaneceu a bordo da chatinha, enquanto todos os demais fugiam em disparada.

Por sorte, naquela manhã do dia 19 de outubro de 2015, as balas perdidas no cais do porto, de outra forma não se adjetivaram.

IX

A Leão Marinho foi dada à luz pelo bem-sucedido plano de modernização da aduana brasileira - PMAB -, no início deste século.

Da cauda ao focinho, são 50 pés de tecnologia e robustez.

Tão bela quanto moderna, possui compartimento blindado e câmera térmica - flir, entre inúmeros outros componentes diferenciados.

A escolha do nome foi precedida de concurso do qual poderiam participar todos os servidores da alfândega do Porto de Santos.

Desde sua chegada, é operada pelo GROPEM - Grupo de Operações Marítimas.

É referência absoluta em sua área de ação.



Χ

Essa e outras ocorrências ilustram bem o cotidiano das equipes de repressão marítima e serviram como vestíbulo e estímulo das vitoriosas campanhas que estariam por vir, vez que, para ficar só no exemplo da cocaína, a alfândega de Santos apreendeu mais de cinquenta toneladas nos anos seguintes, e tantas outras de produtos contrabandeados / pirateados.

ΧI

Naquele mesmo dia, soube-se, aquela quadrilha realizou vários assaltos num shopping popular, seguido de um arrastão na estação de balsa de passageiros, sempre na cidade do Guarujá.

Na fuga, fizeram um refém, justamente aquele que foi "esquecido" quando abandonaram a chatinha.

Em seu depoimento, a vítima disse que, durante a fuga, foi o tempo todo ameaçado de morte, permanecendo sob a mira de um revólver, e que serviria de escudo humano, se preciso fosse.

Nenhum agente se feriu, graças à blindagem existente na Leão Marinho.

Toda a ação foi filmada pela câmera flir e as imagens serviram de prova em juízo, em desfavor dos criminosos.

Em primeira instância, todos os réus foram condenados a penas que variaram entre 35 e 42 anos de reclusão.

A Receita Federal do Brasil foi abundantemente elogiada e homenageada pelos fatos aqui registrados.





Segundo Lugar

Clima organizacional

Honorino José Gonçalves Auditor-Fiscal da RFB - DRJ/Joinville-SC

Auditor-Fiscal desde junho de 1995, exerceu as funções de Assistente e de chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário. Desde junho de 2014, ocupa o cargo de Delegado da DRF Joinville/SC. Bacharel em Direito e Administração de Empresas. Possui Licenciatura Plena em disciplinas de cursos técnicos profissionalizantes. Pós-Graduação em Direito Tributário e em Engenharia Civil com ênfase em Tecnologia da Construção Civil.





Clima organizacional

Surge a ideia de um projeto Melhoria do clima organizacional Servidores sem muito afeto Fazia-se mister o retorno motivacional

Projeto elaborado com um objetivo Melhorar o relacionamento entre os servidores Sem ser coercitivo Tampouco haveria aliciadores

Dois mil e dezesseis é o marco Ações de integração eram necessárias Estávamos no mesmo barco As discórdias eram fragmentárias

A união faz a força Diz um antigo ditado Ainda que alguém torça Para que tudo seja atritado



Integrar, valorizar pessoas e desenvolver competências Cenário da Receita demandava ações de integração Era necessário diminuir as tendências De aumento de frustração

Mudança comportamental era a premissa Interesse público em primeiro lugar A gestão não poderia ser omissa E deixar o bom clima fugar

Fomento às atividades Que favoreciam o clima organizacional Havia particularidades Que atrapalhavam o emocional

Duas atividades impactantes Grupo de caminhada e ginástica laboral Consideradas importantes Para mudança comportamental

Restrição orçamentária era geral Dinheiro para caminhada não precisava Mas para a ginástica laboral Era o que mais preocupava



Cadeia de Valor já dizia Qualidade de vida no trabalho e valorização A intriga fazia Servidor sem socialização

Outras atividades foram realizadas Aos poucos se venciam as dificuldades Palestras ministradas Para desfazer as animosidades

Sobre os deveres do servidor a Lei 8.112 preceitua Atender com presteza ao público em geral Se o clima ruim dentro da casa se acentua Como atender bem ao público de modo unilateral?

Os indivíduos se interagem com o ambiente social Conforme histórias de vida No Serviço Público é essencial Que a gestão de pessoas seja desenvolvida

Servidores de carreiras e cargos diferentes Querendo um ambiente amistoso São necessárias ações congruentes Para que o resultado seja exitoso



Surge a ideia do Natal solidário Crianças com futuro incerto Com os olhos fitos no calendário Para que recebessem os presentes no tempo certo

O clima organizacional também melhora Nos trabalhos de solidariedade Quem sabe faz a hora Não espera notoriedade

O PROQUALI é aprovado em nível nacional Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho é o Programa Uma das ações está ligada ao Clima Organizacional Sensibilizar servidores para olharem o atual panorama

Sensibilizar pessoas Para conviver bem Não as fazem boas Mas não prejudica ninguém

Mario Quintana simplificou

"A arte de viver é simplesmente a arte de conviver"...

Porém, não especificou

Que no serviço público o conviver bem é um dever

²Mario de Miranda Quintana (1906-1994) - poeta, tradutor e jornalista



Terceiro Lugar

Agente Aduaneiro especial

Valdiléia dos Reis Castro da Cunha Analista Tributária da RFB - ALF/Aeroporto Internacional de Guarulhos-SP

Lotada no Aeroporto de Guarulhos desde 2006, Equipe de bagagem, fiscalização de voos internacionais.





Agente Aduaneiro especial

Mais um dia de trabalho Inicia uma nova aventura Já se enche de adrenalina Sabe qual sua postura

Logo enxerga sua amiga Ele salta de alegria Corre em direção a ela Repleto de euforia

Já abre suas narinas Colocando-se em sobreaviso Sente o vento em seus pelos Parece esboçar um sorriso

Entra na sua caixa de condução na viatura
Com letras azuis e um símbolo na lateral
Vê pela janela luzes e novos sons pelo caminho
Após alguns quilômetros, aeroporto internacional
No aeroporto começa a brincar, conduzido pela sua amada
A passear entre bagagens, dispostas pelo chão
Na procura de seu "brinquedo" e ilícitos
Exercita o seu faro, fica em prontidão



Aquele aroma entra pelas suas narinas De repente, comemoração Mais um crime foi combatido Ele cumpriu sua missão

Fica feliz, corre atrás de sua recompensa Sua "cachorreira" também está a comemorar Entende aquele olhar brilhante Há muito que festejar

Mais uma vez contribuiu para o bem da sociedade Cumpriu sua tarefa com excelência Impediu que drogas destruissem tantas famílias Isso sempre faz com competência.

Por fim, volta para sua casa Após o entorpecente ser descoberto Após horas de trabalho Na certeza de ter feito o que era certo

Vai dormir tranquilo Recordar o som daquele motor Ansiar novas operações Relembrar seu trabalho feito com amor



Quem é ele? Chegou a hora, vou agora revelar Seu nome é bart, fiel servidor Como não o amar?

O labrador "k9" mais querido, Do aeroporto de guarulhos. Nosso agente preferido Que livra familias de apuros.

São tantos anos de dedicação Obrigada amigo atrapalhado! Essa essas palavras tiveram a intenção De ter nosso herói homenageado!





Menção Honrosa





Homenagem à Receita Federal

Ana Emília Baracuhy Cavalcanti Auditora-Fiscal da RFB- SRRF04/Recife-PE

Ingressou na RFB em 15/05/1991, no cargo de Técnico do Tesouro Nacional. Empossada no cargo de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional em 16/12/1997. Exerceu a função de Assistente na SRRF04, de 07/10/1992 a 01/12/1994 e 01/12/1997 a 03/04/1998. Chefe do Serviço de Recursos Humanos da SRRF04 de 03/09/2001 a 20/03/2005. E Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas da SRRF04, de 21/03/2005 a 19/01/2017. Superintendente-Adjunta da 4^a Região Fiscal, a partir de 20/01/2017.

Senhoras e senhores
Concedam-me a permissão
De homenagear o principal órgão
Que combate à sonegação
Que provê de recursos o Estado
Que atende e orienta o cidadão
Que protege nossas fronteiras
Apreendendo armas, drogas e munição
Produtos pirateados, contrafeitos e com falsa documentação
A Receita Federal é esta sólida e forte instituição
Patrimônio da sociedade brasileira



Orgulho de nossa nação

Que com integridade, legalidade, profissionalismo e transparência

Pauta e delimita a sua ação

De exercer a administração tributária e aduaneira

Sua nobre e relevante missão

Formada em mil novecentos e sessenta e oito

Sempre foi modelo de inovação

Reconhecida pelo protagonismo na simplificação dos sistemas tributários e aduaneiros

E pela efetividade de sua gestão

Por promover segurança e agilidade no comércio exterior

Dinamizando os processos de importação e exportação

E a qualidade do ambiente de negócios e competitividade do país

Sendo um agente de desburocratização

Parabéns ao fisco federal

Por sua competência, modernidade e diligente atuação.



Poesias Classificadas





Exposição do código de conduta no «Túnel das Artes»

Cristiane Patrícia de Oliveira Carvalho

Técnica em Assuntos Educacionais - Comissão de Ética/Brasília-DF

Ingressou na RFB em 2009. Secretária-Executiva da Comissão de Ética da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Tá vendo aquele Túnel, moço? Eu ajudei a criar!

Foi no ano de 2005, um ano muito especial Trabalhava na SPOA/MF, na Assessoria de Comunicação Social O Túnel passou por uma reforma física e estrutural. E pensamos: - por que não transformá-lo em um espaço agradável? Com luz, alegria, cor, beleza e muita arte!

Foi então que reunimos todas as áreas da Spoa E juntos criamos um espaço para todas as pessoas Que passassem pelo túnel, triste ou com energia boa. Inauguramos o "Túnel da Artes" e estava uma formosura Exposições, informações, poesias, fotos e gravuras Fomentando o interesse pela arte e cultura.



Mas, em 2006, fui embora de Brasília Tinha o sonho de viver na praia com minha família. E lá passei a ser da Receita Federal Me senti bem recebida, em uma equipe fenomenal Na Sagep fui feliz, amei a 4ª Região Fiscal. João Pessoa foi meu lar, durante 13 bons anos Nunca será esquecida, mas, mudamos nossos planos.

E, de volta a Brasília, recebi um desafio Trabalhar na Comissão de Ética do servidor da Receita Disseminar o Código de Conduta É plantando que se melhora a colheita.

Um dia, passando pelo Túnel, deu uma grande saudade E um orgulho enorme de ter feito parte daquele espaço de arte. Tá vendo o edifício Anexo moço? Eu também trabalhei lá!

Foi então que eu pensei, por que não aproveitar? Vamos divulgar a Ética nesse espaço especial Que fez parte da minha história pessoal e profissional E que agora será palco desse desafio institucional Divulgar a boa conduta e fomentar a moral.

Aprovado e realizado, ficamos muito orgulhosos Alcançamos nosso objetivo e cumprimos nossa missão Com os esforços empreendidos por toda a Comissão. E com o dever cumprido, a lembrança fiz voltar De uma época feliz, que tenho orgulho em recordar Mas, diferente da música, lá no Túnel eu posso entrar!



Homenagem a uma servidora federal

Valdiléia dos Reis Castro da Cunha

Analista Tributária da RFB - ALF/Aeroporto Internacional de Guarulhos-SP

Lotada no Aeroporto de Guarulhos desde 2006, Equipe de bagagem, fiscalização de voos internacionais.

Sou uma agente aduaneira canina Trabalho na receita federal Encontrei em malas, muita cocaína Após fiscalização em voo internacional

Negra sou, como noites sem luar Companheira, obedeço a meu condutor Sou valente, gosto de me aventurar Aguerrida, luto contra todo malfeitor.

Sempre que me levam ao aeroporto Dizem que vou para trabalhar Talvez não haverá conforto Mas, adoro esse meu brincar



Chegando lá, fico de prontidão Com meu faro sempre atento Andando entre malas do avião De algum passageiro em desalento.

Faço isso com alegria,
Pois sei de meu valor
Minha atitude a todos contagia,
Pois trabalho com amor.

Mais uma operação finalizada Mais uma tarefa bem feita Fico feliz pela empreitada A sociedade me respeita

Grace é meu nome, Todos sabem de meu valor Não tenho sobrenome Sou aduaneira com fervor

Estou prestes a aposentar Certa de minha boa ação Por fim vou lhe falar Aduana: minha eterna paixão!



Máquina do tempo

Clóvis Belbute Peres

Auditor-Fiscal da RFB - Cocad/Brasília-DF

Ingressou na RFB em junho de 2006. Foi chefe-substituto do CAC/Novo Hambugo e chefe da equipe de fiscalização aduaneira EFA-1/Novo Hamburgo. Foi agente da ARF/Canoas e Assistente Técnico da DRF Porto Alegre. Trabalhou no Sefis da DRF/Porto Alegre, no grupo IRPJ/3. Atuou como supervisor nacional do Sped quando chefiou a Divisão de Escrituração Digital-Didig/Cofis. Atualmente é o Coordenador-Geral de Gestão de Cadastros da RFB.

Meu ou minha jovem colega, A ti, e só a ti, meu poema! Jovem em todas' idades No espírito que drena Do fundo de sua alma inquieta, Élan que tudo muda e cria.

A mim, pouco se me dá, diria, Se trinta-e-sete ou setenta. Oh! És jovem em cada hora Dos dias que, na Receita, Peleias e, Ah! Enfim, vences A agonia das turvas sendas.



Porque não há tempo que passe P'ra quem honestamente luta As boas causas da vida: Lei, Justiça, Igualdade, Valor Fraternidade e Cidadania.

Roberta, mignon, nem bem trinta, Mantém, inabalável, firme, A fila dos que desembarcam E esperam em vão - Ilusão! -Negar o tributo devido.

Fernando, beirand' os cinquenta, Fernando, ao teu redor a dor De levar a correição ao fim, Mesmo sabendo ser o butim, O real algoz do fraudador.

Bernardo, uau! Enfim setenta! Ouça-me! Também a mim vigia, A solidão que te visita, Na escrita e reescrita Das centenas de Portarias.



Oh, Receita, já não quero mais as métricas de 9 sílabas! Chega! Vê, tu, bela dama grisalha, na mira dos seus sessenta, Hão de estar contigo todos os teus filhos e filhas, Em cada hora de alegria ou de ardil,

Em incontáveis salas de reuniões, nos aeroportos, nos halls de atendimento,

Reunidos, hão de parar o tempo,

E, crianças, uma vez mais serão.

Valeu demais ser jovem, uma mais hora do dia!



O frustrado (e alegre) sonegador do ITR

João Batista da Silva Machado Assistente Técnico Administrativo - DRF/Boa Vista-RR

7.55.5tente reemeo riammistrativo Din 7.564 vista mi

Jornalista formado na PUC/RS, ingressou no serviço público em 19/06/2015 e há 3 anos trabalha na Saort Roraima. Trabalhou alguns meses na Sacat e também paticipou de algumas incursões de repressão nas fronteiras.

O ITR (Imposto Territorial Rural) É importante e precisa ser pago. Recolhido pela Receita Federal Tem uma história que agora trago.

No Atendimento entra um senhor. Foi atendido por um colega nosso. Vou procurar ser um repetidor. Do que ele falou, se é que eu posso:



Sou ruralista, importante suinocultor. Vou contar umas histórias sérias. Ouça-me agora com atenção, por favor, Porque a verdade não tira férias.

Eis que um fiscal municipal Entra pela minha porteira bendita E, sem nenhum cerimonial, Disse o motivo da sua visita:

Bom dia, fazendeiro amigo! Vou te perguntar: sejas franco e vero, Sejas franco e aberto comigo E eu serei contigo sincero:

Com o que o senhor alimenta A sua criação de animais? Minha pergunta não foi lenta, Então que a resposta não demore demais.

Olha, senhor, dou lata enferrujada, Uns insetos, algum caramujo, Comida azeda e estragada, De sobremesa, papel higiênico sujo.



Então o senhor é autuado Pelo perigo que estás correndo É por isso que serás multado Pelo que seus porcos estão comendo.

Três meses depois ele voltou Caminhando, quase correndo. De volta agora eu estou, O que teus bichos estão comendo?

Eu: olha, moço, macarrão, pizza e pudim, Carne de primeira, picanha e salada, Sopa de legumes, arroz e aipim, Muita comida sofisticada.

Ele: com crianças com tanta fome Neste país tão necessitado; Muita criança nada come, Por isso serás multado.

Depois ele voltou na propriedade E veio cheio da razão Uses comigo de sinceridade, De que se alimenta a tua criação?



Eu: olha, moço, não sei mais, Não posso te responder, Para cada um dou vinte reais E eles onde querem vão comer.

Com essa história eu tenho desconto No Imposto Territorial Rural? Se quiseres, mais um eu conto Para alegrar a Receita Federal.

Mas o colega, sorrindo e rapidamente Imprimiu o documento de arrecadação. O homem, também sorridente Pagou sem desconto e sem reclamação.



